

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SOCIOLOGIA POLÍTICA**

Natália Santarém Hernandes

**PROTESTO NO BRASIL: COMO, QUEM E POR QUÊ? UM
ESTUDO DAS BASES INDIVIDUAIS DA PARTICIPAÇÃO
POLÍTICA NÃO CONVENCIONAL NO BRASIL, NOS ANOS DE
1991 E 2006**

Dissertação submetida ao Programa de
Pós-graduação em Sociologia Política da
Universidade Federal de Santa Catarina
para a obtenção do Grau de Mestre em
Sociologia Política

Orientador: Prof. Dr. Julian Borba

Florianópolis
2012

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Hernandes, Natália Santarém

Protesto no Brasil: como, quem e por quê? [dissertação]
: Um estudo das bases individuais da participação política
não convencional no Brasil, nos anos de 1991 e 2006 /
Natália Santarém Hernandez ; orientador, Julian Borba -
Florianópolis, SC, 2012.
211 p. ; 21cm

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa
de Pós-Graduação em Sociologia Política.

Inclui referências

1. Sociologia Política. 2. Protesto. 3. Participação
política . 4. Bases individuais da participação política. I.
Borba, Julian. II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. III. Título.

Natália Santarém Hernandes

**PROTESTO NO BRASIL: COMO, QUEM E POR QUÊ? UM
ESTUDO DAS BASES INDIVIDUAIS DA PARTICIPAÇÃO
POLÍTICA NÃO CONVENCIONAL NO BRASIL, NOS ANOS DE
1991 E 2006**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de “Mestre em Sociologia Política”, e aprovada com distinção em sua forma final pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, SC, 20 de março de 2012.

Prof. Dr. Ricardo Gaspar Müller
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Julian Borba
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof. Dr. Ednaldo Aparecido Ribeiro
Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Prof. Dra. Lígia Helena Hahn Lüchmann
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Dedico este trabalho a minha mãe,
Regina, pelo apoio, incentivo e amor.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço o apoio e o carinho da minha família e dos meus amigos durante esse período de trabalho, principalmente pela compreensão frente às minhas ausências.

Agradeço ao Prof. Julian Borba, meu sempre presente orientador, pela paciência e pelos estímulos constantes e assumo inteiramente a responsabilidade pelos possíveis erros e equívocos presentes nessa dissertação.

Aos Prof. Holgonsi Soares Gonçalves Siqueira (UFMS), Clovis Schmitt Souza (UFFS), Guilherme José da Silva e Sá (UNB), Marisa Oliveira Natividade (*in memoriam*) pelo incentivo.

Estendo esse agradecimento a todos os professores e colegas do Programa de Pós-graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina que contribuíram de algum modo para a realização desse trabalho.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), órgão do Ministério da Educação, pela concessão de uma bolsa de estudos.

Ao Prof. Fletes (UFSC), pela ajuda no aprendizado de técnicas estatísticas. Ao Prof. Ednaldo Ribeiro (UEM) e ao doutorando Rafael Silva (UFSC), pela oferta de cursos de métodos quantitativos para alunos das Ciências Sociais e Humanas.

Aos pesquisadores pertencentes à rede do projeto *World Values Survey* (WVS), em especial a Ronald Inglehart, pela disponibilização das bases de dados que fundamentaram essa pesquisa.

Aos meus pais, pelo amor e dedicação sem medida.

Ao meu companheiro, cúmplice e amigo de longa data e de todas as horas, Evandro, pelo apoio, pelo incentivo e pela compreensão contínuos, pelas brincadeiras do dia a dia, pela companhia na madrugada, pelo carinho e pelos cuidados a mim dedicados nessa empreitada. Enfim, por tudo.

Por fim, agradeço a todos que direta ou indiretamente contribuíram para tornar possível a concretização do presente instrumento.

RESUMO

O presente trabalho traz um estudo sobre as bases individuais da participação em protestos no contexto brasileiro. Distintas teorias explicativas buscam entender os determinantes que levam os indivíduos a se envolverem em modalidades de protesto político. Os mais variados fatores têm sido apontados como impulsionadores dessas modalidades contestatórias, alguns de ordem estrutural e outros de ordem individual. Pesquisadores representantes dessas duas vertentes têm apresentado importantes evidências acerca da pertinência de cada um desses grupos como fatores explicativos. Sendo assim, nosso objetivo principal é verificar o impacto de diferentes conjunturas políticas e econômicas bem como analisar os determinantes individuais do comportamento de protesto entre a população brasileira (1991 e 2006). Para alcançar esse objetivo, o trabalho foi dividido em três capítulos. No primeiro deles, apresentamos uma revisão da literatura sobre a classificação da participação política em modalidades de atuação e uma discussão teórica sobre as principais teorias explicativas empenhadas em responder os motivos que influenciam o engajamento político. No segundo capítulo, expomos aspectos políticos e econômicos do Brasil, observados nos períodos de 1991 e 2006. Utilizando dados produzidos pelo projeto *World Values Survey* (WVS), o terceiro capítulo apresenta a análise dos dados e os resultados verificados. Por fim, tecemos uma análise geral sobre os resultados encontrados, destacando os determinantes individuais que se mostraram mais significativos para explicar o envolvimento em protestos e também avaliamos o impacto dos fatores conjunturais na explicação do comportamento de protesto da população brasileira nos períodos selecionados.

Palavras-chave: protesto no Brasil; participação política não convencional; determinantes da participação em protesto.

ABSTRACT

This paper presents a study about the individual bases of participation in protests in the Brazilian context. Different explanatory theories seek to understand the key factors that lead individuals to engage in forms of political protest. A variety of factors has been suggested as drivers to these contesting modalities, some of these factors are structural and others of individual order. Researchers of both sides have presented important evidences about the relevance of each of these groups as explanatory factors. Therefore, our main objective is to check on the impact of different economic and political circumstances as well as analyzing the individual determinants of protesting behavior within the Brazilian population (1991 and 2006). In order to achieve this goal, the work was divided into three chapters. In the first one, we present a review of the literature regarding the classification of the political participation in action modalities and a theoretical discussion about the main explanatory theories involved in answering the reasons that influence the political engagement. In the second chapter, we explain political and economic aspects of Brazil, observed in the periods 1991 and 2006. Using data gathered by the World Values Survey (WVS) project, the third chapter presents the analysis of the data and verified results. Finally, we developed a general analysis of the results, highlighting the individual determinants that were more significant to explaining involvement in protests and also evaluated the impact of cyclical factors in the explanation of the protesting behavior of the Brazilian population in selected periods.

Keywords: protest in Brazil; unconventional political participation; determinants of participation in protest.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CIS	Consórcio de Informações Sociais
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LBA	Legião Brasileira de Assistência
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
PC Farias	Paulo César Farias
PIB	Produto Interno Bruto
WVS	<i>World Values Survey</i>

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Participação em abaixo-assinados, boicotes e manifestações, 1991 e 2006.....	78
Tabela 2	Preditores da participação em abaixo-assinados (1991)	89
Tabela 3	Preditores da participação em boicotes (1991)	92
Tabela 4	Preditores da participação em manifestações (1991)	95
Tabela 5	Preditores da participação em abaixo-assinados (2006)	98
Tabela 6	Preditores da participação em boicotes (2006)	100
Tabela 7	Preditores da participação em manifestações (2006)	102
Tabela 8	Preditores da participação não convencional (1991)	106
Tabela 9	Preditores da participação não convencional (2006)	109

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01	Taxa (%) de variação anual PIB <i>per capita</i> – Brasil (1989-1992)	70
Gráfico 02	Taxa (%) de variação anual PIB <i>per capita</i> – Brasil (2003-2006)	70
Gráfico 03	Evolução da desigualdade na renda familiar <i>per capita</i> segundo o coeficiente de Gini – Brasil (1989 – 1992)	71
Gráfico 04	Evolução da desigualdade na renda familiar <i>per capita</i> segundo o coeficiente de Gini – Brasil (2003-2006)	72
Gráfico 05	Variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) – Brasil (1989-2006)	73

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
1 AS TEORIAS EXPLICATIVAS DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA	27
1.1 CLASSIFICANDO A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA	27
1.2 DETERMINANTES DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA ..	34
1.2.1 Dimensão macro: o contexto	34
1.2.2 Dimensão micro: o indivíduo	41
2 CONTEXTO POLÍTICO E ECONÔMICO DO BRASIL (1991 E 2006)	53
2.1 FATOS POLÍTICOS NA GESTÃO DE COLLOR.....	53
2.2 FATOS POLÍTICOS NA GESTÃO DE LULA	62
2.3 DADOS ECONÔMICOS E SOCIAIS: COMPARANDO OS PERÍODOS	69
3 ANÁLISE DOS DADOS	75
3.1 QUESTÕES METODOLÓGICAS.....	75
3.2 ANÁLISE CONTEXTUAL.....	77
3.3 EXPLICANDO O PROTESTO: COMPOSIÇÃO DOS MODELOS MULTIVARIADOS	82
3.4 AS BASES INDIVIDUAIS DA PARTICIPAÇÃO: ABAIXO-ASSINADOS, BOICOTES E MANIFESTAÇÕES.....	88
3.5 AS BASES INDIVIDUAIS DA PARTICIPAÇÃO NÃO CONVENCIONAL.....	105
3.6 MONTANDO O “QUEBRA-CABEÇA”: PERCEPÇÕES GERAIS SOBRE OS DETERMINANTES INDIVIDUAIS DA PARTICIPAÇÃO.....	110
3.7 CONTINUIDADES E DESCONTINUIDADES DOS DETERMINANTES INDIVIDUAIS DO PROTESTO.....	115
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	129
APÊNDICES	135

INTRODUÇÃO

Ao refletir sobre política, o tema da participação aparece quase como uma continuidade do assunto. Na busca de influenciar o processo político, diferentes formas de atuação política são mobilizadas pelos cidadãos. Com o propósito de classificá-las, estudiosos elencaram duas modalidades de participação política: a convencional e a não convencional. Tal classificação se tornou a mais aceita pela literatura sobre participação política.

Designa-se por participação convencional ou formal as ações políticas ligadas ao processo eleitoral; nesse enquadramento, são incluídas questões ligadas ao voto, partidos políticos, campanhas eleitorais, ocupação de cargos eletivos públicos etc. Enquanto que a participação não convencional ou informal, também nomeada de protesto e de contestação, abrange as ações políticas que vão além do processo eleitoral, como, por exemplo, movimentos sociais, greves, passeatas, manifestações, boicotes, ocupações de prédios públicos, bloqueios de tráfego, petições, danos à propriedade e violência contra as pessoas.

Durante muito tempo, os pesquisadores empenharam-se em analisar a participação política convencional e seus desdobramentos, na busca do diagnóstico das bases sociais e atitudinais, bem como dos condicionantes dessa forma de participação. Porém, os mesmos esforços analíticos não foram empregados para entender o engajamento em modalidades não convencionais. Com isso, as formas de participação relacionadas ao protesto político acabaram por permanecer em posição subalterna nas agendas de pesquisa.

Contudo, a partir dos anos 1970, deu-se uma proliferação de formas de contestação política, fazendo com que os pesquisadores se voltassem mais a esse fenômeno. Atualmente, distintas abordagens analíticas têm-se interessado pela participação não convencional: desde a literatura sobre movimentos sociais, preocupada em apreender os determinantes da ação coletiva, as oportunidades políticas, os ciclos de protesto, o conflito político e os seus resultados, bem como a perspectiva denominada de “sociologia do militatismo”, que tem se dedicado a entender os determinantes individuais e sociais, os processos de reconversão de recursos e as redes como formas de constituição de um “capital militante”. No Brasil e no exterior, estudos dedicados a militância estão em crescente valorização (SEIDL, 2009).

Recentes estudos relatam que o protesto tornou-se uma parte significativa do repertório de ação política, adquirindo grande relevância

na política contemporânea. Acontecimentos ocorridos no ano de 2011 respaldam essa afirmação, visto que uma onda de protestos espalhou-se pelo mundo. Observamos que diferentes formas de participação política não convencional foram utilizadas, desde manifestações pacíficas até revoltas armadas. Os protestos foram suscitados por variados motivos. No mundo árabe (Egito, Iêmen, Líbia, Tunísia, Síria, Argélia, Jordânia, Mauritânia, Bahrein), por democracia e liberdade, além de melhores condições de vida. Na Europa (Grécia, Espanha, Inglaterra) e EUA, contra as consequências da crise econômica e o desemprego. No Chile, por educação pública de qualidade e gratuita. Essas manifestações foram articuladas por meio das redes sociais, reunindo milhares de pessoas.

Pesquisas sobre a atividade de protesto são mais comuns nas democracias industriais avançadas, nas quais uma série de investigações empíricas tem constatado o declínio ou a estabilização das formas convencionais e o aumento das ações contestatórias. No caso das nações em desenvolvimento, como o Brasil, estudos desse porte são menos frequentes.

Esse panorama nos fez pensar em algumas questões relacionadas ao Brasil, tais como: o brasileiro tem o hábito de protestar? Ou, ainda, o país tem acompanhado essa tendência, isto é, os brasileiros estão protestando mais? E quais ações são mais utilizadas para fazê-lo? Esses primeiros questionamentos nos inspiraram a pesquisar sobre o assunto. Acreditávamos que, devido ao desenvolvimento econômico e ao aprimoramento político vivenciado pelo país, o número de indivíduos envolvidos em protestos aumentaria substancialmente passados quinze anos, pois estudiosos de mudanças culturais argumentam que esses fatores incidem positivamente sobre a atividade de protesto. Porém, logo que iniciamos a aplicação de técnicas descritivas, essa expectativa inicial foi frustrada, como ficará claro na apresentação dos resultados. Além de procurarmos respostas para essas perguntas, focamos em identificar possíveis tendências de evolução de distintas formas de contestação no país, considerando-as de forma separada.

Ao estudar o tema da participação não convencional, observamos que distintas teorias explicativas buscam entender por qual razão indivíduos se envolvem em modalidades de protesto político. Diferentes fatores têm sido apontados como impulsionadores dessas modalidades contestatórias, alguns de ordem estrutural e outros de ordem individual. De modo geral, tais abordagens se dividem em dois grupos: 1) teorias de nível macro que enfatizam variáveis estruturais nacionais; 2) teorias de nível micro que privilegiam variáveis e atributos individuais. Pesquisadores representantes dessas duas vertentes têm

apresentado importantes evidências acerca da pertinência de cada um desses grupos como fatores explicativos.

O primeiro grupo associa a participação política a fatores contextuais, tais como economia e política. Dentro dessa perspectiva, merece destaque a abordagem das Estruturas de Oportunidades Políticas, que considera o contexto institucional com grande capacidade de moldar a participação e a mobilização política, entendendo que as oportunidades e as restrições políticas são importantes fontes de explicação das diferentes formas de engajamento. Uma segunda abordagem de nível macro destaca o desenvolvimento socioeconômico das nações como um indicador importante da participação em atividades contestatórias. Medidas relativas ao nível nacional, como características do sistema político e do desenvolvimento econômico, servem como parâmetro para essas análises. Existem diferentes pontos de vista a respeito dessa relação, os quais, no decorrer do texto, serão expostos.

O segundo grupo de teorias considera atributos individuais como preponderantes para explicar o envolvimento político. Nessa perspectiva de nível micro, destacam-se duas vertentes explicativas, uma relacionada a recursos e outra a questões culturais. No que diz respeito a recursos, duas teorias utilizam variáveis ligadas a recursos para comprovar argumentos antagônicos. Tratam-se do voluntarismo cívico (VERBA; SCHOLOZMAN; BRADY, 1995), que considera altos níveis de recursos como facilitadores da ação política, e da teoria da privação (GURR, 1968a), que defende a falta de recursos como estimulante para a ação de protesto. Com relação à abordagem cultural, diferentes fatores são mobilizados para tentar explicar a participação política em protestos. Alguns desses encontram-se relacionados com questões de confiança institucional, valores pós-materialistas, confiança interpessoal e preferências ideológicas.

Tanto as teorias que privilegiam o nível macro como aquelas que enfatizam os atributos individuais apresentam uma grande diversidade interna. Essa disputa entre hipóteses e teorias reforçou a necessidade de testes empíricos para que pudéssemos confrontar a validade ou pertinência de cada uma delas no contexto brasileiro. Nesse sentido, buscamos não apenas confrontar no plano empírico algumas perspectivas concorrentes, mas também avaliar as suas aplicabilidades no contexto brasileiro, significativamente distinto daqueles existentes nas nações desenvolvidas economicamente e com longa tradição democrática, para as quais os modelos teóricos foram predominantemente elaborados.

Essas leituras sobre os possíveis condicionantes da participação não convencional nos inspiraram a fazer outros questionamentos, os quais nortearam a pesquisa: que fatores levam os brasileiros a protestar? Questões políticas e econômicas nacionais? Atributos individuais (recursos e valores)? Enfim, qual a relação entre fatores conjunturais e individuais na determinação dos níveis de ativismo contestatório entre o público brasileiro? Tais indagações sustentaram o presente estudo, buscando contribuir para o debate sobre as condições e os determinantes do comportamento de protesto entre os brasileiros.

A dissertação de mestrado que agora apresentamos é o resultado final de uma tentativa de contribuir com esse debate, elegendo como objetivo central testar o impacto de fatores individuais para a explicação do comportamento de protesto da população brasileira.

Para responder as questões da pesquisa, utilizamos os dados produzidos pelo projeto *World Values Survey* (WVS), que, além de apresentarem variáveis diretamente relacionadas à atividade de protesto, foram coletados em três momentos no Brasil. Focamos a análise na primeira (1991) e na última (2006) ondas realizadas no país, por considerarmos dois momentos relativamente distintos em termos de desenvolvimento econômico nacional e também de amadurecimento de nossas instituições políticas, o que possibilitou que comparações fossem realizadas, na tentativa de operacionalizarmos uma análise contextual. Constatamos também que as referidas bases de dados possuíam uma série de variáveis relativas aos recursos, sentimentos de privação e valores políticos, que podiam representar as diferentes abordagens teóricas e hipóteses mencionadas anteriormente.

Por se tratar de bases de dados, relativas a dois períodos diferentes, buscamos verificar quais eram os determinantes individuais para cada modalidade de protesto estudada e em cada ano específico. Além disso, um dos nossos objetivos era visualizar quais variáveis continuaram a impactar as mesmas formas de protesto no passar dos anos. E, de modo geral, pretendíamos conhecer quais variáveis relacionadas às teorias explicativas podiam ser consideradas como preditoras da participação em protesto, levando em conta os dois períodos. Por meio de técnicas estatísticas multivariadas, atingimos esses objetivos.

Dentre as abordagens teóricas abordadas e suas respectivas variáveis, acreditávamos que o modelo do voluntarismo cívico, que ressalta os recursos como fatores explicativos da participação em protestos, respondesse de maneira mais adequada os motivos pelos quais indivíduos se envolvem em ações dessa natureza. Desse modo, nesse

sentido, considerávamos que os argumentos da teoria da privação não encontrariam eco no público brasileiro. Quanto às questões culturais, apostávamos que a falta de confiança nas instituições e nas pessoas, os valores pós-materialistas e a preferência por partidos de esquerda aumentariam as probabilidades individuais de protestar. Como não temos a intenção de antecipar, nessa breve introdução, detalhes das nossas descobertas e conclusões, passamos agora à apresentação da estrutura da dissertação.

Tendo em vista todos os objetivos propostos, dividimos o trabalho em três capítulos. No primeiro capítulo, apresentamos uma revisão da literatura sobre a classificação da participação política em modalidades ou formas de atuação. Na sequência, apresentamos sumariamente o que definimos anteriormente como duas principais perspectivas explicativas para o engajamento político, confrontando as distintas abordagens. Nessa parte teórica, dedicamo-nos à discussão das teorias explicativas relacionadas ao nosso objeto de investigação, observando a relevância de fatores conjunturais e individuais para a explicação do fenômeno do protesto.

No segundo capítulo, expomos aspectos contextuais do Brasil observados nos períodos de 1991 e 2006. Para tal, investigamos a conjuntura política e econômica do país nessas épocas, recorrendo a fatos políticos e indicadores econômicos e sociais. No terceiro capítulo, voltado à dimensão empírica da investigação, apresentamos a análise dos dados e os resultados verificados. Inicialmente, em uma seção metodológica, explicitamos detalhes sobre as bases de dados utilizadas, bem como os procedimentos empregados na análise. Além disso, apresentamos e examinamos a frequência de participação dos brasileiros em formas de protesto, nos dois períodos estudados, à luz de uma interpretação contextual. Nas seções que se seguem, com a realização de testes estatísticos de hipóteses, tratamos de atributos individuais relacionados à participação política. A investigação dos determinantes deu-se por meio de técnicas multivariadas que testaram, no nível empírico, o relacionamento entre o envolvimento político e um conjunto de atributos atitudinais.

Por fim, tecemos uma análise geral sobre os resultados encontrados ao longo desse terceiro capítulo da dissertação, destacando os determinantes individuais que se mostraram mais significativos para explicar o envolvimento em protestos e também avaliamos o impacto dos fatores estruturais na explicação do comportamento de protesto da população brasileira nos períodos selecionados.

1 AS TEORIAS EXPLICATIVAS DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Nessa breve revisão da bibliografia sobre a participação política, inicialmente, apresentaremos a discussão sobre a classificação da participação política em modalidades ou formas de atuação. Na sequência, apresentaremos teorias explicativas, pautadas em determinantes estruturais e individuais da participação, por intermédio de distintas abordagens. O objetivo dessa seção resume-se em debater, em alguma medida, os fatores que podem estar atrelados à participação política, dando especial ênfase àqueles ligados a participação política não convencional, também chamada de protesto.

1.1 CLASSIFICANDO A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

O tema da participação política há muito tempo instiga os estudiosos, fazendo-os se debruçarem sob os mais diversificados aspectos desse fenômeno. Isso porque a participação desempenha diferentes atividades na esfera política. Além de legitimar as instituições democráticas, a participação política atua no controle e na fiscalização da autoridade política, bem como amplia os direitos de cidadania, ao trazer à tona reivindicações e proposições de questões públicas. Frente a tantas funções atreladas à participação política, torna-se compreensível o quão desafiador se propõe esse tema ao pesquisador.

O próprio conceito de “participação política” é polissêmico, ao levar em consideração uma variedade de atividades e práticas que estão orientadas para a política. Com isso, a literatura que trata sobre o tema também se diversifica. Alguns estudos buscam diagnosticar e definir as diferentes formas de participação que repercutem no cenário político, sejam antigas ou atuais, recorrentes ou inusitadas. Outras pesquisas se interessam pelo sujeito da ação, na tentativa de visualizar quais as bases sociais e atitudinais dessa ação política, ou seja, qual é o perfil social daqueles que participam e o que eles pensam. Há ainda investigações que se dedicam a entender quais os motivos que levam esses indivíduos a se engajarem politicamente, isto é, quais os condicionantes que sustentam tal ação.

Como bem explica Avelar (2004), a palavra participação, de origem latina, relaciona-se ao ato de compartilhar, de tomar parte de algo, de dividir modos de pensar ou de sentir com outros, com o intuito de influenciar o processo político. Para Verba, Scholzman e Brady (1995), o ato de participar tem como objetivo influenciar as ações das

instituições governamentais. Quanto a isso, posteriormente, os autores reconheceram que nem toda a ação política está voltada para persuadir o governo, como é o caso do “consumismo político”, que não define o governo por excelência como o destinatário de suas ações. Por intermédio do trabalho de Borba e Ribeiro (2011a), essa questão foi explicitada, o que possibilitou um entendimento mais amplo dos possíveis objetivos dos atos políticos.

Nessa busca de influenciar, seja governos ou não, existem diferentes graus e meios de participação política. Em função dessas tantas possibilidades de ação que são denominadas de participação política, um dos primeiros esforços de sistematização nesse sentido foi feito por Milbrath (1965), que elencou formas pelas quais a participação se materializa, tais como: votar (eleições, plebiscitos, referendos), participar de uma discussão política, usar um distintivo político, contatar funcionários ou dirigentes políticos, dar dinheiro para um partido ou candidato, participar de um comício ou de uma campanha política, ser membro ativo de um partido político, candidatar-se a cargo eleitoral, ocupar cargos públicos concedidos pelo partido, dentre outras formas¹.

Como é possível perceber, Milbrath consagrou ao processo eleitoral uma fonte quase única de participação política. Esses comportamentos podem ser classificados como formas “socialmente aceitas”, definidas pela literatura como modalidades de participação

¹ Os autores Borba e Ribeiro (2011a), por meio de uma revisão da literatura sobre os modelos de classificação da participação política, apresentam um debate entre modalidades divergentes de classificação; de um lado, a perspectiva que entende os atos políticos como um *continuum* (visão unidimensional), no qual os indivíduos participariam de determinadas modalidades em função de habilidades ou custos para participação, ou seja, quanto maiores os recursos, maior o nível de envolvimento, e tal abordagem está associada ao modelo de centralidade defendido por Milbrath; de outro lado, uma abordagem que percebe a participação política por meio de uma visão multidimensional, no sentido que existem níveis múltiplos de participação, com os quais os indivíduos se identificam de acordo com seus atributos sociodemográficos e atitudinais, não havendo, dessa forma, uma relação que determine que maiores recursos estejam associados a modos de participação mais intensos. Essa segunda perspectiva encontra-se nos estudos de Verba e Nie. Cabe ressaltar que ambas as perspectivas levam em conta, em suas análises, somente as formas convencionais de participação, portanto, desconsideram outras modalidades de engajamento político.

convencional (BORBA; RIBEIRO, 2011c, p. 2). A participação convencional ou tradicional “também é conhecida como participação institucional, por referir-se àquelas atividades integradas aos mecanismos governamentais de tomada de decisões”. (BAQUERO; BORBA, 2008, p. 10).

Frente a isso, Pizzorno (1975) lançou algumas questões: como categorizar indicadores válidos para condições sociais e políticas diferentes daquelas a que se refere Milbrath? O que fazer com fenômenos que não estão compreendidos na referida lista, como as greves, os protestos, os contatos diretos com os governantes? Enfim, como determinar se devem ser ou não ser considerados formas de participação política? A partir de tais indagações, constatou-se que a política é algo mais amplo do que aquilo que se refere ao processo eleitoral. Pizzorno (1975) enfatizou que, no âmbito da literatura especializada no tratamento da participação política, experimentava-se um mal-estar frente à insuficiência dos instrumentos conceituais utilizados. O autor ressaltou ainda que os comportamentos identificados por Milbrath como políticos, em sua maioria, adquiriam um significado particular na cultura norte-americana. Isso porque as investigações sobre participação política foram efetuadas, em grande parte, por norte-americanos.

Baquero e Prá (2007), assim como Borba e Ribeiro (2011a), também relataram que os modelos de classificação tiveram como parâmetro as nações desenvolvidas economicamente e com longa tradição democrática. Além disso, Baquero e Prá (2007) salientam que países como o Brasil, onde há instabilidade política, materialmente não resolvido e institucionalmente frágil, tal modo de pensar não colabora. Acrescentam que o Brasil busca conciliar uma economia de mercado com crescentes desigualdades sociais, o que tem possibilitado o surgimento de outras formas de participação política que se situam fora do espectro formal-legal, mas que não podem ser consideradas ilegítimas.

De modo geral, a participação política foi tradicionalmente associada às modalidades formais e socialmente aceitáveis, excluindo assim as modalidades informais de organização política, o que pode ser constatado por meio dos trabalhos de Milbrath (1965). Tal quadro se alterou a partir dos anos 1970, quando movimentos sociais proliferaram, reivindicando alterações no funcionamento do Estado, isso deu início à teorização dos novos movimentos sociais (Scherer-Warren, 1998). A partir de então, uma nova forma de engajamento político foi reforçada,

fazendo com que os estudiosos incorporassem diferentes formas de participação política, distintas das eleitorais, aos seus estudos.

Sendo assim, desde 1970, os pesquisadores têm estudado formas não convencionais de participação, tais como: cartas aos jornais, boicotes, greves, passeatas, ocupações de prédios públicos, bloqueios de tráfego, abaixo-assinados, manifestações, participação em movimentos sociais, danos à propriedade e violência contra as pessoas (DELLA PORTA, 2010). Todas essas ações são desenvolvidas fora dos canais formais e da arena institucional. No entanto, Dalton, Sickle e Weldon (2009) destacam que essas atividades são mais difíceis de mensurar do que as atividades institucionalizadas.

Nessa incorporação de formas não convencionais às agendas de pesquisa, como ressaltaram Borba e Ribeiro (2011a) e Verba, Schlozman e Brady (1995), merece destaque a obra *Political Action*, de Barnes e Kaase (1979), que foi precursora no sentido de reconhecer a participação massiva e a mobilização em protestos como modalidades de participação política. Anteriormente, esse tipo de participação era relacionado a contextos de instabilidade, sendo vista como uma espécie de “anomalia típica dos países subdesenvolvidos” (BORBA; RIBEIRO, 2011a, p. 6). A partir da referida obra, a divisão entre modalidades convencionais e não convencionais passou a ser incorporada ao vocabulário dos estudos sobre participação.

Norris (2007) também havia alertado sobre o reducionismo das classificações propostas por Milbrath e Verba, que excluía algumas das mais importantes formas de engajamento cívico, a autora chamou esse tipo de participação de “Citizen-oriented”. Com a emergência dos movimentos sociais, outras formas de participação puderam ser observadas, as quais Norris denominou de participação “Cause-oriented”, associadas às atividades de protesto. O ativismo orientado por causa evidenciou uma multiplicidade de repertórios, muitas vezes relacionados a questões culturais e identitárias. Com isso, a participação política tornou-se mais pontual, no sentido de focar em causas específicas, ao mesmo tempo em que apresentou uma maior diversidade, abrangendo uma gama de possibilidades de ações. Norris (2007) salientou que a distinção entre esses tipos de participação não é excludente, visto que os novos movimentos sociais, frequentemente, adotam as duas táticas, a convencional e a orientada por causa.

Quanto a essa questão, diversos estudos têm investigado a possível relação de complementaridade ou de exclusão entre a participação convencional e a não convencional. Alguns autores defendem a tese da “convergência”, como é o caso de Norris,

considerando essas formas de participação como repertórios de uma cidadania mais crítica. Outros estudiosos defendem que tais formas de participação caminham em direções opostas (PUTNAM, 2003). Pesquisas empíricas têm apontado para a complementaridade dessas formas de participação (VALDIVIESO, 2009; BORBA; RIBEIRO, 2010b). A própria tipologia proposta em *Political Action* não classificou essas formas de participação como excludentes, mas sim como alternativas mobilizadas pelos ativistas, de acordo com o contexto.

No que diz respeito ao contexto, Baquero e Prá (2007) ressaltaram que a prevalência de um enfoque formal-legalista da participação política negligenciou os aspectos culturais e históricos de cada contexto. Por muito tempo, os estudiosos fixaram seus esforços analíticos somente nas modalidades conectadas ao processo eleitoral. Porém, a emergência de novas formas de engajamento e o declínio ou estabilização das formas convencionais exigiu um olhar mais atento dos pesquisadores quanto às práticas consideradas não convencionais. Baquero e Borba (2008, p. 2) relataram que “as organizações convencionais etradicionais da democracia representativa nunca tiveram avaliações tão baixas por parte dos cidadãos”. As investigações empíricas de Putnam (2003) também acusaram o enfraquecimento das formas convencionais. De outro lado, estudiosos têm apontado o aumento de formas de participação não convencional (DELLA PORTA, 2010; INGLEHART; WELZEL, 2009; DALTON; SICKLE; WELDON, 2009). Cabe salientar que esses últimos estudos tiveram como referência as democracias industriais avançadas.

Para além da classificação de formas convencionais e não convencionais de participação, alguns estudiosos propuseram outras tipologias quanto ao envolvimento político. Foi o caso de Baquero e Prá (2007, p. 131), que categorizaram a participação política em três dimensões: 1) ações expressivas (patriotismo e votar em eleições); 2) ações instrumentais (participar em campanhas eleitorais, ser membro de partido político); 3) comportamentos não convencionais (protestos, passeatas, quebra-quebra).

No entendimento de Avelar (2004), existem três canais de participação, estruturados em tipos convencionais e não convencionais, que identificam os espaços institucionalizados e não institucionalizados da política. O primeiro canal, designado eleitoral, corresponde à participação eleitoral e partidária. Por intermédio desse canal, ocorre a candidatura a cargos governamentais e a eleição de representantes políticos. A autora enfatiza que o canal eleitoral só se torna efetivamente democrático quando a sociedade é pluralista e quando há oportunidade e

igualdade de recursos à disposição dos diferentes grupos e forças políticas.

O segundo canal, chamado corporativo, refere-se à organização de categorias e associações de classes. Por meio desse espaço, são representados os interesses privados no sistema estatal. Segundo a percepção de Avelar, as organizações profissionais, os *lobbies* profissionais e empresariais são formas de participação convencional. A autora acrescenta que o corporativismo tornou-se um termo pejorativo por ser interpretado como a defesa dos interesses particulares em detrimento dos interesses públicos, para a obtenção de privilégios. No entanto, isso somente ocorre quando a sociedade civil é fraca, o pluralismo é baixo e as diferenças socioeconômicas são extremas. Por último, o canal organizacional que está relacionado às formas não institucionalizadas de organização coletiva, como, por exemplo, os movimentos sociais. Esse canal compreende as formas de participação que surgem no âmbito da sociedade civil, por meio de interesses compartilhados por grupos sociais.

Para Pizzorno (1975), a participação política pode se revelar de quatro maneiras: a) Profissionalismo político – trata-se do “viver da política”. Pizzorno alerta que a relação estabelecida é potencialmente contraditória, uma vez que o político representa os interesses privados (de sua organização e dos seus mandatários), ao mesmo tempo em que representa os interesses de toda a coletividade nacional; b) Participação civil na política – relação baseada em demandas e imposições feitas pela sociedade civil ao Estado. Os indicadores mais característicos desse tipo de participação são a adesão a partidos políticos, associações voluntárias, grupos corporativos e outros; c) Movimento social – ambiciona reformar a sociedade para estabelecer uma nova ordem social. Esse tipo de participação entende o Estado como um agente necessário para transformar a sociedade, portanto, tem como objetivo modificá-lo. O sentimento de identificação motiva os indivíduos a se unirem em torno de uma mesma causa; d) Subcultura – nesse tipo de engajamento, os participantes se associam em função de possuírem uma identificação já dada, “natural”. Os grupos étnicos e familiares são um bom exemplo desse tipo de participação.

De modo mais específico, Della Porta (2010, p. 122) elaborou uma classificação das formas de participação não convencional². A

² Tal classificação foi desenvolvida a partir de uma pesquisa sobre protestos contra a Guerra do Iraque, ocorridos em 15 de fevereiro de 2003, envolvendo oito países: EUA, Reino Unido, Itália, Holanda, Suíça, Espanha, Alemanha e Bélgica.

autora codificou o protesto em uma escala de cinco pontos: 1) formas semiconvencionais: contatar um político, funcionário público ou organização, utilizar adesivo ou bótons de campanhas políticas, fazer doações para campanhas políticas, abster-se de uma eleição por razões de protesto; 2) formas de manifestação: assinar uma lei de iniciativa popular ou um abaixo-assinado, participar de uma greve; 3) consumismo político: boicotar determinados produtos ou comprar produtos por motivos políticos, éticos ou ecológicos; 4) ações de ruptura: ocupar prédios públicos, escolas, universidades ou residências em áreas abandonadas; 5) ações violentas: usar da violência contra bens ou pessoas.

Conforme expôs Della Porta (2010), a sua categorização do protesto aproxima-se da classificação elaborada por Russel Dalton (1996 apud DELLA PORTA, 2010, p. 121), que ordenou as atividades de protesto ao longo de um *continuum*, a saber: 1º grau) transição de participação convencional para não convencional: assinar abaixo-assinados e participar de manifestações legais (ações dentro dos limites aceites pelas normas democráticas); 2º grau) ações diretas: boicotar produtos (ações semilegais); 3º grau) ações ilegais: participar de greves não oficiais, ocupar edifícios, prédios ou residências de forma pacífica (atos ilegais, mas não violentos); 4º grau) ações violentas: destruir bens ou agredir pessoas (ações que excedem os limites aceites pelas normas democráticas).

De modo geral, pode-se perceber que diversas tipologias classificatórias foram propostas pelos pesquisadores para descrever e agrupar formas de engajamento político. De qualquer forma, a classificação mais aceita pela literatura sobre participação política, é aquela que diferencia as formas convencionais das não convencionais, conforme atestam Borba e Ribeiro (2010b). Ressaltando que essas tipologias não são fixas, variam de acordo com a dinâmica de cada país, pois os canais de participação política não são permanentes (BAQUERO; PRÁ, 2007). Ou seja, o que é convencional em um país pode não ser enquadrado nessa mesma categoria em outro país. Desse modo, a presente classificação transita por uma abordagem relacional³.

³Borba e Luchmann (2009) chamam a atenção para a falta de nomenclatura disponível para analisar um tipo de participação política que não se enquadra na classificação convencional/não convencional, mas que vem se constituindo numa inovação importante nas relações entre Estado e sociedade, em países como o Brasil. Trata-se das experiências de conselhos gestores e orçamentos participativos. Como bem colocam os autores, no caso dos conselhos gestores, apesar da previsão de participação direta (como na ocasião da ocorrência de Fóruns, por exemplo), este modelo está predominantemente ancorado em um princípio da representação

Finalizando as considerações, reforça-se que a participação convencional está associada ao processo eleitoral, enquanto que a participação não convencional ou informal, também chamada de protesto ou de contestação, abrange as ações políticas que vão além desse processo. No presente trabalho, a atenção recai sobre a segunda forma de participação política; em primeiro lugar, porque as pesquisas sobre o tema, em sua maioria, focaram em ações institucionalizadas, em segundo, porque o protesto tem revelado um rico e variado repertório, de certa forma reconfigurando as práticas de participação política.

1.2 DETERMINANTES DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Como mencionado anteriormente, os estudiosos que pesquisam a participação política, além de buscarem classificar as modalidades, têm se dedicado a diagnosticar e apreender os determinantes que sustentam essa ação. Para tanto, diferentes vertentes explicativas são mobilizadas e, de modo geral, dividem-se em dois grupos: 1) teorias de nível macro que enfatizam questões estruturais/contextuais; e 2) teorias de nível micro que privilegiam atributos individuais. O primeiro grupo associa a participação política a fatores contextuais, tais como economia e política. O segundo grupo considera aspectos individuais, tais como recursos e valores, como preponderantes para explicar o envolvimento político. A seguir, apresentamos brevemente essas duas perspectivas teóricas.

1.2.1 Dimensão macro: o contexto

A obra *O poder em movimento*, de Sidney Tarrow (2009) apresenta a abordagem das **Estruturas de Oportunidades Políticas** como ferramenta analítica do confronto político. O autor constatou que as oportunidades e as restrições políticas são importantes fontes de explicação da atividade contestatória, visto que a criação ou não de incentivos afeta consideravelmente a disposição do indivíduo em confrontar. Nas palavras de Tarrow (2009, p. 24), “mudanças nas oportunidades e nas restrições políticas criam os incentivos mais importantes para iniciar novas fases de confronto”. Acrescenta que mesmo reivindicações profundas permanecem inertes, a não ser que

que ocorre por meio das organizações da sociedade civil. Já o modelo do orçamento participativo (OP) desenha um sistema que se aproxima de um tipo piramidal de articulação entre participação direta e representação.

possam ser ativadas. Nesse sentido, os riscos e os custos envolvidos em agir coletivamente são questões que pesam sob o ato de protestar. A argumentação desenvolvida por Tarrow tem sido deslocada para interpretar diferentes cenários, devido à sua facilidade de adequação a projetos distintos.

Nessa perspectiva, o confronto político surge como uma reação a mudanças de oportunidades e restrições políticas. O contexto de oportunidades ou de ameaças está relacionado às condições dadas aos cidadãos desafiantes, enquanto que a facilitação ou a repressão parte das autoridades estabelecidas. Ou seja, a repressão desencoraja o confronto, a facilitação o encoraja. Tarrow (2009) salienta que o engajamento em questões políticas depende de mudanças dos padrões das oportunidades e das restrições políticas. Além disso, esclarece que a abertura política propicia a atores com poucos recursos o engajamento no confronto político, visto que, caso não existisse essa facilitação, os custos exigidos para a participação seriam muito altos. Porém, ressalta que as oportunidades políticas ocorrem somente para certos grupos e que apenas alguns indivíduos as exploram.

Na abordagem das estruturas de oportunidades políticas, o contexto institucional assume grande capacidade de moldar a participação e a mobilização política. Os recursos externos ao grupo são vistos como preponderantes para a realização desses atos. Em outras palavras, as instituições assumem predomínio no preparo do “terreno” para a instalação do confronto político, ao criarem estruturas de oportunidade políticas para grupos sociais.

Diversos estudiosos têm incorporado em seus trabalhos a referida perspectiva analítica, testando essas argumentações. Foi o caso de Rennó (2003), que comparou os argumentos do capital social e o conceito de estruturas de oportunidades políticas para explicar o engajamento em organizações da sociedade civil na América Latina⁴. Nesse estudo, o autor evidenciou os contextos como propiciadores de ação coletiva, isso porque, quanto mais aberto o Estado para práticas ligadas à ação coletiva, menores os custos de participação e maior a mobilização social. Se os riscos de engajamento forem grandes, maiores os custos da ação, por conseguinte, menor a mobilização social. Segundo Rennó, a teoria de estruturas de oportunidades políticas destaca que o papel do Estado e o tipo de intervenção estatal não podem ser desconsiderados como fatores explicativos para o sucesso de formas

⁴ Na próxima parte do capítulo – “Dimensão Micro: o indivíduo” –, as argumentações do capital social serão expostas.

independentes de ação coletiva. Oliveira (2008) bem lembrou, ao estudar o engajamento político ambiental no Brasil, que a abertura dos espaços de participação política, decorrente do processo de redemocratização, resultou na intensificação da militância e na formação de redes de ativistas.

No entanto, Rennó (2003) alerta que não se trata de um Estado que crie, por si próprio, movimentos sociais, ou que os coopte, mas de um Estado que gere incentivos indiretos ao fortalecimento de movimentos sociais independentes. Sidney Tarrow (2009) já deixou claro que as oportunidades políticas oportunizam, não determinam a ação coletiva, pois é a presença de diversos fatores que oferecem condições facilitadoras para a emergência de uma ação coletiva. Rennó (2003) concluiu que o ativismo da sociedade civil é condicionado muito mais devido à existência de aberturas e garantias oferecidas por instituições formais do que predisposições psicológicas individuais.

Nesse mesmo sentido, Borba e Ribeiro (2010b), ao estudarem as relações entre modalidades convencionais e não convencionais de participação em três capitais da América do Sul (Porto Alegre, Montevidéu e Santiago), constataram que o contexto incentivou o engajamento político, uma vez que “a opção pela participação numa modalidade X ou Y dependeria muito mais de oportunidades oferecidas pelo contexto do que de algum atributo individual do indivíduo” (p. 15). Esses mesmos pesquisadores reforçaram seus achados ao investigarem os determinantes individuais da participação política em quatro países latino-americanos (Argentina, Brasil, Chile e Peru). Nesse caso, descobriram que, na Argentina e no Brasil, as oportunidades fornecidas pelo contexto foram determinantes para que os indivíduos decidissem entre formas convencionais e não convencionais de participação. (BORBA; RIBEIRO, 2010a).

Cabe ressaltar a pesquisa de Borba e Lüchmann (2007) sobre as novas institucionalidades participativas, que revelou o perfil “popular” dos sujeitos que participaram dos Orçamentos Participativos em sete municípios de Santa Catarina (Biguaçu, Chapecó, Itajaí, Blumenau, Concórdia, Criciúma e Guaraciaba)⁵. Tal observação destaca o poder dos canais institucionais para mobilizar indivíduos com níveis baixos de escolaridade e renda, o que vai ao encontro dos argumentos de Tarrow (2009). Além disso, Borba e Lüchmann (2007) destacaram a

⁵ Orçamento participativo é um mecanismo governamental da democracia participativa, que permite aos cidadãos, de forma direta, decidir sobre a aplicação dos recursos em obras e serviços que serão executados pela administração municipal.

Constituição de 1988 e a ascensão política de partidos de esquerda como dois importantes condicionantes históricos-institucionais de novos canais de participação política no Brasil. O estudo de Oliveira (2008) sobre o militantismo ambiental também acusou as transformações provocadas pelo processo de abertura política. Conforme o autor, a partir da década de 1980, o padrão dos militantes alterou-se à medida que pessoas de origens sociais mais baixas e heterogêneas começaram a fazer parte de organizações ambientais, anteriormente, as quais comportavam, em sua maioria, pessoas oriundas de famílias mais abastadas.

Outro trabalho que merece destaque foi desenvolvido por Silva e Zanata (2009), por meio de uma pesquisa empírica com duas associações de moradores da cidade de Porto Alegre. Os autores enfatizaram que o conceito de estrutura de oportunidade política desfaz a “visão dicotômica e não relacional do campo político-institucional e das organizações sociais” (p.4) e confronta as abordagens que buscam explicar a atuação dos movimentos sociais a partir de fatores sociopsicológicos e ações estratégicas dos indivíduos. Com esse trabalho, Silva e Zanata (2009) problematizaram o conceito de estruturas de oportunidades políticas, ao relatarem que a “definição de estrutura de oportunidades políticas é dependente, em grande medida, dos recursos associativos com que contam os diversos atores da sociedade civil” (p.3). Sendo assim, alertam que visões estáticas e substantivas no emprego de tal conceito, que o tomam como “dado” da realidade, negligenciam a ação de atribuição de oportunidade, que passa por um processo de interpretação.

Os referidos autores chegaram a essa conclusão ao observarem que grupos sociais que possuíam um estoque de capital social significativo não dependeram, em grande parte, da existência de espaços institucionalizados de participação. Enquanto que, para grupos sociais com baixo estoque de capital social, esses espaços foram necessários para efetivarem suas participações políticas. Por fim, Silva e Zanata (2009) salientam a necessidade de tratar a teoria de estrutura de oportunidade política com maior complexidade, visto que tal estrutura é definida em parte pelos recursos associativos e as estratégias de atuação das organizações.

Embora o conceito de estruturas de oportunidades políticas apresente pressupostos que contribuem para o debate sobre participação política em geral, a referência dessa vertente analítica está centrada nas formas de protesto. Tarrow (2009, p. 105) citou cinco aspectos ligados a mudanças de oportunidades que condicionam o confronto político:

(1) a abertura do acesso à participação para novos atores; (2) a evidência de realinhamento político no interior do sistema; (3) o aparecimento de aliados influentes; (4) divisões emergentes no interior da elite; (5) um declínio na capacidade ou vontade do Estado de reprimir a dissidência.

O autor destaca também a importância de três dimensões mais estáveis de oportunidade/restricção que transformam o potencial de mobilização em ação contestatória. A primeira está relacionada ao conceito de “força do Estado” que diferencia Estados fortes de Estados fracos. Em síntese, os Estados fortes defendem regimes autoritários, que utilizam instrumentos repressivos para constranger a participação política; já os Estados fracos apoiam-se em regimes democráticos, que, por meio de canais formais e informais, estimulam a participação política. A segunda dimensão diz respeito às estratégias preponderantes do Estado em relação aos desafiantes, que podem ser incluídos ou excluídos. E a terceira dimensão refere-se à repressão, geralmente caracterizada pelo uso da força policial contra os manifestantes. Na realidade, esses três conjuntos de fatores comunicam-se, podendo ser considerados como desdobramentos de uma mesma argumentação, inseridos em um campo relacional.

Dalton e Sickle (2005) e Della Porta (2010) alertaram sobre a dificuldade de operacionalizar o conceito de estruturas de oportunidades políticas para testar teorias, em função do mesmo possibilitar diferentes interpretações, engendrando uma ampla gama de definições, o que traz impedimentos na hora de comparar resultados e chegar a conclusões mais generalizadas. Ademais, Dalton e Sickle (2005) relataram a dificuldade de dizer como a abertura política afeta o protesto. Destacaram também que, na percepção de alguns autores, o conceito de estruturas de oportunidades políticas não possui clareza e que isso pode ser perigoso, no sentido que o mesmo pode tornar-se uma “esponja”, que absorve e explica todos os aspectos do ambiente social.

Retornando aos aspectos relatados por Tarrow (2009), eles carregam a hipótese de que sistemas políticos abertos estimulam o engajamento político em formas não convencionais de participação, devido aos baixos custos e riscos exigidos dos manifestantes. Borba e Ribeiro (2011b) mostraram que Kitschelt (1986) e Brockett (1991) argumentam o contrário, isto é, sistemas políticos fechados impulsionam movimentos de protesto. Os estudiosos defendem que em cenários

autoritários, onde não existem mecanismos institucionalizados de participação, o protesto surge como única alternativa de pressionar as autoridades.

Além das estruturas de oportunidades políticas, o desenvolvimento socioeconômico das nações tem sido apontado como um importante indicador da participação em atividades contestatórias. Segundo Inglehart e Welzel (2009), os públicos das sociedades economicamente desenvolvidas tendem a se engajar em movimentos que desafiam a elite, devido ao sentimento de segurança existencial que os leva a participar de abaixo-assinados, manifestações e boicotes. Em contraste, Gurr (1968a) afirma que condições econômicas de pobreza, que podem ser apuradas pelas altas taxas de inflação e de desemprego, estimulam atividades de protesto por despertarem sentimentos de descontentamento, frustração e raiva. Há ainda uma terceira argumentação que defende níveis médios de recursos como propulsores de ações contestatórias, afirmando que tanto contextos com recursos escassos como situações de afluência reduzem as probabilidades de envolvimento em protestos. (MEYER, 2004 apud BORBA; RIBEIRO, 2011b).

Pesquisas empíricas têm sido realizadas para verificar a relação desses fatores contextuais, políticos e econômicos, ao fenômeno do protesto. Destaca-se o trabalho desenvolvido por Dalton, Sickle e Weldon (2009) ao examinarem, por intermédio de dados da pesquisa *World Values Survey*, a atividade de protesto em setenta e oito nações. Os autores demonstraram que as condições econômicas e políticas de uma nação influenciaram significativamente os níveis de protesto. Enfatizaram que a participação política não convencional tem se expandido não por causa do aumento de insatisfação com o governo, mas porque o desenvolvimento econômico e político forneceram os recursos para aqueles que tiveram demandas políticas. Desse modo, ficou evidente que o protesto ocorreu mais em democracias industriais avançadas. Em relação ao sistema político, os resultados indicaram que o protesto é mais comum em sistemas políticos abertos e democráticos, pois esses permitem e até mesmo facilitam que indivíduos expressem suas opiniões e demandas, sem medo de represálias. Essas afirmações contrariam as argumentações de que os sistemas políticos fechados são mais propensos a “empurrar” os atores para fora das formas convencionais de participação, aumentando assim os níveis de protesto.

Outro trabalho de Dalton e Sickle (2005), também baseado nos dados da pesquisa *World Values Survey*, reforçou essa relação entre a dimensão estrutural e a prática do protesto. Por meio de estudo

comparativo com mais de setenta nações, os autores encontraram que o protesto é relativamente raro em nações menos desenvolvidas, já nas nações mais desenvolvidas a ocorrência é mais frequente, inclusive, questiona-se se, nesses casos, o protesto não se tornou parte da política convencional. Além disso, os estudiosos apontaram que táticas de violência são mais comuns em nações pobres, não democráticas, onde o povo luta por voz. Os resultados acusaram que sistemas políticos abertos, bem como governos eficazes e estáveis, relacionam-se positivamente com a atividade de protesto. Dalton e Sickle (idem) concluíram que o “*protest increases with political development and the institutionalization of a democratic political order*” (p. 12). Do ponto de vista dos autores, o protesto pode ser considerado como um ótimo indicador de uma saudável, vibrante e eficiente democracia. Enfim, os achados da pesquisa demonstraram que riqueza e direitos democráticos encorajam políticas contestatórias.

Em se tratando de América Latina, Borba e Ribeiro (2011b) também investigaram o impacto de fatores estruturais sobre a participação política não convencional em dezessete países, por meio de dados fornecidos pelo Latinobarómetro⁶. Os pesquisadores se depararam com resultados divergentes daqueles anunciados nos estudos de Dalton, Sickle e Weldon (2009) e Dalton e Sickle (2005) quanto aos efeitos atribuídos ao contexto. Primeiramente, os dados revelaram que o nível de desenvolvimento econômico dos países não se mostrou um preditor relevante para explicar a participação em protestos na América Latina. Com relação ao desenvolvimento político, observou-se que países com sistemas políticos mais fechados impulsionaram atividades de protesto, o que contraria a afirmação de que sistemas políticos com maiores liberdades e garantias individuais proporcionariam maior engajamento político em formas não convencionais de participação. Essas constatações evidenciaram a particularidade da região latino-americana, que mostrou resultados diferenciados, se comparados aos obtidos pelas pesquisas que abrangeram nações do mundo todo.

As pesquisas de Dalton, Sickle e Weldon (2009) e Dalton e Sickle (2005) chegaram a tais resultados utilizando como indicadores econômicos o *gross domestic product (GDP) per capita* e o índice de *Gini* (medida que calcula a desigualdade de distribuição de renda). Para

⁶ Os países foram: Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Chile, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai, Venezuela e República Dominicana.

mensurar o desenvolvimento político dos países, esses estudos buscaram como indicadores o índice *Rule of Law* (medida do Banco Mundial para apurar a abertura e o desenvolvimento democrático de uma nação), a escala de democracia *Freedom House*, a medida *Voice and Accountability* (desenvolvida pelo Banco Mundial para verificar níveis de participação política e de liberdade de expressão e associação das nações) e outras medidas relacionadas à repressão, corrupção, eficiência governamental e estabilidade do regime. Os pesquisadores Borba e Ribeiro (2011b) se valeram das medidas do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, do índice de *Gini* e do *Voice and Accountability* para testarem suas hipóteses no contexto latino-americano. Por fim, ressalta-se que as três pesquisas anteriormente relatadas mobilizaram, além de fatores de ordem estrutural, atributos individuais para explicarem o fenômeno do protesto. Os resultados desses fatores microsociais serão apresentados na próxima seção.

1.2.2 Dimensão micro: o indivíduo

Enquanto algumas teorias enfatizam variáveis estruturais como determinantes do envolvimento dos cidadãos em modalidades de protesto, outras abordagens encontram nos atributos individuais a fonte de explicação para esse tipo de comportamento. Nessa perspectiva de nível micro, destacam-se duas vertentes explicativas, uma relacionada a recursos e outra a questões culturais.

Com relação a recursos individuais, estudos pioneiros sobre participação política, tomando como base empírica apenas as formas convencionais ou eleitorais, encontraram associação entre o envolvimento político e o *status social* (MILBRATH, 1965). Variáveis ligadas ao nível educacional, a renda e ao tempo livre estabeleceram uma relação positiva com a participação política. Com base nesses achados, formulou-se o modelo de centralidade, o qual “propõe que a intensidade da participação varia conforme a posição social do indivíduo porque quanto mais central, do ponto de vista da estrutura social, maior a participação” (AVELAR, 2004, p. 229). Desse modo, indivíduos com maior escolaridade, provenientes de classes médias, homens em relação às mulheres, casados, meia-idade, pertencentes a maiorias étnicas, moradores das cidades em relação aos que moram no campo e envolvidos em associações voluntárias seriam aqueles que obteriam os maiores níveis de participação política.

Baseando-se no modelo de centralidade foram realizadas importantes descobertas sobre os fatores condicionantes da participação.

Posteriormente, tal teorização foi refinada por Verba, Schlozman e Brady (1995) por meio da obra *Voice and Equality*, a qual se tornou um marco nos estudos sobre participação política. Os referidos estudiosos desenvolveram um modelo explicativo denominado voluntarismo cívico, que representa uma das versões mais sofisticadas do modelo de centralidade. Conforme afirmaram Borba e Ribeiro (2011a, p. 8), esse “trabalho de Verba, Schlozman e Brady (1995) pode ser considerado o maior esforço teórico e metodológico no âmbito da construção de uma teoria da participação política empiricamente orientada”.

O modelo do voluntarismo cívico apresenta três fatores que levam os indivíduos a participarem de atividades políticas: a) recursos socioeconômicos e competências adquiridas; b) engajamento psicológico, isto é, percepção de competência subjetiva e interesse por política; c) acesso a redes que recrutam indivíduos para a vida política. Desses três componentes do modelo, os autores ressaltam que os recursos são os principais elementos (VERBA; SCHOLOZMAN; BRADY, 1995, p. 288). Três tipos de recursos são enfatizados como facilitadores da participação: tempo, dinheiro e habilidades cívicas (comunicativas e organizacionais). Como mencionado anteriormente, o segundo componente diz respeito a medidas de engajamento psicológico, como, por exemplo, interesse por política, senso de eficácia política e até mesmo experiências em casa e na escola. O terceiro componente destaca o papel das instituições como recrutadoras de cidadãos para a atividade política por meio do pertencimento de indivíduos a organizações, associações voluntárias, igrejas, ambiente de trabalho.

Nessa lógica, a participação seria produto de recursos objetivos e subjetivos. Nas palavras dos autores,

we have argued that the availability of resources would explain why someone might or might not be *able* to participate in politics. Political activity is, however, *voluntary* activity. Subjective factors explain why individuals might or might not *want* to participate. (VERBA; SCHLOZMAN; BRADY, 1995, p. 343, grifos do autor).

Em síntese, os autores esclarecem que cidadãos que tem **recursos** podem ser ativos; aqueles que são **engajados** querem ser ativos; e aqueles que são **recrutados** talvez digam sim quando perguntados se desejam participar de atividades políticas (VERBA;

SCHLOZMAN; BRADY, 1995, p. 390). Enfim, esses três fatores são o coração do modelo do voluntarismo cívico.

Na construção dessa teoria, Verba, Schlozman e Brady (1995) analisaram o engajamento político em formas convencionais e não convencionais de participação, incluíram também modalidades como o voluntariado em seus estudos. Essa ampliação conceitual que considerou formas de participação social como atividade política foi considerada problemática por Van Deth (2001 apud BORBA; RIBEIRO, 2011a). No entendimento desse autor, a incorporação de diferentes elementos dentro do conceito de participação política pode levar ao desaparecimento da fronteira que separa a esfera política da não política, e isso pode transformar o conceito em uma espécie de “guarda-chuva” que ampara e explica todos os fenômenos sociais.

Outra abordagem que relaciona recursos ao engajamento político baseia-se nos estudos de Theodore Gurr (1968a), que analisou uma série de conflitos civis, ocorridos no período de 1961 a 1965, em um amplo número de nações. A partir desses achados, surgiu o que foi denominado de “teoria das queixas”. Tal modelo explicativo considera tanto aspectos contextuais, os quais foram mencionados anteriormente, quanto fatores de ordem individual como determinantes do protesto. De acordo com a teoria das queixas, situações de privação relativa estimulam comportamentos contestatórios. Entende-se por privação relativa a percepção dos atores sobre a discrepância entre suas expectativas de valor (boas condições de vida que eles acreditam que têm direito) e as condições que eles são capazes de manter. Ou seja, o que os indivíduos consideram como condições ideais em detrimento das condições reais vivenciadas. Contrariando os argumentos do modelo do voluntarismo cívico, as alegações de Gurr (1968a) afirmam que a escassez de recursos incentiva a participação política.

Nessa perspectiva, experiências negativas provocam sentimentos de descontentamento e revolta que, por sua vez, estimulam ações de protesto. A sensação de privação pode nascer de situações constantes, isto é, indivíduos que possuem um histórico de pobreza, ou de mudanças sociais repentinas, como fortes crises econômicas. A insatisfação pessoal, geralmente, encontra-se relacionada a privações econômicas. Gurr (1968b) cita um exemplo, expondo que as variações do preço do pão foram propulsoras para que multidões participassem da Revolução Francesa.

Para a teoria das queixas, altos níveis de descontentamento produzem altos níveis de atividade de protesto. Isso porque a atividade de protesto surge como um meio alternativo de expressar as

insatisfações e os anseios frente aos problemas sociais enfrentados. Com relação a isso, Dalton, Sickle e Weldon (2009) expõem que estudos de protesto nas nações em desenvolvimento, geralmente, identificam associações entre queixas e contestação. Porém, situação diferenciada observa-se nas democracias industriais avançadas, onde a maioria dos estudos mostra uma relação fraca entre essas duas variáveis. Desse modo, o sentimento de descontentamento individual estaria relacionado com o nível de desenvolvimento econômico das nações. Gurr (1968b) destacou ainda que a implementação dos Estados de bem-estar social, por muitas vezes, provocou “calmaria” entre os descontentes, em função de compensá-los com alguns tipos de benefícios.

A segunda vertente de nível micro que busca explicar o engajamento político apoia-se em questões culturais, enfocando o impacto de valores e de ideologias sobre o ato de participar. Nesse sentido, uma das causas apontadas para a ação de protesto ancora-se na premissa de que o cidadão encontra-se decepcionado com o funcionamento das instituições democráticas. Por isso, a baixa participação e interesse na esfera política tradicional. Essa fragilidade democrática pode ser confirmada pela forma como os partidos políticos são vistos e avaliados pelos cidadãos: pesquisas têm mostrado que essas instituições estão entre as menos confiáveis e mais corruptas, segundo as percepções dos brasileiros (BAQUERO; BORBA, 2008). Da mesma forma, Valdivieso (2009) apontou a crescente debilidade e falta de legitimidade dessas organizações. Azevedo, Ribeiro e Santos Junior (2009) também relataram que as recentes investigações sobre estabilidade democrática têm constatado a ocorrência de menor identificação da população com as instituições democráticas, pelo menos desde 1990.

Como se sabe, no caso brasileiro, o descontentamento com a classe política é generalizado. No entendimento de Baquero e Borba (2008), essa decepção, em certa medida, provém do desempenho deficiente dessas organizações, bem como da “constituição de cidadãos mais protagônicos e conscientes no sistema político” (p. 2). Com relação a isso, Pippa Norris (2007) entende que uma das causas do enfraquecimento de algumas organizações tradicionais (partidos políticos, sindicatos, igrejas) está no desenvolvimento de novas formas de ativismo político, que ela denomina como “*Cause-oriented*”. Nesse raciocínio, está embutida a ideia da tese da “cidadania crítica”, a qual argumenta que os cidadãos se envolvem em formas não convencionais de participação porque apresentam comportamentos críticos em relação às instituições políticas, questionando e contestando as elites

estabelecidas. Dessa forma, a desconfiança em instituições tradicionais estimularia a participação em protestos. Inglehart e Welzel (2009) também compartilham dessa opinião.

Moisés e Carneiro (2008) esclarecem que, em muitos países da América Latina, as instituições democráticas se originaram de estruturas do regime autoritário, o que retardou o processo de consolidação das mesmas. Portanto, nas democracias consolidadas, é mais provável verificar cidadãos encarando as instituições democráticas como algo estruturante da organização social, mesmo que com alguma dose de desconfiança, a qual, no entanto, dá-se por intermédio de uma saudável atitude crítica diante do desempenho de governos e de instituições democráticas. Em contrapartida, nas democracias não consolidadas plenamente, a desconfiança generalizada nas instituições públicas, associada à insatisfação diante do desempenho de governos e de lideranças políticas, pode causar dificuldades de funcionamento do regime democrático, comprometendo a capacidade de coordenação do Estado.

Na visão de Baquero e Prá (2007), tratando-se do Brasil, a desconfiança nas instituições políticas não reflete diretamente em ações “positivas”, no sentido de tornar as pessoas mais engajadas politicamente. Pelo contrário, desencadeia um enfraquecimento da democracia. Ribeiro (2008, p. 218) também entende dessa forma. O autor ressaltou que, devido à fragilidade democrática ainda vivenciada no Brasil, “desconfiança, insatisfação e descrença dificilmente podem ser entendidas como sinais de sofisticação política”, mas sim como sinais de desilusão com o sistema político. Baquero e Prá (2007) afirmaram ainda que o nível de ações políticas alternativas nas quais as pessoas se envolvem devido ao desencantamento com as instituições tradicionais brasileiras é muito baixo. Contudo os autores consideram racional desconfiar das instituições políticas, quando elas não conseguem resolver problemas de natureza material básica.

Em suma, alguns autores percebem a desconfiança nas instituições políticas como algo prejudicial à estabilidade democrática conquistada, já outros consideram que a insatisfação ou a desconfiança são sentimentos estruturantes da democracia que refletem uma esfera política sadia, preocupada em se aperfeiçoar. Nessa segunda perspectiva, a insatisfação política geraria cidadãos críticos⁷.

⁷ Rosanvallon (2007) denomina de universos contrademocráticos ambientes caracterizados pela desconfiança dos cidadãos nas autoridades políticas. Contudo, o autor evita concluir que a erosão da confiança dos cidadãos nos representantes eleitos e as desmotivações na hora do

As teses do capital social também lançam hipóteses para esclarecer a participação política. Robert Putnam (2002), considerado a principal referência teórica sobre o assunto, apropriou-se da explicação sociocultural para analisar as instituições democráticas da Itália, relacionando o êxito ou o fracasso dessas com o caráter dos cidadãos, isto é, com suas “virtudes cívicas”. Na concepção de Putnam, o capital social carrega características como confiança, integração em redes sociais e obediência às normas. Os estudos revelaram relação positiva entre o estoque de capital social e o desempenho das instituições. Sendo assim, uma democracia “competente” origina-se de uma comunidade autônoma de cidadãos que têm objetivos comuns e que se ligam por laços de confiança, solidariedade e cooperação. Tais conclusões foram publicadas em 1996 no famoso livro *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna*.

As evidências empíricas encontradas por Putnam se basearam nas formas convencionais de participação. Inclusive o autor chamou a atenção para as consequências do crescimento das modalidades de participação não convencionais, alertando que não necessariamente seriam positivas. Conforme suas argumentações, essas formas de participação se centram menos em objetivos coletivos ou de interesse público, o que as torna menos solidárias, representando uma espécie de privatização do capital social. Nessa perspectiva, um indicador central do engajamento cívico é a confiança interpessoal, ou seja, cidadãos confiantes uns nos outros possuem uma maior probabilidade de participarem de atividades políticas porque conseguem superar os obstáculos que dificultam a cooperação. Porém, como destacou Rennó (2003), muitas vezes a própria mobilização política pode ser gerada por uma sensação de desconfiança com relação aos outros.

Além disso, Putnam (2002) também alertou que não existindo uma sociedade civil atuante que possa propiciar um bom desempenho da esfera institucional, o Estado assume a tarefa de organizar os indivíduos que não são capazes de organizarem-se por si próprios. Nessa tentativa de fomentar capital social e prevenir a sua diminuição, a esfera estatal pode transformar-se em um sistema político rígido e irresponsável, pois não possui as ferramentas necessárias para criar capital social. Klaus Frey (2003) contestou tal percepção, relatando que esta negligenciou o papel das instituições políticas, subestimando as possibilidades

voto só podem ser interpretadas como indícios de enfraquecimento da democracia. Para ele, a “contrademocracia exerce um papel estruturante nas democracias modernas”. (SILVA, 2009, p. 12).

governamentais de promover capital social. Contudo, Frey (2003) assume que intervenções governamentais desse tipo envolvem riscos no que tange à autonomia da sociedade civil. Porém, esclarece que a mera existência de organizações cívicas não diz nada a respeito do grau de autonomia dessas organizações ou da sua dependência em relação a instituições governamentais. Acrescenta ainda que as características inerentes dos “cidadãos virtuosos” podem desaparecer se o contexto político sofrer mudanças.

Na perspectiva de Putnam (2002), o acúmulo de capital social estaria vinculado às origens históricas da comunidade⁸. Desse modo, o processo cultural de longo prazo criaria estoques de capital social, que, por sua vez, propiciariam o envolvimento político. Quanto a isso, Fedozzi (2001) expõe que o capital social inicial não é imprescindível para efetivar a participação dos cidadãos na gestão da cidade, pois iniciativas institucionais podem incutir o sentimento de confiança e participação cívica, aumentando ou até gerando capital social. No entanto, ele admite que a existência prévia de capital social aumenta a probabilidade de sucesso dos modelos participativos. Nesse embate teórico, Marcello Baquero (2008) solicita cautela quanto a uma valorização exagerada das instituições e dos procedimentos, argumentando que não se pode minimizar o papel que a história, a cultura política e o próprio indivíduo exercem sob a ação política. No entanto, ele não descarta que ações governamentais e instituições eficientes e eficazes podem contribuir para a criação de capital social.

Outra percepção de nível micro ou individual advém dos estudos sobre mudança cultural realizados pelos pesquisadores vinculados ao Projeto *World Values Survey* (WVS). Com base nos resultados dessa pesquisa mundial, Ronald Inglehart e seus colaboradores formularam a teoria do desenvolvimento humano. Trata-se de uma tese sobre a mudança de valores humanos em direção a uma postura pós-materialista, em decorrência, principalmente, do desenvolvimento econômico. Como relatou Ribeiro (2008, p. 14), tal teoria tornou-se “uma das mais proíficas dos últimos anos no interior das ciências sociais”.

Por meio dos resultados da pesquisa mundial de valores que investigou 81 sociedades entre 1991 e 2002, Inglehart e Welzel (2009)

⁸ Putnam (2002) categorizou dois tipos de círculo de civismo: o círculo virtuoso, no qual a confiança e a cooperação cívicas são alimentadas pela confiança e cooperação preexistentes; e o círculo vicioso, no qual a falta de cooperação e de confiança impede a formação de vínculos de cooperação e de confiança mútuas.

constataram que os habitantes das sociedades industriais avançadas, devido ao desenvolvimento econômico atingido, têm vivenciado altos níveis de segurança existencial, o que proporcionou a ampliação das possibilidades de escolhas objetivas desses públicos. Em outras palavras, com a insegurança econômica diminuída, as pessoas se tornam mais seguras (materialmente), autônomas (intelectualmente) e independentes (socialmente). Os estudiosos chamam esse fenômeno de síndrome de valores pós-materialistas⁹. No entanto, os formuladores da teoria do desenvolvimento humano ressaltaram que o desenvolvimento econômico não basta para fazer aflorar a síndrome de valores pós-materialistas, pois não se trata de determinismo econômico. A participação dos indivíduos tanto no processo de distribuição de renda quanto na decisão das elites políticas também ajuda no desenvolvimento dessa síndrome. Além disso, as tradições culturais podem continuar a influenciar os processos de modernização, já que “a herança cultural de uma sociedade é admiravelmente resistente” (INGLEHART; WELZEL, 2009, p. 72).

Valores de autoexpressão podem ser definidos como “tendências atitudinais de massa que enfatizam as liberdades civis e políticas e a democracia genuinamente efetiva”. (INGLEHART; WELZEL, 2009, p. 254). Ribeiro (2008) esclareceu a diferença entre indivíduos materialistas e pós-materialistas, relatando que os primeiros priorizariam metas relacionadas à segurança física e econômica, enquanto que os segundos dariam prioridade, além de aspectos materiais, a questões sociais, intelectuais e estéticas.

Inglehart e Welzel (2009) expuseram que, em sociedades que comportam níveis significativos de valores de autoexpressão, os indivíduos tendem a aderir a movimentos sociais, a criticar o funcionamento das instituições e a participar de atividades que pressionem as elites a respeitar seus direitos. Além disso, as reivindicações tendem a focar em questões de qualidade de vida, proteção ambiental e questões culturais, afastando-se de demandas ligadas à dimensão material. Os valores pós-materialistas, também chamados de valores de autoexpressão, estariam fortemente associados a práticas políticas não convencionais. Isso explicaria a redução das taxas de participação convencionais nas sociedades avançadas industrialmente.

⁹ Os pesquisadores alertaram que esse processo está relacionado ao sentimento de segurança material (aspecto subjetivo) e não ao nível de desenvolvimento econômico objetivo dos indivíduos.

De acordo com os estudiosos no assunto, esse processo de mudança cultural adquire grande importância no surgimento e no fortalecimento da democracia, visto que a disseminação de valores pós-materialistas impactou positivamente o desempenho democrático das nações (INGLEHART; WELZEL, 2009). Os achados indicaram que a seta causal fluiu principalmente da cultura para as instituições, e não o contrário. Quanto a isso, os autores relataram que:

Nossas constatações alertam para a crença ingênua de que a concepção de arranjos institucionais corretos e a instalação de elites comprometidas com a democracia é tudo que se precisa para estabelecer a democracia. A democracia efetiva envolve mais de que apenas um desenho institucional e elites comprometidas, pois reflete as forças libertadoras mais amplas inerentes ao desenvolvimento humano. (INGLEHART; WELZEL, 2009, p.30-31).

Desse modo, a democratização efetiva estaria associada a um processo de emancipação humana, que pode ser desenvolvido através da propagação de valores de autoexpressão. Almond e Verba (1992) já haviam enfatizado que uma forma democrática de sistema político participativo requer mais do que instituições formais, necessitando igualmente de uma cultura política coordenada com as estruturas do sistema político. Argumentaram ainda que atitudes e sentimentos compõem uma democracia e que aprendê-los a ter não é tarefa fácil.

Por fim, ressalta-se a orientação ideológica individual como um fator determinante da participação em protestos. Não se trata de uma teoria em si, mas de um aspecto cultural que tem demonstrado, por intermédio de evidências empíricas, que preferências ideológicas e atividades de protesto estão relacionadas. Estudos acusam que indivíduos situados mais à esquerda do espectro político, ou com preferências por partidos de esquerda, apresentam maior tendência de envolvimento em modalidades de participação não convencional. Pizzorno (1975) já havia falado sobre a relação entre identidade e participação política, no sentido de que “só se participa quando se está entre iguais” (p. 47). Atualmente, as análises dos novos movimentos sociais têm enfatizado o papel da identidade, das redes sociais, bem como da socialização política, tanto a primária (família) como a secundária (escolar), como meios de facilitar o ativismo político (SEIDL, 2009; SILVA; RUSKOWSKI, 2010; DELLAPORTA, 2010).

Frente a essas diferentes perspectivas, diversos pesquisadores dedicam-se a tentar explicar o engajamento político por meio de abordagens relacionadas a recursos e a questões culturais. Foi o caso dos estudos de Dalton e Sickle (2005) e Dalton, Van Sickle e Weldon (2009), que, ao analisarem uma ampla gama de nações através dos dados do projeto *WVS*, constataram que o nível educacional e o pertencimento a grupos sociais (associações) se mostraram fortes indicadores do protesto. No entanto, os estudiosos perceberam que o impacto da educação é significativamente mais forte nos países ricos e democráticos, pois nessas nações as oportunidades para se manifestar politicamente são mais facilmente disponíveis, tornando o processo menos dispendioso. Os resultados dessas pesquisas indicaram que os valores pós-materialistas encontraram-se significativamente relacionados com a atividade de protesto, assim como a preferência ideológica por partidos de esquerda. De modo geral, os pesquisadores ressaltaram a importância das variáveis ligadas a recursos para explicar os níveis de protesto das nações; ao mesmo tempo, chamaram a atenção para a influência provocada por questões culturais nesse processo. Já as hipóteses da teoria das queixas não encontraram eco no plano individual.

Em estudo sobre as manifestações de protesto contra a Guerra no Iraque, ocorridas em 2003 em oito países (EUA, Reino Unido, Itália, Holanda, Suíça, Espanha, Alemanha e Bélgica), Della Porta (2010) constatou que há uma relação negativa entre a frequência de participação política e a confiança institucional, isto é, quanto mais se participa, menor é a confiança nas instituições políticas, isso vale também para a relação com a polícia. A maioria dos manifestantes demonstrou alto interesse pela política, mas desconfiando das instituições. A autora concluiu que atitudes políticas e experiências de mobilização pareceram muito mais eficazes do que a “centralidade social” para explicar a frequência da participação nas manifestações e os repertórios de participação política. O papel das redes dos ativistas foi muito ressaltado como significativo para a explicação do comportamento contestatório. Acrescentou que os manifestantes contra a Guerra no Iraque pareceram ser menos influenciados por oportunidades políticas do que pelo desenvolvimento convergente de outros movimentos, em especial aqueles relacionados a questões globais.

Borba e Ribeiro realizaram uma série de investigações sobre a participação política no continente latino-americano, dando ênfase a atividades de protesto. Um primeiro estudo analisou os determinantes

individuais da participação política na Argentina, Brasil, Chile e Peru, utilizando dados da última onda da Pesquisa Mundial de Valores (BORBA; RIBEIRO, 2010a). As variáveis relacionadas ao pós-materialismo e o índice de atitudes democráticas se mostraram preditores relevantes para todos os países em relação à participação não convencional. Os pesquisadores ressaltaram que tal relação entre a participação não convencional e atitudes pró-democracia contraria as interpretações que percebem no protesto sinais de “crise da democracia” (p. 25). Essa mesma pesquisa informou que no Brasil a variável escolaridade ocupou a primeira posição em termos de efeitos sobre o índice de participação não convencional e que o índice de confiança institucional apresentou relação negativa com a variável dependente, pois, à medida que se elevaram os níveis de confiança, a probabilidade de participação em protestos diminuiu. De modo geral, as variáveis ligadas a recursos se mostraram fortes predictoras para todos os países e para ambas as modalidades de participação, confirmando assim pressupostos da teoria da centralidade. Porém, variáveis relacionadas à cultura política e à identidade também se mostraram preditores significativos.

Baseado nos dados produzidos pelas duas ondas do WVS, ocorridas no Brasil em 1991 e 1997, Ribeiro (2008) também comprovou que indivíduos pós-materialistas manifestaram maior tendência à participação em ações não convencionais. No entanto, ele observou que os pós-materialistas também se mostraram dispostos a participarem de formas tradicionais de participação, como partidos políticos, o que contrariou o argumento de que esses valores relacionam-se negativamente com a política tradicional. Além disso, seus estudos sinalizaram que os pós-materialistas se mostraram mais participativos e interessados politicamente do que os indivíduos considerados materialistas. Por essas razões, concluiu que as hipóteses da teoria do desenvolvimento humano, mesmo que com algumas refutações, foram pertinentes para explicar a cultura política brasileira.

Um segundo trabalho de Borba e Ribeiro (2011b) averiguou o impacto de fatores estruturais e individuais sobre a participação política não convencional em dezessete países da América Latina, por intermédio de dados fornecidos pelo Latinobarómetro. No que se refere aos determinantes individuais (em seção anterior foram apresentados os resultados dos fatores estruturais), a pesquisa diagnosticou que as variáveis satisfação com a vida e satisfação com a situação econômica nacional impactaram negativamente a medida dependente, o que vai ao encontro dos argumentos da teoria das queixas. Quanto à dimensão dos

recursos, os dados revelaram a importância dos recursos individuais e coletivos (como escolaridade, informação, interesse em política e vínculos associativos) como determinantes da participação política, confirmando assim as hipóteses da teoria do voluntarismo cívico. A variável identificação ideológica mostrou que os entrevistados que se consideram à esquerda do espectro político tendem a se envolverem mais em atividades de contestação. A medida combinada de confiança nas instituições políticas também impactou a variável dependente, indicando que os que mais confiam tendem ao maior envolvimento em protestos. Tal resultado contrariou os pressupostos da tese da “cidadania crítica”, que assinalava a desconfiança nas instituições como um preditor do comportamento contestatório. Dentre esses achados, os autores enfatizaram que as variáveis relacionadas a recursos (intelectuais e sociais) obtiveram os maiores efeitos nos modelos testados.

Na terceira pesquisa, Borba e Ribeiro (2011c) se concentraram apenas nos atributos individuais do protesto na América Latina, valendo-se de dados do Latinobarómetro coletados no período de 1995 a 2007. De modo geral, os resultados corroboraram as conclusões dos estudos anteriores. As evidências empíricas, novamente, apontaram para a confirmação da teoria do voluntarismo cívico, ao mostrarem que recursos objetivos e subjetivos foram fortes preditores para a atividade de protesto. A variável identificação ideológica reforçou que a participação não convencional encontra-se associada a uma base de esquerda. A ressalva dos autores ficou por conta do comportamento das variáveis ligadas a insatisfação/descontentamento. Borba e Ribeiro (2011c) relataram que os elementos analíticos da teoria da privação obtiveram maior sucesso quando testados no nível macro, porque no nível micro tal perspectiva mostrou-se limitada.

Enfim, através dessa síntese teórica, buscou-se mostrar a diversidade de abordagens que buscam explicar os fatores que levam os indivíduos a se engajarem politicamente. Algumas dessas perspectivas enfatizam aspectos estruturais ou macrossociais, enquanto que outras consideram atributos individuais ou microssociais como determinantes desse fenômeno. Como pode ser observado, estudos atuais sobre o tema têm direcionado a análise para a interface entre contexto da ação e características dos cidadãos. Frente a essa disputa de hipóteses sobre os condicionantes da participação política, a utilização de diferentes categorias analíticas torna-se uma necessidade para os pesquisadores que visam a uma melhor compreensão desse fenômeno.

2 CONTEXTO POLÍTICO E ECONÔMICO DO BRASIL (1990 E 2006)

Antes de confrontar a validade ou pertinência das teorias explicativas da participação política, cabe expormos aspectos contextuais do Brasil, observados nos períodos de 1990 e 2006. Tratando-se de aspectos políticos, apresentaremos os principais eventos ocorridos nos mandatos presidenciais de Fernando Collor de Melo (1990-1992) e de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006). Para tal, utilizamos como referência a pesquisa “Cronologia Política do Brasil Contemporâneo (1980-2006)” (BIRKHOLZ, 2008), constante no banco de dados do Consórcio de Informações Sociais (CIS)¹⁰. Quanto às questões econômicas, apresentaremos indicadores econômicos e sociais dessas duas épocas. A presente seção visa a fornecer elementos que revelem os contextos políticos e econômicos vivenciados pela população brasileira nesses dois períodos, permitindo assim que comparações possam ser realizadas.

2.1 FATOS POLÍTICOS NA GESTÃO DE COLLOR

No final de 1989, ocorreram eleições presidenciais no Brasil, nessa ocasião, Fernando Collor de Melo venceu no segundo turno o candidato Lula, obtendo 42,75% dos votos válidos, enquanto Lula angariou 37,86% dos votos. Em março de 1990, o até então Presidente Sarney empossou Fernando Collor de Melo como Presidente da República¹¹.

De imediato, o presidente recém-eleito instaurou o Plano Collor, visando ao reordenamento da economia nacional, pois altas taxas de inflação dominavam a economia. Tal plano teve como principais deliberações: a mudança da moeda nacional (que voltou a ser cruzeiro); o bloqueio por dezoito meses dos valores das contas correntes e poupanças superiores a NCz\$ 50 mil; a criação do Programa Nacional de Desestatização; a eliminação de todos os subsídios e suspensão dos

¹⁰ O Consórcio de informações sociais (CIS) é um sistema de intercâmbio de informações científicas sobre a sociedade brasileira, monitorado pelo Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP) e pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS). As informações foram obtidas por meio do endereço disponível em: <www.cis.org.br>.

¹¹ O Instituto Datafolha entrevistou 2.480 pessoas no país em 1990 e questionou aos brasileiros se o Presidente Collor faria um governo ótimo, bom, regular, ruim ou péssimo. 48,2% dos entrevistados responderam bom; 23,2%, ótimo; 17,7%, regular; 2,2%, ruim e 2,1%, péssimo.

incentivos fiscais para reavaliação; congelamento de preços e salários; a venda de aviões de passageiros, mansões e veículos públicos do governo federal e a extinção de vários órgãos governamentais. Posteriormente, Collor anunciou a demissão de mais de 350 mil funcionários públicos federais.

Essas medidas rígidas tomadas pelo governo incitaram greves em diversos setores da economia. Os trabalhadores reivindicavam ajustes salariais ou protestavam contra demissões da categoria, foram eles: petroleiros, trabalhadores marítimos, portuários, funcionários do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), metalúrgicos, funcionários da Caixa Econômica Federal, eletricitários, ferroviários e bancários¹². Em alguns casos, os grevistas ocuparam as instalações das empresas, depredando móveis, instalações e veículos¹³.

Nos meses finais de 1990, começaram a surgir os problemas internos na gestão de Collor. Primeiramente, ocorreu a denúncia ao ex-tesoureiro da Campanha Fernando Collor, Paulo César Farias (PC Farias), por este estar usando da sua posição política para obter financiamento de US\$ 60 milhões junto a Petrobrás, sem juros, para a companhia aérea VASP (Viação Aérea São Paulo), adquirida pelo Grupo Canhedo. Em seguida, o então líder do governo na Câmara dos Deputados, Renan Calheiros (PRN – Partido da Reconstrução Nacional – AL), renunciou ao cargo, criticando as atitudes do presidente Collor.

Em fevereiro de 1991, Collor proibiu a contratação de funcionários na esfera federal, estadual e na administração direta. Determinou ainda o bloqueio da remessa dos recursos do Fundo de Participação a quatorze estados e a quatro prefeituras que não pagaram as parcelas dos juros de suas dívidas externas. Nesse mesmo tempo, a Câmara dos Deputados aprovou projeto limitando o uso de medidas provisórias pelo Presidente da República.

Em agosto de 1991, o Jornal do Brasil denunciou que o governo do presidente Collor possuía um orçamento secreto para pesquisas nucleares e custeio de ex-funcionários do Serviço Nacional de Informações (SNI), que, na época, tinham sido lotados na Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE). Segundo o jornal, nem o Congresso Nacional nem o Tribunal de Contas da União tinham controle sobre esse orçamento.

¹² Na pesquisa realizada pelo instituto Datafolha (1990), a seguinte pergunta foi lançada: “Você concorda ou discorda que o governo faça leis que proibam manifestações de protestos? 55,4% discordaram; 30,8% concordaram e 6,7% assinalaram a alternativa “depende”.

¹³ Metalúrgicos da CSN ocuparam as instalações da empresa; 2mil trabalhadores da Ford de São Bernardo do Campo (SP) depredaram móveis, instalações e veículos da empresa.

Logo após essa acusação, o então deputado José Dirceu (PT-SP) solicitou a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar várias denúncias de corrupção e desvio de verbas na Legião Brasileira de Assistência (LBA), presidida pela primeira-dama, Rosane Collor. Segundo Dirceu, a LBA comprou cestas de alimentos, sem licitação, por preços muito acima dos de mercado. A Justiça Federal acatou ação popular que acusou a primeira-dama de desviar verbas da LBA. O Jornal do Brasil denunciou uma série de irregularidades na LBA envolvendo Rosane Collor e seus parentes. Segundo o jornal, cerca de Cr\$ 2,2 bilhões da entidade foram desviados pela primeira-dama e 90% da verba da LBA foi gasta em Alagoas, Estado onde Collor iniciou sua carreira política. Diante desse fato, Rosane Collor, anunciou seu afastamento da presidência da Legião Brasileira de Assistência (LBA), sem explicar os motivos dessa decisão.

No ano de 1991, ocorreram mais greves. As duas centrais sindicais Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) e Central Única dos Trabalhadores (CUT) declaram greve geral de dois dias, em protesto contra o arrocho salarial. A greve foi parcial em todas as capitais e atingiu, principalmente, os transportes públicos. Devido às paralisações, ocorreram incidentes entre os grevistas e a Polícia Militar em quase todas as capitais. Em setembro, 60 mil petroleiros em todo o país entraram em greve. Depois foi a vez dos funcionários públicos federais e do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) paralisarem seus trabalhos.

No mês de novembro, prefeitos de todo o país fizeram greve de 48 horas, protestando contra o projeto de reforma constitucional do governo, que reduzia de 25% para 20% o repasse do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Os representantes do movimento dos sem-teto de todo o país entregaram ao deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), na época presidente da Câmara, o primeiro projeto de lei de iniciativa popular, requerendo a criação de um Fundo Nacional de Moradia (FNM) para o financiamento de imóveis para a população de baixa renda. O projeto previa que o fundo reunisse 60% dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e 20% da arrecadação das loterias.

Em dezembro de 1991, o instituto Datafolha realizou uma pesquisa com 1.080 pessoas na região metropolitana de São Paulo, para avaliar o Governo Collor. Quando questionado se, em termos econômicos, o ano de 1991 foi ótimo, bom, regular, ruim ou péssimo

para o país, os entrevistados responderam: 58,1% péssimo; 18,7% ruim; 16,2% regular; 3,7% bom e 1,2% ótimo.

O ano de 1992 foi recheado de denúncias e protestos, desencadeando uma forte crise política. Primeiramente, o então governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola (PDT), denunciou que a Caixa Econômica Federal concedeu empréstimo de US\$ 38 milhões às organizações Globo em condições privilegiadas. A imprensa denunciou que o dinheiro serviu para as obras de uma nova sede no Rio de Janeiro, apesar do embargo da Prefeitura.

Em maio de 1992, a imprensa publicou um dossiê do irmão do presidente Collor, Pedro Collor, denunciando que o ex-tesoureiro da campanha presidencial, Paulo César Farias, era proprietário de várias empresas e contas bancárias no exterior. A Receita Federal anunciou que os rendimentos de PC Farias estavam sob investigação. Por sua vez, a imprensa publicou cópias das declarações de renda de PC Farias que estavam incompatíveis com seu modo de vida. Nesse meio tempo, Pedro Collor foi destituído da presidência das empresas da família em Alagoas, as Organizações Arnon de Mello, pela mãe, Leda Collor, sob alegação de viver uma séria crise emocional.

As denúncias de Pedro Collor contra PC Farias foram gravadas em vídeo, sendo transcritas e publicadas, com as acusações de que PC Farias era “testa-de-ferro” do presidente Collor em negócios ilícitos. O presidente Collor negou as acusações em uma carta à nação e instruiu o Ministério da Justiça a abrir ação penal contra o irmão por danos morais. Porém, já era tarde demais e, no dia 26 de maio, o Congresso instaurou uma CPI para apurar as denúncias contra PC Farias.

Depois disso, abriu-se um inquérito em Alagoas para apurar o desaparecimento de 500 toneladas de merenda escolar na área da 11ª Coordenadoria da Fundação de Assistência ao Estudante, dirigida por Rita Tenório Brandão, parente da primeira-dama, Rosane Collor.

Em junho, primeiramente, PC Farias depôs na Polícia Federal de Alagoas e negou as denúncias de tráfico de influência no Ministério. Posteriormente, ele depôs na CPI e confessou que tentou convencer o ex-presidente da Petrobrás, Luiz Octávio da Motta Veiga, a fornecer combustível para a VASP em condições privilegiadas. Motta Veiga confirmou à imprensa que o presidente Collor deu poderes a PC para pressionar a Petrobrás.

Frente a isso, o presidente Collor fez um pronunciamento na TV, dizendo-se irritado e indignado com as denúncias contra o seu governo. Depois, surgiram mais provas contra Collor: o ex-motorista da secretária particular do presidente Collor afirmou, em entrevista

publicada, que pegou várias vezes cheques e dólares nas empresas de PC Farias para pagar despesas pessoais de Collor. Por fim, a SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) divulgou nota pedindo a renúncia de Collor devido ao seu envolvimento com PC Farias. Mais uma vez, o presidente Collor fez um pronunciamento em cadeia nacional de rádio e TV, negando qualquer vínculo a esses fatos¹⁴.

Com base nas declarações, a Justiça Federal autorizou a quebra de sigilo bancário de todos os envolvidos no caso PC Farias. A secretária do presidente Collor prestou depoimento à CPI e confirmou que movimentava contas bancárias para atender aos interesses do presidente Collor, afirmou ainda não saber de quem eram os cheques depositados nas referidas contas. Quanto à procedência de tais recursos, foi afirmado que eles eram provenientes de um empréstimo de US\$ 5 milhões, feito pela empresa Alfa Trading, do Uruguai, no início de 1989, e avaliado pelo presidente Collor e pelos empresários Luiz Estevão e Paulo Octávio. Porém, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) desmentiu tal afirmação, revelando que os documentos do referido empréstimo foram forjados e apresentou testemunhas da farsa. Peritos especializados em exames grafotécnicos atestaram que o contrato da “operação Uruguai” era falso mesmo.

O relatório da CPI apontou aumento patrimonial dos envolvidos no caso PC Farias. Foram divulgadas informações sobre os depósitos de PC Farias e dos “fantasmas” que efetuaram os depósitos nas contas da secretária particular do Presidente Collor. Ao total, a secretária sacou o equivalente a US\$ 91 milhões, e esses recursos financiaram campanhas políticas de candidatos filiados ao partido do Presidente. A primeira-dama Rosane Collor e a ex-esposa do Presidente Collor, Lilibeth Monteiro de Carvalho, também foram beneficiadas com esses depósitos.

Além disso, Flávio Correa de Rabelo, presidente da construtora Tratex, afirmou, em depoimento à CPI do caso PC Farias, que pagou o equivalente a US\$ 200 mil, logo após o plano Collor, em troca de informações privilegiadas sobre medidas econômicas. Para piorar a situação, o deputado Aluizio Mercadante (PT-SP), membro da CPI,

¹⁴ Em junho de 1992, o Instituto de pesquisa Datafolha entrevistou 5.892 pessoas em doze capitais da federação para avaliação do governo Collor. Ao perguntar se o Presidente Collor estava fazendo um governo ótimo, bom, regular, ruim ou péssimo, os entrevistados responderam: 58% péssimo; 19% regular; 11% ruim; 8% bom e 2% ótimo. Opiniões bem divergentes das expectativas declaradas no início do mandato.

denunciou que PC Farias e a secretária de Collor sacaram, nas vésperas do bloqueio dos cruzados novos, quase todo o dinheiro que tinham em suas contas. O Tribunal de Contas da União (TCU) determinou a realização de uma inspeção, em caráter extraordinário, no Banco do Brasil, o mesmo estaria usando verbas públicas para obter apoio político para o governo.

O então procurador da República, Ítalo Fioravante, autorizou a Polícia Federal a desmembrar o inquérito aberto contra PC Farias em duas partes: uma cuidaria das atividades do empresário e outra investigaria o envolvimento do presidente Collor. Em fins de agosto, realizou-se a apresentação do relatório final da CPI. O documento afirmou que a conduta do presidente Collor era incompatível com a dignidade e a honra do cargo de chefe do Estado e concluiu que o presidente cometeu atos que podem ser classificados como crime comum e de responsabilidade. Segundo o documento, Collor sabia das atividades ilegais de PC Farias e nada fez para impedi-lo, pelo contrário, teria sido beneficiado com US\$ 6,5 milhões. Dessa forma, a CPI aprovou o relatório e os integrantes da CPI decidiram continuar com as investigações e acompanhar o trabalho da Polícia Federal.

Frente a isso, deu-se início ao processo decisório nas cúpulas dos partidos políticos quanto à abertura do processo de *impeachment*. Partidos políticos que, anteriormente, eram aliados do governo (PSC/PFL) romperam com Collor e decidiram votar a favor do seu *impeachment*. Bancadas de partidos políticos (PSDB, PDT, PMDB, PRN, PL) foram liberadas para a votação. Com isso, lideranças dos partidos favoráveis ao *impeachment* formaram uma comissão para atuar na conquista dos votos dos deputados indecisos, coordenada pela deputada Roseana Sarney (PFL-MA).

Conforme Martuscelli (2010), um aspecto importante que contribuiu para elevar o grau de descontentamento dos partidos do bloco no poder em relação ao governo Collor foi a centralização do poder na esfera do Poder Executivo e a concentração de poderes na área econômica. Os partidos políticos fizeram constantes pressões por uma maior participação na elaboração e na implementação da política econômica e social. Porém, tais pressões foram acumulando-se e se intensificando e o governo continuava dificultando a abertura de espaços de participação política para os partidos do bloco no poder, o que o conduziu progressivamente ao isolamento político.

Na tentativa de se defender, o Presidente Collor atacou seus opositores, alegando que tudo não passavam de manobras para desestabilizar o governo, e convocou os que o apoiavam para saírem às

ruas usando verde e amarelo. Ao depor na CPI da VASP, PC Farias acabou confirmando ter emprestado US\$ 7,5 milhões a Wagner Canhedo na época da privatização. Assim, foi decretada a sua prisão e o sequestro de seus bens.

Nos meses de julho, agosto e setembro, ocorreram inúmeras manifestações de protesto político. Os manifestantes pediram a renúncia do presidente Collor, entidades da sociedade civil exigiam mais ética na política. Os protestos se espalharam por todo o Brasil, com um imperativo sempre presente: *impeachment* do presidente Collor. Diferentes formas de protestos foram utilizadas, como passeatas e comícios, principalmente nas capitais. Milhões de pessoas foram às ruas usando a cor preta em roupas, faixas e bandeiras, em protesto contra a conclamação do presidente Collor a seus partidários para usarem as cores verde e amarelo em manifestações de apoio ao seu governo. A cada mês que passava, novas manifestações de protesto aconteciam, maiores que as anteriores, todas contra o presidente Collor, invocando o seu *impeachment* ou renúncia.

A luta contra a corrupção no governo foi o discurso hegemônico das mobilizações pelo *impeachment* do presidente da República, porém, questiona-se a afirmação de que a disposição para luta contra a corrupção foi o mais importante elemento ativador das manifestações de massa pró-*impeachment*. Para Martuscelli (2010, p. 544), “as denúncias de corrupção aceleraram um processo em curso, pelo qual a tolerância de diversos segmentos sociais ao modo de implementar a política econômica e aos efeitos políticos e sociais desta haviam atingido níveis bastante reduzidos”. Assim, o autor entende que o discurso hegemônico da ética na política foi um discurso moralista contra a corrupção, que encobertou a crítica à política estatal em vigência, ou seja, a insatisfação difusa com os efeitos da política neoliberal¹⁵.

Acrescentou ainda que

¹⁵ Martuscelli (2010) chama a atenção para a atitude do PT nessa conjuntura, que criticou os efeitos da política neoliberal e não as suas causas. Nesse sentido, o autor afirma que o PT deixou “mostras de que a “política como negação” ou “como denúncia”, que defendeu durante os anos 1980, começou a perder o fôlego, em proveito da “política da construção” ou “da alternância”.” (p.566).

se a corrupção fosse denunciada num período de crescimento econômico, de queda das taxas de desemprego, de constituição de sólida base política no Congresso Nacional, é provável que as manifestações contra o governo não tivessem o mesmo caráter massivo que lograram obter no segundo semestre de 1992. (Martuscelli, 2010, p. 546).

Em agosto de 1992, o instituto de pesquisas Datafolha entrevistou 5.498 pessoas em 25 importantes cidades brasileiras para saber a opinião dos brasileiros quanto ao afastamento de Collor da Presidência. A maioria dos entrevistados, 70,2%, declarou estar a favor do afastamento de Collor, enquanto que 20,6% declararam ser contrários, e 9,2% não tinham opinião formada sobre o assunto.

No início de setembro, os presidentes da ABI (Associação Brasileira de Imprensa) e da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) entregaram o pedido de *impeachment* do presidente Collor ao presidente da Câmara dos Deputados. Logo após, o presidente da Câmara, deputado Ibsen Pinheiro, anunciou as regras para a tramitação do *impeachment* e instalou uma comissão especial para analisar o pedido.

No dia 22 de setembro, a defesa do presidente Collor foi entregue clandestinamente ao presidente da comissão, deputado Gastone Righi, que desapareceu da Câmara com o documento. Sendo assim, Ibsen Pinheiro aceitou a defesa reproduzida pela assessoria de imprensa do Planalto. A comissão que cuidou do caso aprovou o parecer favorável à instauração do processo. Assim, a Câmara autorizou o Senado a abrir processo contra o presidente Collor por crime de responsabilidade por seu envolvimento no esquema PC Farias.

O procurador-geral da República, Aristides Junqueira, determinou a abertura de inquérito na Polícia Federal para apurar a denúncia de vazamento de informações privilegiadas sobre o Plano Collor. Os procuradores Ítalo Fioravanti e Odim Ferreira entregaram ao juiz Mário César Ribeiro, da 9ª Vara da Justiça Federal, um parecer sobre o inquérito de PC Farias, no qual afirmaram haver indícios consistentes de que o presidente Collor teria praticado ilícitos penais. PC Farias foi enquadrado em nove artigos do Código Penal e o presidente Collor recebeu a citação do Senado comunicando oficialmente seu afastamento da Presidência da República, por até 180 dias, para que respondesse o processo de *impeachment* por seu envolvimento no esquema PC Farias. Dessa forma, no início de outubro, o vice-presidente

Itamar Franco assumiu o governo e, de imediato, empossou os seus novos ministros¹⁶.

Os advogados de defesa do presidente Collor entregaram ao STF (Superior Tribunal Federal) sua defesa prévia, responsabilizando PC Farias por todos os crimes e afirmando que seus gastos foram pagos com dinheiro que sobrou da campanha eleitoral de 1989. A comissão do Senado que estudou o processo de *impeachment* aprovou, por unanimidade, uma devassa fiscal nas contas bancárias e telefônicas do presidente afastado.

Depois que a Comissão Especial do Senado apresentou provas do envolvimento de Collor com PC Farias, o procurador-geral da República encaminhou ao STF a denúncia do presidente afastado Fernando Collor por crime comum. Então, a Câmara decidiu autorizar o processo por crime comum do presidente da República afastado. O Plenário do Senado aprovou o parecer do relator do processo de *impeachment*, senador Antônio Mariz (PMDB-PB), considerando procedente a acusação de que o presidente afastado Fernando Collor cometeu crime de responsabilidade.

Dia 29 de dezembro de 1992, foi instalada no Senado a sessão de julgamento do presidente afastado Fernando Collor. Após ver negado novo pedido de adiamento, o defensor de Collor leu a carta de renúncia ao mandato presidencial. A sessão foi suspensa para uma comunicação formal ao Congresso e o presidente em exercício Itamar Franco tomou posse em caráter definitivo no Congresso. O Senado decidiu prosseguir o julgamento, e o ex-presidente Collor foi condenado por crime de responsabilidade, perdeu o direito de concorrer a cargos eletivos e ficou impedido de ocupar cargos públicos por oito anos¹⁷. Ao total, Collor permaneceu no cargo de Presidente da República por dois anos e nove meses.

¹⁶ Em novembro de 1992, enquanto Collor sofria processo de *impeachment*, o instituto Datafolha realizou 2.558 entrevistas em 124 municípios brasileiros e perguntou: “Com o dinheiro que você ganha hoje, o seu poder de compra é menor, igual ou maior do que há um ano e meio atrás, antes do Governo Collor? 83,5% dos entrevistados responderam menor; 8,3% igual e 6,8% maior.

¹⁷ Passados 15 anos, Fernando Collor de Melo foi eleito Senador de Alagoas, candidato pelo pequeno PRTB, conseguiu 44% dos votos e derrotou o ex-governador Ronaldo Lessa (PSB), que obteve 40%. Antigo inimigo político de Lula, a quem venceu nas eleições presidenciais de 1989, Fernando Collor fez parte da base de apoio ao petista.

2.2 FATOS POLÍTICOS NA GESTÃO DE LULA

Apesar da sua derrota em 1989, Lula (PT) voltou a candidatar-se à Presidência da República em 1994 e 1998, momentos em que foi novamente derrotado. Até que, em 27 de outubro de 2002, Lula foi eleito Presidente do Brasil. Na posse de Luiz Inácio Lula da Silva, em 1º de janeiro de 2003, cerca de 150 mil pessoas tomaram as ruas de Brasília. Na posse de Fernando Collor, em 1990, havia cerca de 20 mil pessoas, e, na de Fernando Henrique Cardoso, em 1995, por volta de 10 mil.

Logo no início do mandato, Lula lançou oficialmente o programa “Fome zero”, visando a assegurar o direito à alimentação adequada às pessoas com dificuldades de acesso aos alimentos. Depois, o governo federal criou os programas “Primeiro emprego”, objetivando inserir os jovens no mercado de trabalho, e “Brasil alfabetizado”, voltado para a alfabetização de jovens, adultos e idosos. Em junho de 2005, o presidente Lula sancionou a lei do Programa Universidade para Todos (ProUni), elaborado pelo Ministério da Educação (MEC), assegurando bolsas de estudo do ensino superior aos alunos oriundos do ensino público ou que tivessem estudado em escola particular com bolsa integral.

Quanto ao setor econômico, o Fundo Monetário Internacional (FMI) anunciou a renovação de acordo com o Brasil em dezembro de 2003, por mais um ano, disponibilizando ao país um crédito de US\$ 14 bilhões. Em março de 2005, o governo decidiu não renovar o acordo com o FMI, após sete anos de programas supervisionados pela instituição. Em fins de 2005, o governo brasileiro decidiu antecipar o pagamento da dívida de US\$ 15,5 bilhões de dólares com o FMI, cujo vencimento se daria em 2007. De acordo com o Banco Central, essa antecipação proporcionou uma economia de US\$ 900 milhões em juros. O diretor-gerente do FMI, Rodrigo Rato, disse que o Brasil era “um exemplo” para os países emergentes.

Com Lula na presidência, o Partido dos Trabalhadores (PT) estreou no comando do governo federal e já logo de partida enfrentou problemas com alguns dos seus militantes, por esses descumprirem deliberações das bancadas e violarem a fidelidade partidária. Desse modo, o diretório nacional do PT decidiu expulsar a senadora Heloísa Helena (AL) e os deputados federais João Batista Araújo (PA), o Babá, Luciana Genro (RS) e João Fontes (SE), os quais se defenderam alegando que apenas estavam defendendo posições históricas do

partido¹⁸ e manifestaram a intenção de criar um novo partido político para disputar as eleições de 2006¹⁹.

No primeiro ano do seu governo, Lula deu prioridade as reformas tributária e previdenciária. Ambas foram parcialmente aprovadas pelo Senado e sofreram muitas alterações.

Em 2004, Luiz Inácio Lula da Silva estava no segundo ano do seu 1º mandato como Presidente da República quando se deparou com o “caso Waldomiro Diniz”. Assessor do ministro-chefe da Casa Civil e articulador entre os poderes Executivo e Legislativo, Waldomiro Diniz foi acusado de extorquir empresários com a finalidade de arrecadar fundos para o Partido dos Trabalhadores (PT). A partir disso, instalou-se a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Bingos para investigar as denúncias que surgiram contra o governo. Tal escândalo resultou na exoneração de Waldomiro Diniz.

No ano de 2004, ocorreram condenações de juízes, delegados, policiais federais, advogados e empresários por participarem de um esquema de venda de sentenças na Justiça Federal²⁰. O ex-prefeito de São Paulo, Paulo Maluf²¹, o ex-senador de Rondônia, Ernandes Amorim, e o ex-presidente da Câmara Municipal de São Paulo, Armando Mellão, foram indiciados e presos, pela Polícia Federal por desvio de verbas públicas, além de outros crimes. Desde deputados federais até um governador²² foram cassados, acusados de abuso de poder político e econômico nas campanhas eleitorais e compra de votos.

Um fato importante foi que a Petrobrás – uma sociedade anônima de capital aberto, que atua no setor de energia, cujo acionista majoritário é o Governo do Brasil – atingiu pela primeira vez a situação de “exportadora líquida” (exportou mais do que importou) de petróleo em volume e em valor no primeiro trimestre de 2005. O Brasil é uma

¹⁸ Conforme Samuels (2008), desde a eleição de Lula em 2002, estudiosos e observadores da política brasileira têm sugerido que o PT tornou-se mais moderado, ficando muito menos preocupado com os princípios ideológicos e partidários de seus anos iniciais.

¹⁹ Em 2004, fundaram o PSOL (Partido Socialismo e Liberdade). Pelo novo partido, em 2006, Heloísa Helena disputou o cargo de Presidente da República e atingiu 6,85% dos votos, ficando em terceiro lugar na disputa.

²⁰ Eles foram descobertos por agentes da Polícia Federal por meio de uma gigantesca investigação denominada Operação Anaconda.

²¹ Em 2005, ele e o seu filho passaram 40 dias presos acusados de intimidar testemunhas e ocultar provas do processo em andamento contra eles. Em 2006, Paulo Maluf foi eleito deputado federal por São Paulo, com o maior número de votos do país. Atualmente, o político enfrenta processos e ações por evasão de divisas, lavagem de dinheiro, formação de quadrilha e improbidade administrativa.

²² Deputados Federais: Rogério Silva (PPS-MT) e Antônio Nogueira (PT-AP). Governador de Roraima Flamarion Portela (sem partido).

das poucas nações a dominar a tecnologia de exploração petrolífera em águas profundas e ultraprofundas. Em 2006, o governo brasileiro anunciou a conquista da autossuficiência do país em petróleo e gás. O volume de produção de petróleo e derivados atingiu patamares elevados e conseguiu superar, pela primeira vez, o valor da demanda total da economia. Isso resultou em desenvolvimento da economia e aumento das vagas de emprego.

Em maio de 2005, outro escândalo irrompeu dentro do governo Lula. A revista *Veja* denunciou um esquema de corrupção nos Correios, empresa pública gerida por um dos partidos da base de sustentação do governo. A revista publicou reportagem sobre o pagamento de propina aos dirigentes dos Correios, envolvendo o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e seu presidente na época, o deputado federal Roberto Jefferson.

Acuado, Roberto Jefferson revelou um suposto esquema de pagamento de mesada pelo PT a deputados aliados para a aprovação de projetos governistas. O esquema, apelidado de “mensalão”, seria comandado pelo ministro-chefe da Casa Civil e braço-direito do presidente Lula, José Dirceu. Segundo Jefferson, o dinheiro do mensalão chegava à Brasília em malas e vinha de estatais e empresas privadas e as negociações ocorriam em uma sala ao lado do gabinete do ministro-chefe da Casa Civil, onde ficava o secretário-geral do PT, Sílvio Pereira. O deputado revelou o nome do suposto operador do esquema, o publicitário mineiro Marcos Valério. A partir disso, foi deflagrada a CPI dos Correios para investigar o envolvimento de empresas estatais para alimentar os recursos do “mensalão”.

Líderes do PT, do PL (Partido Liberal) e do PP (Partido Progressista), partidos acusados de receber o mensalão, negaram conhecer ou participar do esquema. As revelações envolveram indiretamente também o presidente Lula, pois, segundo Roberto Jefferson, desde o começo de 2005, o presidente tinha ciência dos fatos ocorridos, mas até então não tinha tomado nenhuma providência. Lula falou que não sabia de tal esquema. Essas denúncias atingiram diretamente a cúpula do PT. Os desgastes provocados levaram à queda de José Dirceu, até então principal figura do governo Lula, e de José Genoíno, umas das principais lideranças históricas do PT. Foram descobertos saques de R\$ 20,9 milhões realizados pelas empresas de Marcos Valério no Banco Rural, entre julho de 2003 e maio de 2005. O publicitário negou que o dinheiro foi usado para pagar o mensalão. Porém, dias depois, foi revelado que Marcos Valério foi avalista, com Delúbio Soares, o tesoureiro do PT, e José Genoíno, presidente do PT, de um empréstimo de R\$ 2,4 milhões ao Partido dos Trabalhadores. Em

seguida, Sílvio Pereira e Delúbio foram afastados do PT, e José Genoíno renunciou à presidência do partido²³.

Devido a essa enxurrada de denúncias, foi instaurada a CPI do Mensalão. Esse escândalo esteve na mídia, regularmente, de maio a dezembro de 2005. A crise política provocada “foi, provavelmente, a mais estrondosa da República” (Miguel e Coutinho, 2007, p. 98). No Brasil, frequentemente, ocorrem escândalos políticos e denúncias de corrupção de pessoas públicas, porém, esse caso específico marcou a história pelo grau de repercussão e pelo fato de que foram atingidas figuras centrais do governo do PT, partido que sempre pregou a moralização da política. Além disso, o governo foi incapaz de sufocar a crise. Por estar com uma base mais frágil no Congresso, Lula viu-se obrigado a conviver com diferentes CPI’s investigando seu governo durante meses. De forma contrária, seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso, conseguiu impedir a abertura de Comissões Parlamentares de Inquérito durante seus mandatos.

O fenômeno “Mensalão” obteve diferentes saldos: três cassações (Roberto Jefferson – PTB, José Dirceu – PT e Pedro Corrêa – PP), quatro renúncias antes da votação e 11 deputados absolvidos por seus pares²⁴. Esse resultado ocorreu mesmo diante da apresentação do relatório final da CPI dos Correios, que atestava a existência do mensalão. Já a CPI do Mensalão foi encerrada sem apresentar provas do funcionamento do esquema, a não ser uma lista de parlamentares cassáveis.²⁵

Em outubro de 2005, o bispo baiano dom Luiz Flávio Cappio fez greve de fome para adiar as obras de transposição das águas do Rio São Francisco. Devido à polêmica desencadeada pelo protesto, o início das obras foi retardado. Na mesma época, os professores das universidades federais declararam greve, reivindicando aumento salarial.

²³ A renúncia de Genoíno deu-se logo após o episódio “Dólar na Cueca”, no qual o assessor do deputado petista José Nobre Guimarães, irmão de Genoíno, foi preso em São Paulo com R\$ 200 mil na mala e US\$ 100 mil na cueca.

²⁴ Dos 19 deputados acusados de participar do esquema do “mensalão”, sete se reelegeram nas eleições de 2006.

²⁵ Em julho de 2005, o instituto de pesquisas Datafolha realizou 2.110 entrevistas nas regiões sul, sudeste, nordeste, norte e centro-oeste do Brasil para avaliação do Governo Lula. Quando questionado se o Presidente Lula estava fazendo um governo ótimo, bom, regular, ruim ou péssimo, os entrevistados responderam: 40,3% regular; 27,9% bom; 14,3% péssimo; 9,5% ruim e 6,8% ótimo. Porém, quando questionado sobre o desempenho pessoal de Lula, os brasileiros responderam: 39,1% bom; 32% regular; 12,2% ótimo; péssimo 6,9% e ruim 5,4%. Ainda nessa pesquisa, a seguinte pergunta foi feita: “Pelo o que você sabe ou ouviu dizer, existem ou não casos de corrupção no governo Lula?” 78% dos entrevistados responderam sim, 11,7% não e 10,3% não sabiam.

Tal greve atingiu cerca de 200 mil alunos. Ainda em outubro, ocorreu o referendo do desarmamento, milhões de brasileiros compareceram às urnas e 63,94% responderam que o comércio de armas de fogo e munição não deveria ser proibido no Brasil. Esse referendo foi a maior consulta popular realizada na história política do Brasil.

Nessa mesma época, o Ministério da Agricultura confirmou a existência de focos da febre aftosa no Brasil. A notícia fez com que 49 países cancelassem a compra de carne bovina brasileira *in natura* ou adotassem restrições comerciais a ela. O prejuízo às exportações foi estimado em US\$ 250 milhões. Em compensação, as exportações de frangos e suínos aumentaram 120%. Em conjunto, todas as vendas de carne bovina não sofreram perdas, e o Brasil manteve-se como o maior exportador mundial. Em novembro, foi anunciado que, pelo quarto ano consecutivo, o setor financeiro brasileiro teve o maior crescimento da economia.

O ano de 2006 foi turbulento para o Governo Lula. Os movimentos sociais organizaram manifestações, presidiários rebelaram-se, o setor aéreo manteve-se caótico e mais denúncias de corrupção vieram à tona. Não bastasse isso, tratava-se de um ano eleitoral, ou seja, todos os olhos estariam voltados para a esfera política federal.

No dia internacional da mulher, 08 de março de 2006, 2 mil mulheres do Movimento de Mulheres Camponesas – com o apoio da Via Campesina Internacional, organização internacional de agricultores afiliada com o MST (Movimento dos Trabalhadores sem Terra) – invadiram e depredaram o laboratório e a unidade de produção de mudas de uma fazenda da empresa Aracruz Celulose, na cidade de Barra do Ribeiro (RS). As agricultoras protestaram contra os impactos ambientais e sociais da monocultura do eucalipto. A Aracruz, por sua vez, acusou o movimento de terrorismo ambiental.

Quatro dias depois, cerca de 200 ativistas ocuparam a sede da fazenda Santa Rita, em São Paulo, propriedade da fabricante de papel e celulose Suzano. A mesma foi ocupada por militantes do MST, que levaram consigo foices, faixas e bandeiras vermelhas. Os manifestantes declararam que a fazenda era um latifúndio improdutivo. No mês de abril, o MST ocupou outra fazenda de propriedade da Suzano, dessa vez em Teixeira de Freitas, na Bahia²⁶. Aproximadamente 3 mil militantes

²⁶ O Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) organiza manifestações nos meses de abril, desde 1997, de forma regular, o chamado “abril vermelho”, uma referência à cor predominante na bandeira do MST.

ocuparam o terreno, considerado improdutivo pelo Inbra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

Em meados de 2006, mais de 500 pessoas, lideradas pelo Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), dirigiram-se à Brasília, vindos de diversos estados, para protestar em frente ao Congresso Nacional. Segundo o movimento, ao tentarem entregar uma carta com as reivindicações e demandas do movimento ao Presidente da Câmara, eles foram barrados na porta da instituição. Houve confronto com os seguranças do Congresso, os militantes invadiram e depredaram parte da Câmara dos Deputados. O episódio terminou com a prisão dos integrantes do movimento e mais de 40 pessoas ficaram feridas.

Nos meses de maio, julho e agosto, ocorreram centenas de atentados em todo o estado de São Paulo, além de rebeliões em presídios e ataques a prédios do Judiciário e do Legislativo. As ações foram realizadas pelo Primeiro Comando da Capital (PCC), o principal grupo do crime organizado no estado, em reação à transferência de líderes da facção para a penitenciária de segurança máxima de Presidente Venceslau, no interior do estado.

No setor aéreo brasileiro, instalou-se um caos. Os controladores de voo provocaram o cancelamento de voos e atrasos generalizados nos aeroportos. Por serem militares, não poderiam fazer greves, por isso, utilizaram o artifício do procedimento padrão para pressionar o governo na busca de melhores condições de trabalho e aumento salarial. No final de 2006, ocorreu o maior apagão aéreo da história do país, uma pane no sistema que controla o tráfego aéreo de Brasília afetou diretamente os aeroportos de Brasília, Congonhas (SP) e Confins (MG). Além do tumulto nos aeroportos, a disputa de forças entre controladores e aeronáutica causou prejuízos bilionários para as companhias aéreas nacionais.

No último ano do seu primeiro mandato, o governo de Lula contou ainda com mais dois escândalos políticos. Em março de 2006, o caseiro Francenildo Costa foi ouvido pela CPI dos Bingos e declarou ter visto o Ministro Antônio Pallocci, o mais importante nome do governo Lula após a saída de José Dirceu, em uma mansão utilizada em Brasília por lobistas para fechar negócios suspeitos.

O ministro negou as acusações. Poucos dias depois da declaração do caseiro Francenildo, os dados de movimentação de sua conta bancária foram divulgados pela imprensa, denunciando que o caseiro havia recebido cerca de 35 mil reais em depósitos, valor incompatível com a sua renda mensal de 700 reais. Tal denúncia tinha como intuito desqualificar as declarações do caseiro, dando a entender

que ele teria recebido esse dinheiro para mentir na CPI e prejudicar Pallocci. No entanto, soube-se mais tarde que os depósitos foram feitos pelo pai biológico de Francenildo.

Diante desse fato, “o feitiço virou contra o feiticeiro”, pois o foco passou a ser a quebra do sigilo bancário de Francenildo, devido à ilegalidade do ato, que foi feito sem o aval da justiça. Novamente, o ministro Palocci negou qualquer envolvimento no caso, mas, frente à pressão exercida e possíveis provas do acontecido, pediu demissão do cargo.

O segundo escândalo político deu-se durante a campanha de reeleição do Presidente Lula, nas vésperas do primeiro turno. Trata-se do caso “Dossiê”, no qual integrantes do PT foram presos em flagrante pela Polícia Federal comprando, com 1,7 milhão em dinheiro vivo, um “dossiê”, que supostamente revelaria a participação de políticos do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) com a “máfia das sanguessugas”²⁷, dentre eles o então candidato a governador de São Paulo e ex-ministro da saúde José Serra e o candidato à presidência da República Geraldo Alckmin.

O conteúdo desse dossiê, portanto, poderia comprometer as candidaturas dos tucanos e, teoricamente, poderia favorecer os candidatos petistas. Porém, a ação da Polícia Federal gerou um resultado adverso das intenções dos petistas envolvidos nesse caso. O episódio causou a perda de votos para Lula, votos esses que eram preciosos para a reta final. Assim, as eleições encaminharam-se para o segundo turno.

Como destacou Rennó (2007), corrupção e escândalos afins foram temas centrais nas eleições de 2006. A candidatura de Lula sofreu com a sucessão de escândalos de corrupção que atingiram o governo, sobretudo a denúncia do “mensalão”, “a máfia das sanguessugas” e, já próximo da eleição, “o caso do dossiê”.

No entanto, a eleição presidencial de 2006 também foi marcada pela boa avaliação do governo, e, em 29 de outubro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) foi reeleito, em segundo turno, com mais de 60% dos votos válidos, contra o ex-governador paulista Geraldo Alckmin (PSDB)²⁸. Com ampla votação da população com menor

²⁷ Também conhecida como “máfia das ambulâncias”, esquema configurado pela formação de quadrilha por empresários, políticos e servidores públicos para desviar dinheiro da saúde pública. Licitações eram fraudadas e propinas eram pagas aos envolvidos no caso.

²⁸ Conforme Rennó (2007), as eleições de 2006 foram enigmáticas, pois o presidente Lula foi reeleito, quase no primeiro turno e com certa tranquilidade, mesmo depois de ter sido duramente atacado por seus adversários, devido aos diversos escândalos de corrupção que assombraram a sua administração. Rennó concluiu que fatores como percepções sobre a

renda, respaldado pelo aquecimento da economia que resultou em um maior poder de compra dos brasileiros, Lula baseou sua estratégia na defesa dos benefícios do programa de distribuição de renda Bolsa Família²⁹. Nas vésperas de iniciar o novo mandato, fortalecido pela boa vitória das urnas, Lula registrou altos índices de apoio popular, semelhantes aos obtidos quatro anos antes.

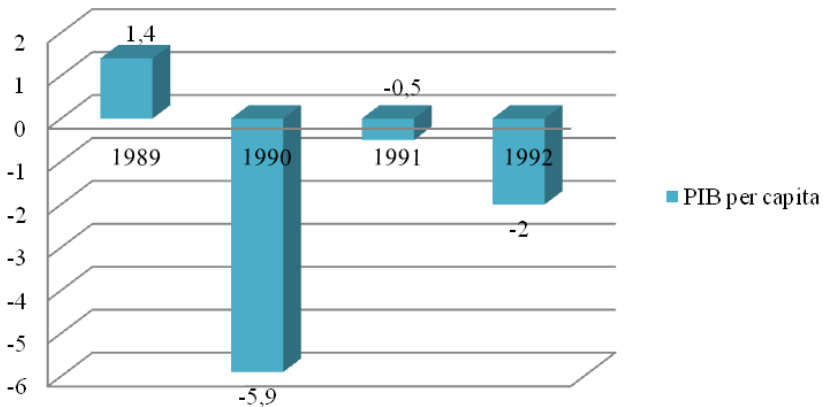
2.3 DADOS ECONÔMICOS E SOCIAIS: COMPARANDO OS PERÍODOS

Além do relato dos fatos políticos ocorridos durante os mandatos de Collor e Lula, recorreu-se a dados econômicos e sociais para fundamentar as conclusões a respeito do contexto brasileiro experimentado nesses dois períodos. Inicialmente, observaram-se os valores do PIB *per capita*; tal medida divide o valor total do Produto Interno Bruto (PIB) pelo número de habitantes da nação. Esse indicador é usado como um “termômetro” do ritmo do crescimento da economia.

economia, avaliação do governo Lula e certo componente partidário foram mais importantes e serviram de escudos para proteger Lula das acusações de corrupção no cenário da reeleição. Destacou ainda que a identificação partidária e a preferência ideológica podem ter atenuado o impacto da corrupção por se tratar da escolha entre candidatos de partidos políticos distantes no espectro ideológico.

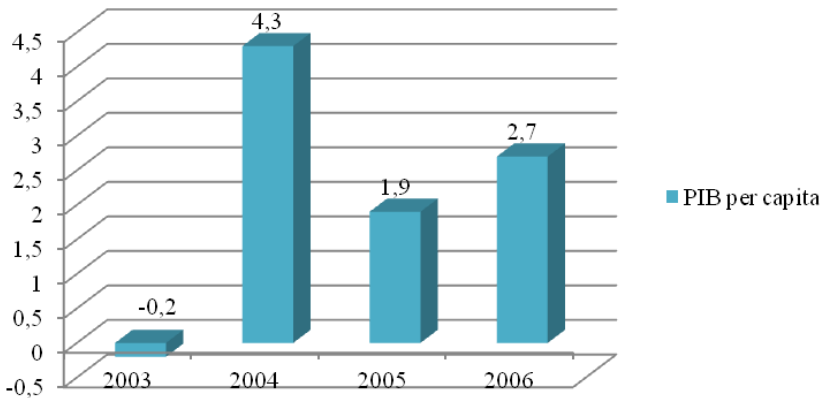
²⁹De acordo com Soares e Terron (2008), os programas sociais de transferência direta de renda, em especial o Bolsa Família, foram associados ao grande crescimento da votação em Lula nos municípios mais pobres do Norte e Nordeste. A pesquisa dos autores confirmou que a participação do Bolsa Família sobre a renda local foi um determinante do novo contorno das bases geoeleitorais, e o fator de maior peso na explicação da votação municipal. Nas eleições de 2002, Lula alcançou bons resultados nas regiões centro-sul do país, porém, nas eleições de 2006, o percentual de votos válidos nessas regiões diminuiu. Em contrapartida, aumentou nas regiões Norte e Nordeste, onde o Programa Bolsa Família distribuiu mais recursos. Os resultados revelaram um novo padrão de distribuição espacial dos votos, o Bolsa Família causou uma mudança na base eleitoral, Lula derrotou o ex-governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, no segundo turno, com praticamente o mesmo percentual de votos que o elegeu em 2002 (respectivamente 60,8% e 61,3%).

Gráfico 01 - Taxa (%) de variação anual PIB *per capita* - Brasil (1989-1992)



Fonte: IBGE. Departamento de contas nacionais.

Gráfico 02 - Taxa (%) de variação anual PIB *per capita* - Brasil (2003 - 2006)



Fonte: IBGE. Departamento de contas nacionais.

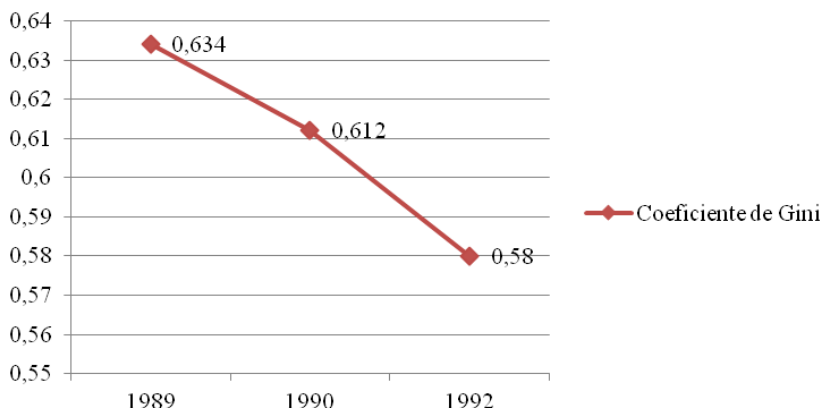
Com base nesses resultados, pode-se afirmar que, no início da década de 1990, o Brasil passou por uma crise econômica, pois de 1989 a 1992 os valores do PIB *per capita* decresceram, o que denunciou uma retraída no desenvolvimento econômico do país. Em contrapartida, de 2003-2006 o Brasil experimentou aumento no que diz respeito aos

valores dessa taxa, o que provocou uma aceleração no ritmo da economia.

Outro indicador utilizado para diagnosticar o nível de desenvolvimento econômico de uma nação é o índice de Gini, o qual mede a distribuição de renda vivenciada em um país. Essa medida foi desenvolvida pelo estatístico italiano Corrado Gini, em 1912. Tal coeficiente é calculado através da **curva de Lorenz**, trata-se de uma representação gráfica construída a partir da ordenação da população pela renda. O coeficiente de Gini varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo do zero, menor é a desigualdade de renda; e quanto mais próximo de um, maior a concentração de renda em um país.

O gráfico a seguir apresenta os valores do coeficiente de Gini obtidos pelo Brasil no período de 1989-1992, no qual se observou uma constante queda nessa medida, passando de 0,634, em 1989, para 0,580, em 1992. Isso demonstrou uma melhoria no padrão de distribuição de renda da sociedade brasileira, apesar do índice continuar com valor elevado.

Gráfico 03 - Evolução da desigualdade na renda familiar *per capita* segundo o coeficiente de Gini - Brasil (1989-1992)



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).³⁰

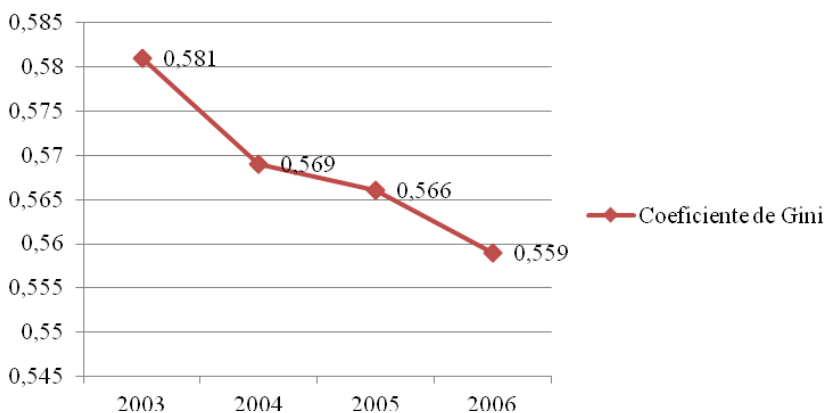
No período de 2003 a 2006 (gráfico a seguir), o coeficiente de Gini também apresentou quedas nos seus valores, demonstrando uma

³⁰ No ano de 1991, não houve Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) no Brasil. Portanto, o índice de Gini não pode ser calculado.

diminuição da desigualdade de renda entre os brasileiros. O grau de concentração de renda no país caiu, visto que os valores passaram de 0,581 para 0,559. Nesse segundo período, observou-se uma trajetória de suaves quedas, se comparado ao decréscimo ocorrido no período de 1989-1992, que foi mais significativo. Cabe enfatizar que, em 2006, o Brasil atingiu o nível mais baixo de desigualdade de renda em relação aos 30 anos anteriores. No entanto, mesmo com tais avanços, a distribuição de renda brasileira foi considerada a 10ª pior numa lista de 126 países, conforme apontou o relatório de 2006 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Os dados apresentados mostraram que a desigualdade de renda brasileira caiu de forma contínua nos dois períodos, impactando sobre a redução da pobreza e da extrema pobreza. Porém essa desconcentração alcançou seu maior nível no segundo período analisado.

Gráfico 04 - Evolução da desigualdade na renda familiar *per capita* segundo o coeficiente de Gini - Brasil (2003-2006)



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

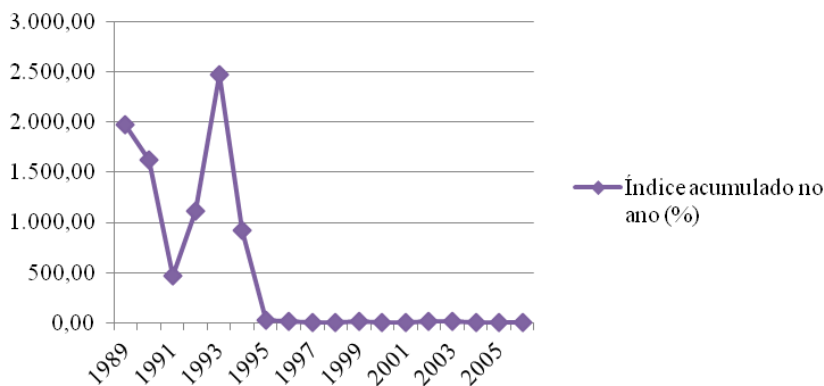
Como terceiro indicador de desenvolvimento econômico, observou-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Constitui-se como uma maneira de mensurar os níveis de inflação ocorridos no Brasil. O mesmo é considerado o índice oficial de inflação do país, sendo utilizado pelo Governo Federal como referência para verificar as metas inflacionárias. Esse indicador reflete o custo de vida de famílias com renda mensal de 1 a 40 salários mínimos, residentes nas regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo

Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Recife, Fortaleza e Belém, além do Distrito Federal e do município de Goiânia.

O gráfico a seguir apresenta as variações anuais sofridas pelo IPCA durante o período de 1989 a 2006. De imediato, constatou-se a crise inflacionária ocorrida nos primeiros anos, alcançando o pico em 1993, quando o acumulado do índice chegou a 2.477,15%. A partir de 1995, os níveis de inflação começam a cair, o que anunciou uma fase de estabilidade econômica no país. Em 2006, o acumulado do IPCA ficou em 3,14%.

Quando Collor assumiu a presidência, em 1990, altas taxas de inflação já imperavam no Brasil. Para barrar esse aumento, foi elaborado um novo programa anti-inflacionário, denominado Plano Collor, que foi composto de diversas medidas impactantes. Tal programa conseguiu que a inflação recuasse no curto prazo, mas depois as taxas voltaram a subir, atingindo seu auge em 1993, quando Collor já havia sofrido *impeachment*.

Gráfico 05 - Variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - Brasil



Fonte: IBGE.

Até 1994, as altas taxas de inflação se configuraram como um grande problema brasileiro. Com a economia estagnada, os valores do PIB *per capita* sofreram duras quedas. Somente com a criação do Plano Real e a mudança da moeda para o real (R\$), em 1994, a inflação começou a ser controlada. A partir de então, o contexto brasileiro passou a apresentar um maior crescimento econômico, amparado por um processo de estabilização econômica. Os indicadores econômicos

expostos nesse capítulo, referentes ao primeiro mandato de Lula, respaldam esses avanços.

3 ANÁLISE DOS DADOS

Nessa parte do trabalho, apresentamos a dimensão empírica da investigação. Inicialmente, em uma seção metodológica, explicitamos detalhes sobre as bases de dados utilizadas, bem como os procedimentos empregados na análise. Na sequência, apresentamos e examinamos a frequência de participação dos brasileiros em formas de protesto, nos dois períodos estudados, à luz de uma interpretação contextual. Nas seções que se seguem, com a realização de testes estatísticos de hipóteses, tratamos de aspectos individuais relacionados à participação política. Por fim, tecemos uma análise geral sobre os resultados encontrados, com o objetivo de destacar os determinantes individuais que se mostraram mais significativos para explicar o envolvimento em modalidades de protesto.

3.1 QUESTÕES METODOLÓGICAS

Para responder as questões teóricas do projeto, utilizou-se dos dados da pesquisa *World Values Survey* (WVS). O WVS é uma investigação mundial sobre valores socioculturais e políticos, baseada em *surveys* aplicados a amostras nacionais representativas de mais de 80 nações espalhadas por todos os continentes. As ondas de coletas de dados ocorrem a cada 5 anos e mais de 250 variáveis são pesquisadas. Em 1981, ocorreu a primeira rodada desse projeto no mundo, o Brasil foi incluído no levantamento apenas em 1991³¹. A escolha de verificar as hipóteses do projeto por meio dessa pesquisa se deu em função da mesma apresentar dados diretamente relacionados à atividade de protesto. Como bem afirmaram Dalton e Sickle (2005, p.1), o projeto WVS “*provides the most accurate assessment of protest around the globe that has ever been possible*”.

O presente estudo se ateve à primeira (1990) e à última (2005) ondas realizadas no país. Frente à vasta quantidade de variáveis contidas nas bases, primeiramente, realizou-se uma análise exploratória dos dados. A onda de 1990, que foi realizada em 1991 no Brasil, contém uma amostra de 1.782 entrevistados; já a onda de 2005, realizada em 2006, atingiu um universo de 1.500 pessoas³².

³¹ Cabe ressaltar que a aplicação dos *surveys* depende de fontes de financiamento de pesquisa. Até o momento, o Brasil participou das ondas de 1990-1993, 1995-1997 e 2005-2008.

³² As bases de dados, registradas sob os códigos *wvs1990_v20090906* e *wvs2005a_v20090901*, e informações técnicas foram obtidas através do endereço disponível

De imediato, buscou-se averiguar quais modalidades de participação política não convencional faziam parte das bases analisadas. Observou-se que a onda de 1991 revelou cinco modalidades enquadradas nessa tipologia, sendo elas: abaixo-assinados, boicotes, manifestações legais, greves não oficiais e ocupação de edifícios e prédios. Os entrevistados respondiam assinalando uma das seguintes opções: “fez” / “poderia fazer” / “nunca faria”.

Na onda de 2006, os questionamentos apresentaram diferenciações. As modalidades de participação política, abaixo-assinados, boicotes e manifestações legais continuaram compondo a base, porém as variáveis greves não oficiais e ocupação de edifícios e prédios foram retiradas. No entanto, acrescentou-se uma quarta possibilidade de ação política designada como “outras”. Da mesma forma que, em 1991, as alternativas de resposta eram: “fez” / “poderia fazer” / “nunca faria”. Nessa última onda, o entrevistado que respondesse “fez” poderia declarar se foi uma ação recente ou não.

Devido a essas alterações no questionário aplicado em 2005 pelo WVS, fato comum em pesquisas desse porte que buscam aprimoramento a cada sondagem realizada, optou-se por escolher como variáveis dependentes apenas aquelas que pertenceram às duas ondas pesquisadas. Assim, somente as modalidades abaixo-assinados, boicotes e manifestações foram selecionadas como variáveis dependentes para as duas ondas de pesquisa³³.

Alguns pesquisadores questionam a inclusão de abaixo-assinados como uma medida de protesto, categorizando-o como um direito democrático básico. Nesse trabalho, optou-se em utilizar o abaixo-assinado como modalidade de protesto, amparando-se nas considerações de estudiosos que classificam a participação não convencional como uma ação política que vai além do processo eleitoral. Além disso, constatou-se que outros estudos trataram o abaixo-assinado como modalidade de protesto, em alguns casos, descrevendo-o como o primeiro grau de ação política não convencional ou como uma

em: <www.worldvaluessurvey.org>. Desde já, agradecemos aos pesquisadores pertencentes à rede do WVS, em especial a Ronald Inglehart, por disponibilizarem o acesso a esses dados.

³³ Como relata Barbeta (2010), as variáveis surgem quando perguntamos o que vamos observar ou medir na população ou amostra. Assim, “as variáveis são características que podem ser observadas (ou medidas) em cada elemento da população” (p.29). Variáveis dependentes ou respostas, também chamadas de (Y), referem-se ao que se deseja explicar, seja um acontecimento, fato, ocorrência. No caso dessa pesquisa, as variáveis dependentes estão relacionadas à ocorrência de participação política nãoconvencional.

atividade de transição entre práticas convencionais e não convencionais (DALTON; SICKLE; WELDON, 2009; DELLA PORTA, 2010).

Para fins de delimitação do projeto, o qual apresenta como objetivo principal a investigação daqueles que participam ou participaram de modalidades políticas contestatórias, somente os entrevistados que responderam “fez” a alguma das modalidades de participação foram o alvo da pesquisa. Dessa forma, as intenções “poderia fazer” ou “nunca faria” foram classificadas como uma resposta negativa às questões, pertencendo a uma mesma categoria. Sendo assim, as referidas variáveis dependentes foram transformadas em variáveis dicotômicas³⁴.

Por fim, elaborou-se um índice de participação não convencional por meio do somatório das ações: abaixo-assinados, boicotes e manifestações³⁵. Esse índice foi incorporado à pesquisa como a quarta variável dependente a ser avaliada. Assim, o presente trabalho investigou quatro medidas dependentes, a saber: **abaixo-assinados, boicotes, manifestações e índice de participação não convencional**.

3.2 ANÁLISE CONTEXTUAL

Iniciou-se o tratamento dos dados através da observação das distribuições das frequências. A partir da aplicação de técnicas descritivas, pode-se comparar a participação política não convencional em dois momentos distintos no Brasil. Buscou-se verificar a tendência das formas de protesto político no país, compreendidas pelas pesquisas do *World Values Survey* em 1991 e 2006³⁶. A tabela 1 apresenta as informações sobre participação em abaixo-assinados, boicotes e manifestações nos períodos supracitados.

³⁴ Mais detalhes sobre as variáveis encontram-se no apêndice 1.

³⁵ Para verificar se essas modalidades de participação poderiam ser agrupadas em uma mesma medida, foram realizados testes Alpha de Cronbach. Nas bases de dados de 1990 e 2005, o Alpha de Cronbach resultou em 0,672 e 0,626, respectivamente. Isso significa que o índice de participação não convencional atingiu a consistência mínima exigida de 0,6, estipulada para as ciências sociais. Desse modo, os resultados respaldaram a construção do índice, que apresentou uma variação de 0 a 6. O apêndice 2 apresenta a lista de índices construídos, bem como os testes Alpha Cronbach.

³⁶ Deixamos claro que a menção ao ano inicial da onda (1990 ou 2005) ou ao ano específico que a pesquisa foi realizada no país (1991 ou 2006) retrata a mesma base de dados. No decorrer do texto, utilizamos essas duas maneiras de referência.

Tabela 1. Participação em abaixo-assinados, boicotes e manifestações, 1991 e 2006.

MODALIDADE	ANO	
	1991	2006
Abaixo-assinados	50,3%	55,5%
Boicotes	10,3%	7,8%
Manifestações	18,7%	18,2%

Fonte: *World Values Survey*, 1990 e 2005.

Os dados destacaram o número expressivo dos entrevistados que assinaram abaixo-assinados, totalizando 50,3% da amostra em 1991 e superando essa porcentagem em 2006. As manifestações legais apresentaram certo decréscimo nas taxas de participação, porém com valores muito próximos dos registrados na primeira onda de pesquisa. Quanto à participação em boicotes, os resultados indicaram uma baixa taxa de participação nas duas rodadas, acompanhada de um declínio em 2006³⁷.

A única modalidade que apresentou um aumento na taxa de participação foi a assinatura em abaixo-assinados. Sabe-se que essa modalidade exige menos custos dos participantes, portanto, mais fácil de ser realizada. Tais dados demonstraram, de forma geral, que o brasileiro optou por formas de ações políticas (não convencional) mais brandas, evitando as formas consideradas mais radicais.

Com base nesse panorama, identifica-se uma ampliação na participação em abaixo-assinados, uma estabilização no envolvimento em manifestações e um declínio na realização de boicotes pelos brasileiros. Dessa forma, pode-se afirmar que as modalidades de protesto político no Brasil possuem tendências diferentes, que variam conforme a necessidade de envolvimento do participante, isto é, conforme os custos de participação.

Quando se relata sobre os custos da participação, automaticamente pode-se fazer uma alusão ao contexto social e político em questão. Como apresentou Sidney Tarrow (2009), o contexto pode facilitar ou restringir ações dessa natureza. Nessa lógica, fatores

³⁷A caráter de conhecimento: na onda de 1990, as modalidades de participação “greves não oficiais” e “ocupação de edifícios e prédios” foram realizadas por 7,6% e 1,9% dos entrevistados, respectivamente.

externos, como abertura política ou repressão estatal, exerceriam grandes efeitos sobre o engajamento em atividades políticas não convencionais. A partir disso, as evidências encontradas foram relacionadas com o contexto do Brasil, nos dois períodos estudados. Importante ressaltar que as mudanças nas estruturas de oportunidades não afetam diretamente o comportamento individual, sem que passem pela percepção dos mesmos, ou seja, uma alteração política e/ou econômica só impactará se for percebida e vista como relevante na redução dos custos ou na ampliação dos benefícios e incentivos.

Ao comparar o contexto social e político dos anos 1991 e 2006, observaram-se semelhanças e disparidades. A análise não se restringiu aos anos específicos, mas também apurou episódios anteriores, amparando-se em mandatos presidenciais, na busca de realizar uma reflexão mais consistente. Em 1991, o Brasil estava sob o comando do Presidente Collor, e, em 2006, era Lula que estava à frente do Poder Executivo.

Quanto às semelhanças identificadas, notou-se que ambos os períodos contaram com fortes crises políticas, desencadeadas por denúncias de corrupção, desvio de verbas, escândalos políticos envolvendo dirigentes do alto escalão executivo, enfim, fatores que desgastaram tais governos. Em função disso, as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) foram presença constante nesses mandatos. No caso do Collor, houve inúmeros protestos por parte da população, até mesmo de grandes proporções, que reivindicaram o seu afastamento. Na sequência, ocorreu a abertura do processo do seu *impeachment*.

As maiores disparidades encontradas nesses dois períodos revelaram-se no âmbito econômico. Em 1990, o Presidente Collor impactou a economia nacional ao instaurar o Plano Collor, provocando diversas alterações no setor econômico, desde bloqueio de contas bancárias, demissão de funcionários públicos federais, até privatização de instituições públicas. Com isso, diversos setores da economia entraram em greve protestando contra essas mudanças. Ainda no período Collor, as taxas de inflação atingiram patamares elevados, desse modo, a economia viveu um momento de instabilidade, conforme apontaram os indicadores econômicos do capítulo anterior.

No período Lula, constatou-se um diferente cenário econômico. O setor financeiro apresentou crescimento, apoiado por uma baixa inflação e um aumento de vagas de emprego no mercado. A Petrobrás deu um salto em produção, tornando-se destaque mundial na área. Os acordos financeiros com o FMI (Fundo Monetário Internacional)

deixaram de ser renovados, colocando fim ao histórico problema da dívida externa. Além disso, diversos programas sociais foram implantados com a finalidade de oferecer melhores condições a segmentos desfavorecidos socialmente.

Frente a essas percepções contextuais, políticas e econômicas, pode-se conjecturar que o aumento do número de abaixo-assinados, de 1991 para 2006, está associado a uma maneira mais branda de protestar, envolvendo menos custos, em um período que não foi preciso realizar ações mais radicais, visto que, no país, a abertura política estava mais consolidada. Pode-se afirmar que as manifestações não sofreram grandes impactos contextuais, uma vez que não houve alteração significativa no volume. Porém, chama a atenção que, em 1991, por se tratar de uma época *pré-impeachment*, imaginava-se que esse fator político provocaria mais manifestações. No caso dos boicotes, supõe-se que a sua maior incidência em 1991 esteja relacionada ao clima de instabilidade econômica e política da época, o que incentivou os indivíduos a participarem de confrontos políticos.

Conforme observado anteriormente, as modalidades de protesto político no Brasil obtiveram tendências diferentes no decorrer dos anos; com isso, a análise dos resultados leva em conta as particularidades de cada ação política não convencional, evitando generalizações relacionadas ao ato de protestar. Ao comparar esses dois períodos, observou-se aumento na participação em abaixo-assinados e redução na participação em boicotes, essas oscilações de frequência podem estar associadas à situação econômica vivenciada em cada época.

Chegou-se a essa conclusão ao comparar o contexto político e econômico de 1991 e 2006; logo percebeu-se que, em termos políticos, os dois períodos compartilharam instabilidades, atestadas por fortes crises políticas. Desse modo, não se pode afirmar que foram os episódios políticos que provocaram as alterações de ocorrência em abaixo-assinados e boicotes. Porém, ao comparar o contexto econômico desses dois períodos, visualizou-se que, no período de 1991, a economia brasileira encontrava-se inconstante, já em 2006 o setor econômico apresentava maior estabilidade. Assim, o aumento da participação em abaixo-assinados e a redução da participação em boicotes podem estar relacionados ao aquecimento da economia. No caso do envolvimento em abaixo-assinados, o desenvolvimento econômico provocou efeitos positivos, aumentando o número de adeptos. Tratando-se da participação em boicotes, a estabilidade econômica produziu efeitos negativos, diminuindo o número de ações políticas desse porte. Com isso, o fator econômico impacta de diferentes formas a participação

política não convencional. Nesse caso, a economia forte impulsionou ações mais brandas de participação não convencional (abaixo-assinados) e a instabilidade econômica favoreceu ações mais radicais (boicotes).

Por isso, presume-se que, no caso brasileiro, os fatores econômicos foram mais importantes para desencadear ações de protesto do que as causas políticas. Seja para participar de um abaixo-assinado ou de um boicote, o brasileiro acabou levando em conta a situação financeira do país e, de acordo com o nível de satisfação nesse âmbito, optou pela modalidade de protestar. Mais adiante, será testado se o nível de satisfação financeira individual se relaciona com a participação política não convencional.

De modo geral, percebeu-se que as taxas de protesto permanecerem semelhantes, embora em contextos distintos. Uma possível explicação pode estar no efeito interativo entre recursos e descontentamento. Durante o primeiro período houve forte descontentamento, porém baixos recursos. Já no segundo período, os recursos se incrementaram, mas o descontentamento caiu.

Os estudiosos Dalton, Sickle e Weldon (2009) verificaram forte relação positiva entre a riqueza nacional e a atividade de protesto, ao testarem uma variedade de democracias industriais avançadas nas últimas três décadas. No caso brasileiro, essa relação não pode ser confirmada de forma conclusiva. Isso porque das três modalidades analisadas apenas uma acusou aumento de participação, mas essa ampliação foi pequena. Isso ocorreu mesmo quando o Brasil obteve um crescimento econômico. Desse modo, o protesto, de um modo geral, não esteve fortemente associado à riqueza nacional.

Em termos de oportunidades e restrições políticas, não se pode argumentar que, nos mandatos de Collor ou de Lula, a repressão estatal encorajou ou desencorajou atividades de protesto, visto que manifestações, passeatas e greves ocorreram sem censura, retratando um ambiente não repressivo. Destaca-se somente que, no período de Lula, o Brasil se encontrava em um momento histórico mais aberto à participação política devido ao desenvolvimento de novos mecanismos de participação que criaram oportunidades para determinados atores sociais expressarem suas necessidades e anseios.

Para ilustrar isso, citam-se as experiências de conselhos gestores, Conferências e orçamentos participativos que inovaram as relações entre Estado e sociedade. Embora não sejam formas de protesto, alguns desses mecanismos acabaram propiciando que atores com poucos recursos se engajassem em ações políticas, diminuindo os custos da participação, como foi o caso do orçamento participativo

(BORBA; LÜCHMANN, 2007). Experiências democráticas dessa natureza podem encorajar os indivíduos a se envolverem em ações políticas não convencionais, caso considerem necessário. Isso porque esses processos participativos podem alterar as percepções e práticas dos participantes, gerando aprendizado político, que pode ser percebido desde a obtenção de novas informações como na ampliação de uma consciência política³⁸.

No caso brasileiro, não foi possível constatar que quanto mais aberto um sistema político democrático, maior o número de protestos, como verificaram Dalton, Sickle e Weldon (2009) em suas pesquisas com democracias industriais avançadas. Ao considerar o período Lula com garantias e oportunidades políticas mais consolidadas do que o período Collor, observa-se que no comparativo apenas os abaixo-assinados aumentaram, as manifestações e os boicotes sofreram decréscimo. Desse modo, o contexto não gerou incentivos suficientes para desencadear uma maior participação política não convencional.

Depois de realizada essa análise contextual, procurou-se identificar quais fatores individuais poderiam contribuir para explicar a escolha por esse tipo de engajamento.

3.3 EXPLICANDO O PROTESTO: COMPOSIÇÃO DOS MODELOS MULTIVARIADOS

Com a finalidade de conhecer as bases sociais e atitudinais dos participantes, procurou-se selecionar as variáveis que tivessem maior poder de explicação em relação às hipóteses do trabalho. Como já mencionado, ocorreram alterações de questões na base de 2005, dessa forma, optou-se em selecionar somente variáveis independentes que estivessem incluídas nas duas rodadas (1990 e 2005), visto que se trata de uma análise comparativa³⁹. Ressalta-se que a maioria das variáveis utilizadas passou pelo processo de recodificação para atender às exigências dos modelos de regressão, além disso, criaram-se índices na tentativa de agregar variáveis semelhantes⁴⁰.

³⁸ Para mais informações sobre o impacto desses processos participativos em termos de aprendizado político, ver Lüchmann, 2008.

³⁹ As variáveis independentes ou explicativas, também chamadas de (X), são aquelas mobilizadas para tentar explicar o comportamento da variável dependente. Nessa pesquisa, as variáveis independentes foram selecionadas com o intuito de explicar a ocorrência da participação política não convencional.

⁴⁰ Para saber como construir índices e/ou recodificar variáveis, ver Laureano & Botelho (2010). Nos apêndices 1 e 2, estão as perguntas que geraram as variáveis e suas respectivas codificações.

Dois vertentes interpretativas orientaram a escolha das variáveis, uma relacionada a recursos e a outra a questões culturais. No que diz respeito a recursos, duas teorias utilizam variáveis ligadas a recursos para comprovar argumentos antagônicos. Tratam-se do voluntarismo cívico (VERBA; SCHOLOZMAN; BRADY, 1995), que considera altos níveis de recursos como facilitadores da ação política, e da teoria das “queixas” (GURR, 1968a), que defende a falta de recursos como estimulante para a ação de protesto. Para verificar tais pressupostos, as perspectivas teóricas contaram com variáveis relacionadas a recursos.

Um bloco de variáveis levou em conta os argumentos do voluntarismo cívico (VERBA; SCHOLOZMAN; BRADY, 1995) que relaciona a atividade política a recursos objetivos e subjetivos. Os recursos objetivos podem ser entendidos como atributos que influenciam no envolvimento em protestos políticos, partindo do pressuposto que indivíduos com maiores recursos (educacionais e financeiros) são mais participativos, em especial quando os custos da participação tornam-se mais altos. Para verificar esse impacto, foram incluídas no modelo as variáveis: **nível educacional e renda**.

Os autores ressaltaram que a disponibilidade desses recursos pode variar conforme definições de sexo, etnia e religião. Por isso, as variáveis **sexo, negro, católico e religião** também foram incluídas no modelo⁴¹. Essas variáveis carregam os pressupostos de que homens participam mais do que mulheres; negros, por pertencerem a uma minoria étnica, participam menos do que as demais etnias (*status* minoria étnica); religiosos e/ou católicos são mais propensos à participação política do que ateus e/ou outras denominações religiosas⁴². Tais hipóteses dialogam com a teoria da centralidade. Ressalta-se o papel que a religião assume no modelo do voluntarismo cívico, os autores constataram que ambientes religiosos produzem oportunidades para a aquisição e/ou desenvolvimento de habilidades que são necessárias para a prática da política⁴³.

⁴¹ Salienta-se que essas variáveis passaram pelo processo de recodificação, com exceção de sexo, e tornaram-se dicotômicas, isto é, admitiram apenas duas respostas: negro (sim ou não), católico (sim ou não), religioso (sim ou não).

⁴² Os católicos foram objeto de análise devido à relação da Igreja Católica, por meio da vertente denominada teologia da libertação, com o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST).

⁴³ Os autores acrescentaram que indivíduos com baixos níveis de recursos podem encontrar nas igrejas um meio de adquirir tais habilidades, pois as igrejas possibilitam um acesso mais igualitário, não estruturado por renda ou etnia. Porém, os pesquisadores advertem que não são todas as denominações religiosas que favorecem esse fenômeno. Ao ler o trabalho de Fuks

Com relação aos recursos subjetivos, o voluntarismo cívico defende o engajamento psicológico e as redes sociais de recrutamento como fatores de participação política. Para testar o engajamento psicológico, incluiu-se nas variáveis independentes uma medida integrada do interesse por política, a qual foi composta por variáveis que questionaram a importância e o interesse por política⁴⁴. O **índice de interesse por política** foi criado com o objetivo de confirmar se os indivíduos que protestam possuem maior interesse em questões políticas. Quanto às redes sociais de recrutamento, para testar a hipótese de que associações e organizações estimulam o engajamento político foi criado o **índice de participação associativa**⁴⁵. A teoria enfatiza a função das instituições como recrutadoras de participantes políticos, à medida que colaboram no desenvolvimento de habilidades cívicas e estimulam o engajamento político⁴⁶.

O segundo bloco de variáveis inclusas, relacionadas a recursos, partiu dos pressupostos da “tese das queixas” proposta por Ted Gurr (1968a). Tal tese argumenta que indivíduos expostos a situações de privação estariam mais propensos a se envolverem em modalidades de protesto, como uma forma alternativa de expressarem suas necessidades e seus anseios. O autor salienta que, em alguns casos, esse descontentamento resulta em conflitos de caráter violento. Com base nisso, o sentimento de frustração torna-se um preditor do comportamento contestatório. Para verificar essa hipótese, foram

(2011), percebemos que o autor também utilizou da variável religião para entender o processo de participação política.

⁴⁴ Para compor o índice de interesse por política, foram agregadas as variáveis: importância da política e interesse em política. Nas bases de dados de 1990 e 2005, o Alpha de Cronbach resultou em 0,700 e 0,615, respectivamente, ambos acima do limite mínimo de 0,6, definido para as ciências sociais.

⁴⁵ O índice de participação associativa (base 1990) foi construído com o somatório das seguintes associações e organizações: org. assistência social, org. religiosa, grupo educativo, sindicato, partido político, grupos locais, direitos humanos, grupo ambiental, associação profissional, grupo jovem, grupo esportivo, grupo de mulheres, movimentos de paz, direitos dos animais, org. saúde. O Alpha de Cronbach resultou em 0,719, dessa forma, o índice pode ser considerado com forte consistência interna.

Na base de 2005, para formulação desse mesmo índice, as associações consideradas foram: org. religiosa, grupo educativo, grupo esportivo, sindicato, partido político, grupo ambiental, associação profissional, org. caridade, org. de consumo. Nesse caso, o Alpha de Cronbach foi de 0,603, encontrando-se acima do limite mínimo de 0,6, definido para as ciências sociais.

⁴⁶ Estamos cientes de que o modelo do voluntarismo cívico apresenta fatores de participação política em geral, não especificamente para as modalidades de protesto, ao contrário da teoria da queixas, que foca seus argumentos para as ações contestatórias. Mesmo assim, consideramos pertinente a utilização do modelo do voluntarismo cívico, porque os fatores que ele aponta também podem ser bons preditores da atividade de protesto.

selecionadas duas variáveis que estão relacionadas com o descontentamento individual. A primeira diz respeito à dimensão econômica (recursos), trata-se da escala de **satisfação financeira**, e a segunda se refere a uma dimensão mais ampla, a **satisfação com a vida**.

Com relação à abordagem cultural, a segunda vertente que orientou a escolha das variáveis, diferentes fatores foram mobilizados para tentar explicar a participação política em protestos. Alguns desses fatores encontram-se descritos nos trabalhos de Norris (2007), Inglehart e Welzel (2009) e Putnam (2002). Com base nesses estudos, deu-se a escolha das variáveis culturais.

Pippa Norris (2007) relata que uma das causas do enfraquecimento de algumas organizações tradicionais (partidos políticos, sindicatos, igrejas), até então consideradas como *locus* do ativismo político, está na expansão do ativismo orientado por causa, denominado “*Cause-oriented*”. Esse tipo de ativismo apresenta práticas e repertórios ligados ao protesto. Os indivíduos que aderem a esse tipo de ativismo demonstram comportamentos críticos em relação às instituições políticas e às elites estabelecidas, são os chamados “cidadãos críticos”. Nesse raciocínio, a desconfiança em instituições tradicionais estimularia a participação em protestos (NORRIS, 2007; INGLEHART; WELZEL, 2009). Com o propósito de averiguar essa relação, foi formulado o **índice de confiança institucional**⁴⁷.

Os pesquisadores Inglehart e Welzel (2009), com base em um estudo mundial sobre mudanças culturais, elaboraram a teoria do desenvolvimento humano. Trata-se de uma tese sobre a mudança de valores humanos em direção a uma postura pós-materialista, em decorrência, principalmente, do desenvolvimento econômico. Esses valores pós-materialistas, também chamados de valores de autoexpressão, estariam fortemente associados a ações políticas não convencionais. Na busca de identificar essa relação, foi construída a variável **pós-materialismo**. Essa variável é uma adaptação do primeiro esforço de Inglehart em construir uma medida para apurar objetivos e metas dos pós-materialistas⁴⁸.

⁴⁷ O índice de confiança institucional (base 1990) foi composto por confiança em: igrejas, forças armadas, sistema educacional, sistema judiciário, imprensa, sindicatos, congresso. O Alpha de Cronbach resultou em 0,750, podendo ser considerado um índice com forte consistência interna. Na base de dados de 2005, levou-se em conta a confiança em: igrejas, forças armadas, sistema judiciário, imprensa, sindicatos, governo, congresso, partidos políticos. O Alpha de Cronbach foi de 0,802, valor que denota alta consistência interna.

⁴⁸ Para medir a adesão a valores pós-materialistas, Inglehart desenvolveu dois índices. Primeiramente, construiu uma escala a partir de uma bateria composta por quatro itens, que representariam os objetivos prioritários de qualquer sociedade. Posteriormente, essa medida foi

A terceira variável cultural investiga a orientação ideológica dos participantes. Estudos constataram o vínculo entre preferências ideológicas e a atividade de protesto (DALTON; SICKLE, 2005). Esses autores argumentaram que tanto esquerdistas extremistas como direitistas extremistas favorecem a ocorrência de protestos. Na presente pesquisa, a hipótese é de que indivíduos situados mais a esquerda do espectro político, ou com preferências por partidos de esquerda, tenham maior predisposição a participarem de protestos. Para confirmar esse pressuposto, acrescentou-se no modelo a variável **autoposicionamento político**.

Por fim, ainda tratando da perspectiva culturalista, incluiu-se no modelo aspectos referentes às teses do capital social⁴⁹. Conforme a perspectiva de Putnam (2002), um indicador central do engajamento cívico é a confiança interpessoal, ou seja, cidadãos confiantes uns nos outros possuem uma maior probabilidade de participarem de atividades políticas. Para testar essa possível relação, foi selecionada a variável **confiança interpessoal**⁵⁰.

Após a identificação das variáveis dependentes e independentes que atendem aos pressupostos teóricos da pesquisa, testes bivariados de associação utilizando o coeficiente Gamma (γ) foram realizados⁵¹. Frente às associações encontradas, partiu-se para os testes estatísticos de hipóteses. Como já mencionado, foram criadas três variáveis binárias dependentes (abaixo-assinados, boicotes e manifestações), devido à

sofisticada, sendo composta por uma bateria de 12 itens. Esse último índice apresenta um nível de complexidade bem maior e, nesse momento, não teríamos condições de utilizá-lo na pesquisa. Além disso, somente na rodada de 2005 do projeto *World Values Survey* existem índices de pós-materialismo na base de dados; na onda de 1990, essas medidas não constam. Por isso, adaptou-se o índice composto por quatro itens, a fim de empregá-lo nos dois períodos estudados. Borba e Ribeiro (2010b) também fizeram adaptação semelhante. A respeito da consistência das medidas de pós-materialismo, ver trabalho de Ribeiro (2007), que comprovou, a partir de testes estatísticos, a validade desses índices para o contexto brasileiro.

⁴⁹ Cabe salientar que as teses do capital social referem-se à política em geral, ou seja, não são direcionadas à atividade de protesto. Porém, consideramos interessante verificar se os indicadores propostos por essa abordagem afetam a participação em protesto.

⁵⁰ Rennó (2001) estudou a consistência da variável confiança interpessoal como preditor de comportamento político, baseando-se em dados de pesquisas na América Latina. O autor concluiu que a relevância do preditor confiança interpessoal é contextual, isto é “os laços criados pela confiança não são tão importantes em certos contextos como são em outros”. (p. 55).

⁵¹ Os testes de associação são utilizados para identificar se existe um relacionamento estatisticamente significativo entre as variáveis, ou seja, se o conhecimento de uma altera a probabilidade de algum resultado da outra. O coeficiente Gamma além de fornecer essa informação, indica a intensidade e a direção desse relacionamento. Os resultados dos testes encontram-se no apêndice 3.

natureza dessas medidas, a análise multivariada deu-se através de modelos de regressão logística binária. Inicialmente, três modelos foram testados. O modelo (I) foi composto por variáveis relacionadas a recursos, o modelo (II), por variáveis ligadas a abordagem cultural e o modelo (III) agregou as variáveis das duas vertentes. Com base nos resultados desses testes, formulou-se o modelo (IV), que comportou somente as variáveis que apresentaram significância nos três modelos anteriores⁵².

Uma nota sobre Regressão Logística

A regressão logística é um método estatístico que permite mensurar a probabilidade de um evento ocorrer em função de outros fatores e avalia também a significância de cada uma das variáveis independentes que compõe o modelo. Na regressão logística, a variável dependente é categórica. Variáveis categóricas são também chamadas de qualitativas e caracterizam-se por apresentarem resultados relacionados a atributos ou qualidades, quando os possíveis resultados são números de certa escala, a variável é classificada como quantitativa (BARBETTA, 2010).

As variáveis categóricas são frequentemente binárias ou dicotômicas, isto é, referem-se a atributos que levam em conta apenas dois valores: sim ou não, morto ou vivo, homem ou mulher etc. Por essa razão, nesse trabalho, as variáveis dependentes foram organizadas de forma dicotômica: participação em ações políticas não convencionais: sim ou não. A regressão logística distingue-se da regressão linear principalmente pelo fato de a variável dependente ser categórica, pois, na regressão linear, a variável é quantitativa.

A regressão logística exige menos condições do que a regressão múltipla para a aplicação do modelo, visto que: “(1) aceita preditores qualitativos e quantitativos; (2) não assume relação linear entre a variável dependente e as covariáveis; (3) não exige que as variáveis preditoras apresentem distribuição normal; e (4) é menos sensível a *outliers*. (MAROCO, 2007, p. 683).

Nas tabelas seguintes, constam os resultados dos testes de regressão logística. Cabe informar que aqueles preditores que estão assinalados com asterisco atingiram a significância estatística (*sig.*)

⁵² Os testes estatísticos foram realizados com o emprego do *software* SPSS 18.0 for Windows.

exigida para rejeitar a hipótese nula⁵³. O potencial de cada variável para o modelo pode ser verificado pelo valor do coeficiente $Exp(B)$.

3.4 AS BASES INDIVIDUAIS DA PARTICIPAÇÃO: ABAIXO-ASSINADOS, BOICOTES E MANIFESTAÇÕES

Passemos aos dados. Ao analisar os dados sobre participação em abaixo-assinados realizados em 1991 (tabela a seguir), observou-se que, aplicando o modelo I, preditores ligados ao modelo do voluntarismo cívico assim como os preditores da teoria das queixas se mostraram significativos.

⁵³ Na maioria dos casos, o valor usual limite para verificação da significância de um teste é 0,05. Quando o valor do *sig* é igual ou menor que 0,05, a hipótese nula pode ser rejeitada, e, então, pode-se afirmar que existem associações entre as variáveis em questão (RIBEIRO, 2011).

Tabela 2. Preditores da participação em abaixo-assinados (1991)

PREDITORES Exp (B)	Modelo I	Modelo II	Modelo III	Modelo IV
Nível educacional	1,511*	-	1,327*	1,524*
Renda	1,171*	-	1,172*	1,160*
Sexo	1,502*	-	1,567*	1,453*
Negro(a)	1,070	-	1,317	-
Religioso(a)	0,833	-	0,816	-
Católico(a)	0,964	-	0,875	-
Índice de interesse por política	1,158*	-	1,144*	1,180*
Índice de participação associativa	1,043	-	1,008	-
Satisfação financeira	0,956*	-	0,960	0,946*
Satisfação com a vida	0,938*	-	0,947	0,953*
Índice de confiança institucional	-	0,927*	0,976	0,959*
Pós-materialismo	-	1,790*	1,473*	1,354*
Autoposicionamento político	-	0,993	1,005	-
Confiança interpessoal	-	0,901	0,697	-
Constant	0,378*	2,307*	0,596	0,458*

Fonte: *World Values Survey* (1990).

Nota: * Sig $\leq 0,05$

Pseudo R² (*Nagelkerke*): Modelo I: 0,14; Modelo II: 0,06; Modelo III: 0,14; Modelo IV: 0,17.

As variáveis nível educacional, sexo, renda e índice de interesse por política provocaram efeitos positivos, enquanto que satisfação com a vida e satisfação financeira impactaram de forma negativa, assim como argumentavam as referentes teorias. Porém, a intensidade do impacto diferenciou as variáveis. No caso de nível educacional, os resultados demonstraram que uma elevação na escala de escolaridade (nenhum/primário/secundário/universitário) elevou em 51,1% a chance de um indivíduo assinar abaixo-assinados; da mesma forma, a variável sexo acusou que ser homem, ao invés de mulher, aumentou essa probabilidade para mais de 50%. No que diz respeito à renda, o teste comprovou que indivíduos com mais recursos financeiros possuem maior probabilidade de participar de atos políticos, isso porque cada elevação na escala de renda (1 a 10 salários) aumentou em 17,1% as chances de participação.

Com relação às variáveis de satisfação com a vida e satisfação financeira (escala de 0 a 9), constatou-se que cada aumento nessas escalas reduziu em 6,2% e 4,4%, respectivamente, a chance de participação nessa modalidade de protesto. Desse modo, a proporção de efeitos dos preditores do descontentamento é consideravelmente menor no modelo do que as demais variáveis que se mostraram significativas. Com isso, pode-se afirmar que ambas as abordagens relacionadas a

recursos colaboraram na explicação da participação em abaixo-assinados, no entanto, com graus de impactos bastante diferenciados.

Considerando os resultados do modelo II, verificou-se que dos quatro preditores colocados à prova, destacaram-se somente o pós-materialismo e o índice de confiança institucional. A variável de pós-materialismo revelou-se um bom preditor, exercendo efeitos positivos sobre a medida dependente. Isso porque os indivíduos considerados pós-materialistas tiveram 79% a mais de chances de assinar abaixo-assinados, se comparados com os materialistas. Esse dado confirma o que Inglehart e Welzel (2009) encontraram nas suas pesquisas, isto é, indivíduos com valores de autoexpressão tendem a se envolver mais em atividades contestatórias.

Por sua vez, o índice de confiança institucional (escala de 0 a 21) impactou negativamente a participação em abaixo-assinados, assim como previa a tese da cidadania crítica. Cada avanço na escala de confiança institucional diminuiu a probabilidade em, aproximadamente, 7%. Em outras palavras, os indivíduos que mais desconfiaram das instituições tiveram ampliadas as chances de participação nessa modalidade.

Continuando com os testes, no modelo III, que contém as variáveis das duas abordagens teóricas, destacou-se que sexo, nível educacional, renda e índice de interesse por política reafirmaram a correlação positiva com a medida dependente. Em contrapartida, os preditores associados à teoria das queixas deixaram de ser relevantes. A variável de pós-materialismo, novamente, mostrou-se importante no modelo, ao impactar em 47% as chances de participação em abaixo-assinados. Já o índice de confiança institucional não confirmou a sua relevância como preditor. A variável que apresentou maior porcentagem de explicação dentro do modelo foi sexo, demonstrando que ser homem aumenta em 56% a probabilidade de envolvimento nessa participação. Chama a atenção que somente essa variável obteve um impacto maior do que pós-materialismo.

Interessante o fato de que o modelo III apresentou a mesma capacidade explicativa que o modelo I, isto é, 14%. As alterações de preditores relevantes não impactaram de um modo maior ou menor a variável dependente. Na realidade, ocorreu que as variáveis ligadas ao descontentamento perderam a significância estatística, enquanto que o pós-materialismo assumiu forte relevância. Com isso, a variável nível educacional passou a impactar em menor ordem a participação em abaixo-assinados, se comparado com o modelo I. Verificou-se que, nesse caso, cada elevação na escala de escolaridade elevou em 32% a

probabilidade de participação. Enfim, concluiu-se que os recursos continuaram sendo preponderantes na explicação, porém, o comportamento da variável cultural foi marcante para o modelo.

O modelo IV, ao comportar somente as variáveis que se mostraram significativas nos testes anteriores, atingiu a maior capacidade explicativa (17%) em relação à variação da participação em abaixo-assinados, se comparado com os demais modelos. Nesse caso, todas as variáveis se mostraram significativas, repetindo os comportamentos até então observados, ou seja, nível educacional, sexo, pós-materialismo, índice de interesse por política e renda produziram efeitos positivos para a medida dependente, já satisfação financeira, satisfação com a vida e índice de confiança institucional impactaram negativamente.

Nesse bloco, a variável que obteve destaque foi nível educacional, pois cada elevação na escala aumentou em 52% a chance de um indivíduo assinar abaixo-assinados. Os preditores sexo e pós-materialismo, novamente, sobressaíram. Os resultados do índice de interesse por política (escala de 0 a 6), nos três modelos testados, revelaram que cada elevação na escala de interesse por política ampliou as chances de participação, em média, 16%. Em relação ao desempenho da variável renda, nos três modelos testados, observou-se que cada aumento nessa escala elevou, em média, 16,5% a probabilidade dos entrevistados aderirem a abaixo-assinados.

Os dados sugerem que as abordagens relacionadas a recursos assumem destaque, porém observou-se um limitado impacto por parte da perspectiva do descontentamento. No que diz respeito à abordagem cultural, pós-materialismo e índice de confiança institucional assumiram relevância como fator explicativo. Concluindo, pode-se afirmar que, conforme os resultados do modelo melhor ajustado (IV), hipóteses do voluntarismo cívico, da teoria do desenvolvimento humano, da teoria das queixas e da cidadania crítica encontraram eco dentro da participação em abaixo-assinados, porém em proporções diferenciadas.

A tabela 3 (a seguir) apresenta os resultados dos preditores testados para explicar a participação em boicotes em 1991.

Tabela 3. Preditores da participação em boicotes (1991).

PREDITORES Exp (B)	Modelo I	Modelo II	Modelo III	Modelo IV
Nível educacional	1,559*	-	1,552*	1,642*
Renda	1,081	-	1,028	-
Sexo	0,987	-	0,893	-
Negro(a)	0,564	-	0,711	-
Religioso(a)	0,478*	-	0,568	0,567*
Católico(a)	0,663	-	0,585	-
Índice de interesse por política	1,254*	-	1,245*	1,313*
Índice de participação associativa	1,057	-	1,067	-
Satisfação financeira	0,939	-	0,943	-
Satisfação com a vida	1,000	-	1,009	-
Índice de confiança institucional	-	0,888*	0,940	0,903*
Pós-materialismo	-	2,528*	2,225*	1,795*
Autoposicionamento político	-	0,949	0,979	-
Confiança interpessoal	-	0,762	0,138	-
Constant	0,058*	0,379*	0,106*	0,068*

Fonte: *World Values Survey* (1990).

Nota: * Sig $\leq 0,05$

Pseudo R² (*Nagelkerke*): Modelo I: 0,10; Modelo II: 0,10; Modelo III: 0,16; Modelo IV: 0,17.

Ao aplicar o modelo I, os preditores nível educacional e índice de interesse por política se mostraram associados positivamente com a participação em boicote. Cada avanço na escala de nível educacional elevou em 55,9% as chances do indivíduo se envolver nessa atividade de protesto. Por sua vez, o índice de interesse por política confirmou que os entrevistados interessados por questões políticas tiveram maiores probabilidades de boicotar.

A variável religião apresentou relação negativa com o envolvimento em boicotes, os dados revelaram que os indivíduos que informaram ser religiosos tiveram suas chances diminuídas em 52,2%, se comparados aos não religiosos. Em relação aos pressupostos da abordagem dos recursos, constatou-se que a teoria das queixas não produziu nenhum efeito sobre a medida dependente. Concluiu-se que as variáveis que se mostraram significativas confirmaram os argumentos do voluntarismo cívico, porém o preditor religião não se comportou no sentido esperado.

Ao avaliar os resultados do modelo II, percebeu-se que as variáveis que se mostraram significativas foram pós-materialismo e o índice de confiança institucional. Ambas se comportaram como pregavam as teorias, ou seja, pós-materialismo relacionou-se positivamente com a medida dependente, e o índice de confiança

institucional, negativamente. Novamente, o pós-materialismo assumiu preponderância na explicação do fenômeno, pois indivíduos com valores de autoexpressão aumentaram a probabilidade de participar, se comparados aos materialistas, em mais de 150%. Os resultados do modelo II indicaram que a abordagem cultural alcançou um nível considerável de explicação para a participação em boicotes, visto que a capacidade explicativa da equação foi a mesma alcançada com as variáveis ligadas a recursos (modelo I).

Quando as variáveis relacionadas às duas abordagens (recursos e cultura) pertenceram a um mesmo modelo, a capacidade explicativa do modelo saltou para 16%. No modelo III, revelaram-se significantes os preditores pós-materialismo, nível educacional e o índice de interesse por política. Desse modo, religião e índice de confiança institucional não atingiram a significância mínima exigida. O pós-materialismo foi o preditor mais relevante do modelo, seguido de nível educacional e do índice de interesse por política. As referidas variáveis comportaram-se conforme os pressupostos teóricos. Tanto os argumentos do voluntarismo cívico como os do pós-materialismo foram corroborados, no entanto cabe ressaltar a magnitude do efeito da variável cultural nessa equação.

No último modelo, todos os preditores testados se mostraram significativos. O sentido das relações foi reafirmado, isto é, pós-materialismo, nível educacional e índice de interesse por política provocaram aumento na probabilidade de participação, enquanto que a religião e o índice de confiança institucional reduziram essas chances. A variável que provocou maior impacto dentro do modelo foi pós-materialismo, ela acusou que indivíduos com tais valores tiveram as chances de participar aumentadas em quase 80%. Concluindo, os resultados do modelo IV sugerem que os recursos, sob a perspectiva do voluntarismo cívico, e a questão cultural, sob as perspectivas da teoria do desenvolvimento humano e da cidadania crítica, foram importantes fatores para explicar a participação em boicotes. Apenas ressalta-se que a religião impactou de maneira contrária ao previsto pelo modelo do voluntarismo cívico.

A tabela 4 (a seguir) retrata o comportamento dos preditores dos modelos I, II, III e IV quando testados em relação à participação em manifestações, em 1991. Os resultados do modelo I revelaram que nível educacional, religião, índice de interesse por política e índice de participação associativa se mostraram bons preditores do envolvimento em manifestações. A variável que apresentou maior significância no modelo foi nível educacional, à medida que cada aumento nessa escala

produziu um incremento de 84% na probabilidade de participar. A segunda variável que se destacou foi religião, uma vez que pessoas religiosas tiveram as chances de participar reduzidas em mais de 54,1%, se comparadas a pessoas não religiosas. Mais uma vez, o fator religião teve influência negativa sobre a atividade de protesto, e o índice de interesse por política, positiva.

De todas as regressões realizadas até o momento, esse foi o primeiro teste em que o índice de participação associativa se mostrou significativo como preditor, comportando-se conforme pregava o modelo de voluntarismo cívico, isto é, recursos associativos estimularam a participação em manifestações. Cada avanço na escala de participação associativa (de 0 a 15) elevou em 17,1% as chances do indivíduo se envolver nessa atividade de protesto. Ressalta-se que as variáveis relacionadas ao descontentamento não apresentaram significância estatística no modelo. Portanto, os resultados sugerem que as variáveis do voluntarismo cívico conseguiram esclarecer certos fatores que levaram os indivíduos a participarem de manifestações.

Tabela 4. Preditores da participação em manifestações

PREDITORES Exp (B)	Modelo I	Modelo II	Modelo III	Modelo IV
Nível educacional	1,840*	-	1,478*	1,485*
Renda	1,034	-	1,013	-
Sexo	0,951	-	0,851	-
Negro(a)	0,718	-	0,852	-
Religioso(a)	0,459*	-	0,508*	0,523*
Católico(a)	0,992	-	1,022	-
Índice de interesse por política	1,283*	-	1,294*	1,302*
Índice de participação associativa	1,171*	-	1,178*	1,238*
Satisfação financeira	0,970	-	0,964	-
Satisfação com a vida	1,000	-	1,034	-
Índice de confiança institucional	-	0,954*	0,965	0,971
Pós-materialismo	-	2,540*	1,863*	1,862*
Autoposicionamento político	-	0,920*	0,921*	0,909*
Confiança interpessoal	-	0,993	0,423*	0,853
Constant	0,062*	0,479*	0,155*	0,135*

Fonte: *World Values Survey* (1990).

Nota: * Sig $\leq 0,05$

Pseudo R² (*Nagelkerke*): Modelo I: (0,16); Modelo II: 0,08; Modelo III: 0,19; Modelo IV: 0,21.

Das quatro variáveis integrantes do modelo II, três se revelaram significativas. O pós-materialismo se mostrou o preditor mais relevante da equação, ao mostrar que um indivíduo com esses valores tem 154% a mais de chances de participar de manifestações, quando comparado com um indivíduo materialista. Na sequência, despontou a variável autoposicionamento político, relacionada a aspectos de orientação ideológica. A referida variável mostrou que cada elevação na escala de autoposicionamento político (direção esquerda-direita de 1 a 10) reduziu em 8% as chances de envolvimento. Isso indica que indivíduos identificados mais com a direita apresentaram menor tendência a se envolverem em manifestações. Desse modo, confirmou-se o vínculo entre preferências ideológicas e participação em modalidades de protesto (DALTON; SICKLE, 2005). A terceira variável que obteve destaque foi o índice de confiança institucional, ao impactar negativamente a medida dependente.

Observou-se que os fatores associados ao pós-materialismo, confiança institucional e identificação ideológica assumiram relevância, confirmando as respectivas hipóteses teóricas. Porém, a quarta variável contida no modelo, a confiança interpessoal, mais uma vez, não obteve significância, o que sugere a refutação de certos pressupostos das teses do capital social.

Passando aos resultados do modelo III. Destacaram-se as variáveis de pós-materialismo, confiança interpessoal, nível educacional, religião, índice de interesse por política, índice de participação associativa e autoposicionamento político. O pós-materialismo adquiriu grande poder explicativo dentro do modelo, seguido de confiança interpessoal, nível educacional, religião e dos demais preditores. As referidas variáveis confirmaram os comportamentos até então observados.

Chamou a atenção o efeito provocado pela variável confiança interpessoal, que impactou, de modo negativo, a variável dependente. Como mencionado anteriormente, essa variável não havia se mostrado significativa nos modelos e, no presente teste, acusou que indivíduos que confiam uns nos outros tiveram 57,7% a menos de chances de se engajarem em manifestações. Em suma, a desconfiança interpessoal se apresentou como um fator de participação, desse modo, as suposições relacionadas ao capital social foram contrariadas. Os resultados do modelo III indicaram que as abordagens relacionadas a recursos e a cultura foram importantes para entender os fatores de participação em manifestações. Inclusive, pode-se argumentar que nessa regressão houve uma contribuição mais homogênea das referidas perspectivas para o modelo.

No modelo IV, o índice de confiança institucional e a confiança interpessoal foram as únicas variáveis que não permaneceram como relevantes para a medida dependente. Portanto, pós-materialismo, nível educacional, religião, índice de interesse por política, índice de participação associativa e autoposicionamento político confirmaram ser significativos para a participação em manifestações. O preditor pós-materialismo continuou exercendo o maior impacto sobre a medida dependente. Os demais preditores também mantiveram intensidades semelhantes e a mesma direção das correlações anteriormente verificadas. Esses últimos resultados demonstraram as contribuições do modelo do voluntarismo cívico, da teoria do desenvolvimento humano e de aspectos ideológicos para explicar a participação em manifestações.

Até esse ponto do trabalho, as análises se referiam às modalidades de protesto ocorridas no Brasil, no período de 1991. Adiante, serão apresentados os resultados e, por conseguinte, as análises das regressões sobre a participação em abaixo-assinados, boicotes e manifestações no período de 2006.

A tabela 5 (a seguir) apresenta os resultados dos preditores testados para explicar a participação em abaixo-assinados, em 2006. Nível educacional se mostrou a variável mais significativa do modelo I,

uma vez que cada elevação na escala aumentou em 106,8% as chances de participação do entrevistado em abaixo-assinados. O índice de interesse por política também se mostrou um relevante preditor, pois cada avanço nessa escala elevou em 15,2% essas probabilidades. Por fim, a satisfação financeira provocou efeitos negativos à medida dependente, visto que cada avanço nessa escala reduziu em 5% as chances de um indivíduo assinar abaixo-assinados.

Conforme apontaram os resultados, as variáveis nível educacional e índice de interesse por política, relacionadas ao modelo do voluntarismo cívico, exerceram o maior efeito sobre a medida dependente. O preditor satisfação financeira, ligado à teoria das queixas, também se mostrou relevante, entretanto em uma escala menor. Enfim, ambas as perspectivas encontraram refúgio dentro do modelo, porém com magnitudes diferenciadas.

Tabela 5. Preditores da participação em abaixo-assinados (2006).

PREDITORES Exp (B)	Modelo I	Modelo II	Modelo III	Modelo IV
Nível educacional	2,068*	-	1,978*	1,995*
Renda	1,012	-	1,011	-
Sexo	1,210	-	1,256	-
Negro(a)	1,180	-	1,136	-
Religioso(a)	0,822	-	0,858	-
Católico(a)	0,792	-	0,809	-
Índice de interesse por política	1,152*	-	1,160*	1,154*
Índice de participação associativa	1,027	-	1,029	-
Satisfação financeira	0,950*	-	0,943*	0,944*
Satisfação com a vida	0,965	-	0,972	-
Índice de confiança institucional	-	0,992	0,999	-
Pós-materialismo	-	1,361*	1,099	0,210
Autoposicionamento político	-	0,963	0,984	-
Confiança interpessoal	-	1,108	0,991	-
Constant	0,447*	1,592*	0,482	0,336*

Fonte: *World Values Survey* (2005).

Nota: * Sig $\leq 0,05$

Pseudo R² (*Nagelkerke*): Modelo I: 0,12; Modelo II: 0,01; Modelo III: 0,12; Modelo IV: 0,11.

Dando continuidade com as análises, o modelo II foi testado. Nessa regressão, a única variável que apresentou significância foi pós-materialismo, ao acusar que indivíduos com valores de autoexpressão possuíram 36,1% a mais de probabilidades de assinar abaixo-assinados. A partir desse resultado, pode-se dizer que questões culturais não foram determinantes da participação em abaixo-assinados nesse período.

Os resultados do modelo III confirmaram essa constatação, pois apenas variáveis ligadas a recursos se mostraram significantes para a medida dependente. Nem o pós-materialismo, que havia se destacado como preditor no modelo II, obteve significância estatística. Desse modo, as variáveis nível educacional, índice de interesse por política e satisfação financeira confirmaram seu poder preditivo sobre a variável dependente. Novamente, nível educacional apresentou o maior impacto, ao revelar que cada avanço na escala de escolaridade produziu incremento de 97,8% na probabilidade de participar. O índice de interesse por política e a satisfação financeira exibiram resultados com graus de intensidade semelhantes ao modelo I.

Ao testar o modelo IV, os resultados confirmaram as conclusões até então realizadas, isto é, nível educacional, índice de interesse por política e satisfação financeira foram identificados como determinantes da participação em abaixo-assinados. Em suma, as hipóteses do

voluntarismo cívico foram confirmadas, por meio dos preditores nível educacional e interesse por política, e a teoria das queixas encontrou um limitado amparo, através da variável satisfação financeira. Situação distinta pode ser verificada em relação às abordagens culturais que, de modo geral, não conseguiram comprovar os seus pressupostos teóricos.

A tabela 6 (a seguir) destaca quais preditores foram significativos para explicar a participação em boicotes, no período de 2006. Ao testar o modelo I, verificou-se que as variáveis sexo, nível educacional e índice de interesse por política relacionaram-se positivamente com a variável dependente, enquanto que religião apresentou correlação negativa. O sexo se mostrou o preditor mais relevante da equação, ao mostrar que ser homem, ao invés de mulher, aumentou em 66,2% as chances de participação em boicotes. Na sequência, a importância do nível educacional foi ressaltada, uma vez que cada aumento nessa escala elevou as probabilidades de participar em 58,5%. A variável religião também apresentou resultado expressivo, ao demonstrar que um indivíduo religioso, se comparado a um não religioso, teve diminuída em 58,2% as chances de se envolver em uma ação dessa natureza. Por fim, por meio do índice de interesse por política, pode-se verificar que cada avanço nessa escala provocou um aumento de 18% nas probabilidades de participação em protestos.

Tabela 6. Preditores da Participação em boicotes (2006)

PREDITORES Exp (B)	Modelo I	Modelo II	Modelo III	Modelo IV
Nível educacional	1,585*	-	1,534*	1,807*
Renda	1,005	-	1,013	-
Sexo	1,662*	-	1,676*	1,469
Negro(a)	1,791	-	1,439	-
Religioso(a)	0,418*	-	0,399*	0,429*
Católico(a)	0,847	-	0,787	-
Índice de interesse por política	1,180*	-	1,127	1,128
Índice de participação associativa	1,063	-	1,061	-
Satisfação financeira	0,931	-	0,918	-
Satisfação com a vida	0,941	-	0,929	-
Índice de confiança institucional	-	0,990	0,990	-
Pós-materialismo	-	2,026*	1,479	1,758*
Autoposicionamento político	-	0,930	0,971	-
Confiança interpessoal	-	1,684	1,391	-
Constant	0,065*	0,105*	0,116*	0,026*

Fonte: *World Values Survey* (2005).

Nota: * Sig $\leq 0,05$

Pseudo R² (*Nagelkerke*): Modelo I: 0,07; Modelo II: 0,03; Modelo III: 0,08; Modelo IV: 0,10.

A partir dos resultados do modelo I, pode-se afirmar que as variáveis relacionadas à teoria das queixas não causaram efeitos estatisticamente significativos para a medida dependente. Em contrapartida, o modelo do voluntarismo cívico conseguiu comprovar alguns de seus pressupostos teóricos, por meio das variáveis sexo, nível educacional, religião e índice de interesse por política, que afetaram a medida dependente. Porém, é necessário destacar que a variável religião apresentou comportamento contrário ao anunciado por essa abordagem.

Conforme apresenta a tabela, das quatro variáveis testadas pelo modelo II, apenas pós-materialismo apresentou relevância estatística, ao mostrar que os entrevistados com valores de autoexpressão tiveram 102,6% a mais de chances de fazerem parte do grupo que afirmou ter praticado tal ação. Frente a esses resultados, pode-se concluir que aspectos ligados à cultura não foram capazes de explicar, de forma mais ampla, os fatores que levaram os indivíduos a participarem de boicotes.

Os resultados do modelo III corroboraram essa conclusão, pois as três variáveis que se mostraram significativas estavam associadas ao modelo do voluntarismo cívico. As hipóteses do descontentamento e das abordagens culturais não se confirmaram. Novamente, sexo, religião e nível educacional exerceram impacto sobre a medida dependente, assim como foi verificado no modelo I. Chamou a atenção que o índice de

interesse por política não se confirmou como preditor relevante. Dentre os testes realizados até o momento, esse índice havia se mostrado significativo em todos os modelos I e confirmava sua relevância nos modelos III. Observou-se também que onde a variável nível educacional apresentava efeitos, o índice de interesse por política também o fazia⁵⁴. Então, esse foi o primeiro caso que esse fato não ocorreu.

De modo geral, o modelo IV apresentou certas diferenciações quanto às conclusões dos outros modelos. Em primeiro lugar, a variável sexo, que havia se mostrado relevante nos modelos anteriores, não atingiu a significância mínima exigida. E o pós-materialismo que havia se confirmado apenas no modelo II, acabou tornando-se um preditor relevante. Somente nível educacional e religião foram confirmados em todos os testes, sendo nível educacional o preditor mais importante do modelo, seguido de pós-materialismo e religião. Novamente, nível educacional e pós-materialismo relacionaram-se positivamente, e religião, negativamente, com a medida dependente. Esses resultados fortaleceram os argumentos do voluntarismo cívico e do pós-materialismo, portanto, recursos e questões culturais foram fontes importantes para explicar a participação em boicotes.

A tabela 7 (a seguir) apresenta os resultados dos preditores testados para explicar a participação em manifestações, no período de 2006. Considerando os resultados do modelo I, as variáveis nível educacional, índice de interesse por política, índice de participação associativa e satisfação financeira afetaram a medida dependente. O nível de escolaridade foi o preditor mais relevante da equação, cada aumento na escala de escolaridade elevou as chances de participação em 87,5%. Os índices de interesse por política e de participação associativa também provocaram efeitos positivos sobre a variável dependente. Situação distinta verificou-se com a variável satisfação financeira, que impactou negativamente a referida modalidade de protesto.

De acordo com esses resultados, o voluntarismo cívico atestou algumas de suas hipóteses, considerando aspectos de escolaridade, interesse por política e participação associativa. Por outro lado, a teoria das queixas, por meio da variável satisfação financeira, também confirmou a sua suposição de que indivíduos insatisfeitos ou descontentes tendem a se envolver mais em ações contestatórias. Porém,

⁵⁴ Para testar a correlação entre nível educacional e índice de interesse por política em 2006, utilizamos o coeficiente *Gamma*, os resultados acusaram moderada correlação estatística no sentido positivo, *Gamma* = 0,242.

essa última variável deu a menor contribuição, em termos de porcentagem, para o modelo.

Tabela 7. Preditores da participação em manifestações

PREDITORES Exp (B)	Modelo I	Modelo II	Modelo III	Modelo IV
Nível educacional	1,875*	-	1,736*	1,756*
Renda	1,021	-	1,012	-
Sexo	1,245	-	1,063	-
Negro(a)	1,467	-	1,538	-
Religioso(a)	1,042	-	0,975	-
Católico(a)	1,064	-	1,001	-
Índice de interesse por política	1,262*	-	1,294*	1,271*
Índice de participação associativa	1,119*	-	1,130*	1,117*
Satisfação financeira	0,929*	-	0,943	0,932*
Satisfação com a vida	0,956	-	0,929	-
Índice de confiança institucional	-	1,010	0,991	-
Pós-materialismo	-	2,369*	1,533*	1,869*
Autoposicionamento político	-	0,971	0,981	-
Confiança interpessoal	-	1,818*	1,873*	1,966*
Constant	0,033*	0,166*	0,048*	0,039*

Fonte: *World Values Survey* (2005).

Nota: * Sig \leq 0,05

Pseudo R² (*Nagelkerke*): Modelo I: 0,14; Modelo II: 0,05; Modelo III: 0,17; Modelo IV: 0,17.

Quanto ao modelo II, observou-se que duas variáveis se mostraram significativas: pós-materialismo e confiança interpessoal. A primeira revelou que indivíduos pós-materialistas, se comparados aos materialistas, têm 136,9% a mais de chances de participar de manifestações. A segunda variável mostrou que indivíduos que confiam uns nos outros têm 81,8% a mais de chances de se engajarem nesse tipo de atividade. Esse último resultado respalda a ideia de que a confiança interpessoal provoca engajamento cívico, assim como defendem os teóricos do capital social.

Por sua vez, no modelo III, todas as variáveis que foram significativas relacionaram-se positivamente com a variável dependente. Merece destaque a variável confiança interpessoal, que se mostrou o preditor mais relevante do modelo, ao exibir que indivíduos que confiam uns nos outros possuem 87,3% a mais de chances de participar de manifestações do que indivíduos desconfiados. Os outros preditores que contribuíram para a explicação do modelo foram nível educacional, pós-materialismo, índice de interesse por política e índice de participação associativa. Interessante que duas variáveis relacionadas à abordagem cultural (confiança interpessoal e pós-materialismo) foram preditores muito importantes na equação, devido à proporção de efeitos que provocaram. Portanto, concluiu-se que as vertentes teóricas relacionadas à questão cultural, tais como capital social e pós-materialismo, e o modelo do voluntarismo cívico mostraram-se relevantes para explicar o envolvimento em manifestações.

Finalizando as análises de regressão logística, o modelo IV apresentou resultados muito próximos dos que foram encontrados no modelo III. No entanto, percebeu-se que a variável satisfação financeira, que não apresentou significância no modelo anterior, voltou a ser um preditor relevante na equação. Além disso, a confiança interpessoal e o pós-materialismo se configuraram como os preditores mais importantes do modelo, seguidos de nível educacional, índice de interesse por política, índice de participação associativa e satisfação financeira.

Em suma, esses resultados apontaram que a confiança nas pessoas, os valores pós-materialistas, o nível de escolaridade, o nível de interesse por política, o pertencimento em associações e a insatisfação financeira foram indicadores importantes da participação em manifestações. Com isso, alguns pressupostos das teses do capital social, da teoria do desenvolvimento humano, do voluntarismo cívico e da teoria das queixas foram fortalecidos.

Até aqui, foram descritos e analisados comportamentos de preditores testados para explicar a participação em abaixo-assinados,

boicotes e manifestações, nos períodos de 1991 e 2006, no Brasil. A partir desse momento, depois de verificados os determinantes individuais da participação em cada modalidade em separado, partiu-se para a análise dessas modalidades, de maneira agregada. Sendo assim, o índice de participação não convencional, o qual é composto pelo somatório dessas três modalidades, tornou-se a variável dependente do modelo. Devido à sua natureza escalar, a análise multivariada foi realizada por meio de modelos de regressão linear múltipla. As variáveis independentes mobilizadas seguiram a mesma lógica dos modelos testados anteriormente.

Uma nota sobre Regressão Linear Múltipla

É uma técnica estatística utilizada para identificar quais causas (variáveis independentes) estão associadas a uma variável dependente. O modelo de regressão linear múltipla é mais rigoroso, se comparado com o de regressão logística, por exigir certas condições para aplicação do modelo. Como relata Maroco (2007), “o modelo de regressão linear exige que os erros sejam aleatórios, independentes e com distribuição normal de média zero e variância constante”. (p. 563). Além disso, as variáveis independentes devem ser ortogonais, isto é, não devem apresentar correlações fortes.

A regressão múltipla analisa uma série de possíveis determinantes da variável dependente, assinalando o potencial de cada determinante por meio do coeficiente (B)⁵⁵. O coeficiente de cada variável independente está relacionado com a escala dessa variável. Por sua vez, o valor de *Beta* (constante nas tabelas a seguir) é uma medida estandardizada dos efeitos das variáveis independentes, isto é, ele permite que a importância de cada variável no modelo possa ser comparada⁵⁶. Então, ao citar o valor do coeficiente *Beta*, está se referindo à contribuição de cada variável independente para o modelo. E o valor do R^2 *adjusted* indica o ajuste do modelo de regressão: quanto

⁵⁵O coeficiente (B) mede o efeito sobre a variável dependente provocado por uma mudança na variável independente. Pode-se entender como o tamanho do impacto.

⁵⁶ As variáveis apresentam magnitudes diferentes, a título de exemplo cita-se a variável idade, que apresenta magnitude na ordem da unidade; já a variável renda apresenta magnitude na ordem de salários. Para efeitos de comparação, torna-se necessário usar os coeficientes estandardizados (MAROCO, 2007). Isso porque não é possível comparar os efeitos de variáveis que são medidas em diferentes categorias. O valor do *Beta* nos fornece uma escala comum para que possamos fazer esse tipo de comparação.

mais próximo de 1, maior a capacidade explicativa das variáveis, lembrando que os valores vão de 0 a 1.

A seguir constam os modelos de regressão linear rodados. Cabe ressaltar que eles obedeceram à exigência de não colinearidade ou multicolinearidade, ou seja, não foi verificada forte correlação entre as variáveis preditoras. Além disso, os modelos se submeteram às demais exigências da regressão linear múltipla. No apêndice 5 encontram-se todos os testes que comprovam essas condições.

3.5 AS BASES INDIVIDUAIS DA PARTICIPAÇÃO NÃO CONVENCIONAL

Ao analisar os dados sobre a participação política não convencional, no período de 1991 no Brasil, observou-se que, aplicando o modelo I (tabela a seguir), as variáveis em conjunto explicaram 21% (R^2 *adjusted*) da variação da medida dependente.

No modelo I, o índice de interesse por política se mostrou o principal preditor (*Beta* ,255), seguido de nível educacional (*Beta* ,226) e renda (*Beta* ,092). Essas variáveis confirmaram hipóteses do voluntarismo cívico ao se relacionarem de forma positiva com a variável dependente. Sendo assim, interesse por política, nível educacional e renda se revelaram associados à atividade de protesto.

Tabela 8. Preditores da participação não convencional (1991).

PREDITORES (<i>Beta</i>)	Modelo I	Modelo II	Modelo III	Modelo IV
Nível educacional	0,226*	-	0,189*	0,188*
Renda	0,092*	-	0,073*	0,077*
Sexo	0,019	-	0,020	-
Negro(a)	-0,011	-	0,016	-
Religioso(a)	-0,081*	-	-0,081*	-0,081*
Católico(a)	0,003	-	-0,011	-
Índice de interesse por política	0,255*	-	0,253*	0,294*
Índice de participação associativa	0,034	-	0,004	-
Satisfação financeira	-0,067*	-	-0,070*	-0,070*
Satisfação com a vida	-0,078*	-	-0,042	-0,052*
Índice de confiança institucional	-	-0,189*	-0,068*	-0,085*
Pós-materialismo	-	0,225*	0,135*	0,132*
Autoposicionamento político	-	-0,083*	-0,066*	-0,068*
Confiança interpessoal	-	-0,009	-0,043	-
Constant	(B)1,762*	(B)3,652*	(B) 2,337*	(B)2,317*

Fonte: *World Values Survey* (1990).

Nota: * Sig $\leq 0,05$

R^2 adjusted: Modelo I: 0,21; Modelo II: 0,11; Modelo III: 0,23; Modelo IV: 0,28.

Por sua vez, os preditores religião, satisfação com a vida e satisfação financeira causaram efeitos negativos ao apresentarem *Betas* de $-0,081$, $-0,078$, $-0,67$, respectivamente. Os resultados das variáveis de satisfação respaldam argumentos da teoria das queixas, indicando que sentimentos de descontentamento estão relacionados à participação não convencional. A variável religião contribui para o questionamento da associação entre participação política e religião, pois apresentou comportamento contrário ao esperado pelo modelo do voluntarismo cívico. Por fim, destaca-se que as variáveis relacionadas à teoria das queixas apresentaram coeficientes inferiores se comparados aos *Betas* do voluntarismo cívico.

Passando aos resultados do modelo II, das quatro variáveis colocadas à prova, três apresentaram significância estatística. Foram elas: pós-materialismo (*Beta* de ,225), índice de confiança institucional (*Beta* de $-0,189$) e autoposicionamento político (*Beta* $-0,083$). Nesse modelo, o pós-materialismo se constituiu como o principal preditor da participação política não convencional, assumindo uma relação positiva com essa medida. Esse comportamento confirmou o pressuposto de que valores pós-materialistas estariam associados a ações contestatórias, tal como afirma a teoria do desenvolvimento

humano. A relação negativa estabelecida entre o índice de confiança institucional e a variável dependente reforçou as teses da cidadania crítica, uma vez que a participação contestatória se mostrou relacionada à desconfiança em instituições. Os efeitos negativos provocados pelo autopoicionamento político comprovaram a associação entre a identificação com a esquerda e o envolvimento em protesto. A capacidade explicativa do modelo II foi de 11% da variação do índice de participação não convencional.

Continuando com as análises, os resultados do modelo III, praticamente, confirmaram as conclusões dos modelos anteriores. A exceção se deu com a variável satisfação com a vida, que não se manteve como preditor relevante. Desse modo, índice de interesse por política, nível educacional, pós-materialismo e renda continuaram se mostrando positivamente correlacionados à medida dependente. Enquanto que religião, satisfação financeira, índice de confiança institucional e autopoicionamento político continuaram a apresentar associação negativa com a variável dependente. O preditor que se destacou foi, novamente, o índice de interesse em política, alcançando um *Beta* de 0,253. No conjunto, as variáveis desse modelo explicaram 23% da variação da participação não convencional.

Passando para o modelo IV, que apresentou a maior capacidade explicativa da variação da medida dependente, chegando a 28%, constatou-se que todos os preditores testados se revelaram significativos, reafirmando as conclusões anteriores. O preditor mais relevante do modelo continuou sendo o índice de interesse por política (*Beta* ,294). A novidade foi que a variável satisfação com a vida voltou a apresentar significância estatística. Finalmente, com base nesses resultados, pode-se dizer que algumas hipóteses ligadas à perspectiva dos recursos e à abordagem cultural foram corroboradas. Porém, não custa ressaltar a preponderância das variáveis relacionadas ao modelo do voluntarismo cívico que, nesses testes, mostraram-se os principais preditores para explicar a participação política não convencional.

Dando continuidade a pesquisa, a tabela 9 (a seguir) apresenta os resultados dos preditores testados para explicar a participação política não convencional no período de 2006. Desse modo, mais testes de regressão múltipla foram realizados. Considerando os resultados do modelo I, inicialmente, verificou-se que as variáveis do modelo explicaram 16% da variação da medida dependente. Destacou-se nível educacional como o preditor mais importante do modelo, apresentando um *Beta* de 0,295. O índice de interesse por política (*Beta* ,199) também se relacionou de modo positivo com a medida dependente, assim como

sexo (*Beta* ,067). O único preditor que impactou negativamente a variável dependente foi satisfação financeira, que apresentou um *Beta* de $-0,097$. Tais dados confirmam pressupostos do voluntarismo cívico, por meio do comportamento dos preditores nível educacional, índice de interesse por política e sexo. Por sua vez, a teoria das queixas também conseguiu mostrar relevância como vertente explicativa do protesto, à medida que a variável satisfação financeira provocou efeitos negativos.

No que diz respeito ao modelo II, mostraram-se significativas as variáveis de pós-materialismo e autoposicionamento político. A primeira apresentou um *Beta* positivo de 0,143, confirmando que indivíduos com valores de autoexpressão apresentaram maior predisposição a se envolverem em protestos. A segunda variável apresentou um *Beta* negativo de $-0,081$, acusando que indivíduos que se posicionaram mais à direita do espectro ideológico político tiveram menor tendência a participar de protestos. As variáveis desse modelo explicaram tão somente 2% da variação da medida dependente. O que leva a crer que a abordagem cultural não esclareceu de forma satisfatória as causas da atividade de protesto.

O modelo III, que agregou preditores relacionados a recursos e perspectivas culturais, evidenciou que nível educacional (*Beta* ,271), índice de interesse por política (*Beta* ,191) e satisfação financeira (*Beta* $-0,095$) foram preditores importantes para explicar as causas da participação em ações políticas não convencionais. Nessa regressão, dois pontos merecem destaque. Primeiro, a variável sexo não manteve a relevância que havia alcançado no modelo I. Segundo, nenhuma variável da abordagem cultural se mostrou relevante. Dessa forma, somente aspectos relacionados a recursos obtiveram significância estatística. A capacidade explicativa desse modelo foi de 15% da variação da medida dependente, sendo inferior ao modelo I, o que comprovou a preponderância dos argumentos relacionados a recursos.

Tabela 9. Preditores da participação não convencional (2006).

PREDITORES (<i>Beta</i>)	Modelo I	Modelo II	Modelo III	Modelo IV
Nível educacional	0,295*	-	0,271*	0,292*
Renda	-0,002	-	-0,002	-
Sexo	0,067*	-	0,050	0,057*
Negro(a)	0,024	-	-0,007	-
Religioso(a)	-0,038	-	-0,044	-
Católico(a)	-0,009	-	-0,003	-
Índice de interesse por política	0,199*	-	0,191*	0,212*
Índice de participação associativa	0,050	-	0,058	-
Satisfação financeira	-0,097*	-	-0,095*	-0,085*
Satisfação com a vida	-0,034	-	-0,042	-
Índice de confiança institucional	-	0,022	-0,006	-
Pós-materialismo	-	0,143*	0,058	0,073*
Autoposicionamento político	-	-0,081*	-0,047	-0,064*
Confiança interpessoal	-	0,045	-0,031	-
Constant	(B)1,464*	(B) 2,656*	(B) 1,749*	(B)1,309*

Fonte: *World Values Survey* (2005)

Nota: * Sig $\leq 0,05$

R^2 adjusted: Modelo I: 0,16; Modelo II: 0,02; Modelo III: 0,15; Modelo IV: 0,18.

Finalizando as análises, foram verificados os resultados do modelo IV. Como se sabe, o referido modelo foi composto apenas de variáveis que se mostraram significativas nos testes anteriores. Nesse caso, todas as variáveis confirmaram sua relevância para explicar o protesto, elas explicaram, em conjunto, 18% da variação da medida dependente. Salienta-se que as variáveis culturais voltaram a se mostrar relevantes. Nível educacional reafirmou ser o preditor mais significativo do modelo (*Beta* ,292), seguido do índice de interesse por política (*Beta* ,212), satisfação financeira (*Beta* -0,085), pós-materialismo (*Beta* ,073), autoposicionamento político (*Beta* -0,064) e sexo (*Beta* ,057).

Esses resultados reiteram as conclusões já realizadas, ou seja: o modelo do voluntarismo cívico, por intermédio das variáveis nível educacional, índice de interesse por política e sexo, comprovou que tais recursos são importantes preditores da participação política; a teoria das queixas, através da variável satisfação financeira, comprovou sua hipótese de que sentimentos de insatisfação estimulam os indivíduos a se envolverem em ações contestatórias; a teoria do desenvolvimento humano, por meio da variável pós-materialismo, confirmou que indivíduos com valores de autoexpressão apresentam maior tendência a participarem de protestos; por fim, a variável autoposicionamento

político comprovou que indivíduos que se identificam mais com a esquerda são mais suscetíveis a participarem de ações políticas não convencionais.

3.6 MONTANDO O “QUEBRA-CABEÇA”: PERCEPÇÕES GERAIS SOBRE OS DETERMINANTES INDIVIDUAIS DA PARTICIPAÇÃO

Nessa parte do trabalho, com o propósito de obter uma visão geral dos resultados encontrados, via regressão logística binária e regressão linear múltipla, os impactos de cada variável foram analisados em separado.

Inicialmente, tratou-se da variável nível educacional, a qual ocupou papel central na pesquisa, visto que foi a única que se mostrou significativa em todos os testes realizados. Como apresentado no início, essa variável era escalar, oferecia como opções de resposta: “nenhuma escolaridade” / “primário” / “secundário” / “universitário”. Verificou-se que, em todas as regressões, cada aumento nessa escala proporcionou elevação nas chances de participação em modalidades de protesto. Em suma, a variável nível educacional se mostrou o preditor mais importante dessa pesquisa. Com isso, confirmou-se que indivíduos mais escolarizados são também mais participativos politicamente. Hipótese essa lançada pela teoria do voluntarismo cívico.

No que diz respeito à variável renda, esta apresentou relevância somente em 1990, ao causar impactos em abaixo-assinados e no índice de participação política não convencional. Nesses casos, renda confirmou sua importância nos três modelos testados, reforçando que cada aumento na escala de salários (1 a 10) provocou elevação nas probabilidades de envolvimento em protestos. De modo geral, chamou a atenção a pouca expressividade da variável renda na pesquisa: as suposições eram que ela provocaria mais impactos às medidas dependentes, por se tratar de um aspecto que é continuamente associado à participação política. Os resultados mostraram que renda não foi significativa para explicar nenhuma modalidade de participação do período de 2006, pois sua relevância restringiu-se aos abaixo-assinados e ao índice de participação não convencional, relativos a 1990.

Quanto ao desempenho da variável sexo, pode-se dizer que foi mediano, no sentido que não se mostrou um preditor significativo em muitos modelos. Porém, para explicar as modalidades de abaixo-assinados (1990), ao testar os modelos I, III e IV, e boicotes (2005), aplicando os modelos I e III, essa variável foi bastante significativa, impactando fortemente esses tipos de participação. O preditor sexo

também causou efeitos para o índice de participação não convencional, em 2005, com os modelos I e IV, no entanto, a magnitude desse impacto foi fraca, se comparado aos coeficientes dos outros preditores nos modelos em questão. Em todos esses casos, o preditor sexo apontou que o homem possuiu maior probabilidade de envolvimento em modalidades de protesto do que a mulher, assim como previa o modelo do voluntarismo cívico. Uma observação se faz quanto à incapacidade de sexo explicar a participação em manifestações, visto que não se mostrou significativo para essa modalidade nos dois períodos estudados.

As variáveis negro e católico se mostraram preditores irrelevantes para explicar a participação em protesto, pois não apresentaram significância estatística em nenhum dos testes realizados. Isso indica que ser negro ou ser católico não influenciou na predisposição a participar de ações de protesto. O modelo do voluntarismo cívico enfatiza questões étnicas e religiosas como aspectos que devem ser considerados como fatores de participação, porém, da maneira como especificamos, essas questões não foram relevantes.

Por outro lado, a variável religião, que não distinguiu doutrinas religiosas, à medida que o entrevistado tão somente se posicionava como religioso ou não, assumiu um comportamento significativo. Para o período de 1990, tal preditor explicou a participação em: boicotes (modelos I e IV), manifestações (modelos I, III, IV) e participação não convencional (modelos I, III e IV). Além disso, também se tornou relevante em 2005 para a participação em boicotes, ao testar os três modelos. Porém, em todos esses testes, religião provocou efeitos negativos à medida dependente, ou seja, ser religioso acarretou menor probabilidade de engajamento político. Esse resultado contraria a afirmação de que religião tem relação positiva com participação política, assim como expõe o voluntarismo cívico. Enfatiza-se que a única modalidade em que religião não se mostrou significativa foi abaixo-assinados.

Ao rever os resultados do índice de interesse por política, pode-se observar a importância que essa medida alcançou na grande maioria dos testes realizados. Dentre todas as regressões, o mesmo não apresentou significância somente ao testar os modelos III e IV para a modalidade boicote, em 2005. De resto, o índice de interesse por política se destacou, em alguns casos, sendo o preditor mais importante do modelo. Por se tratar de uma variável escalar (de 0 a 6), os resultados informaram que cada avanço nessa escala aumentou as possibilidades de envolvimento em abaixo-assinados, boicotes, manifestações e, de forma, geral, em protestos. Esse comportamento confirma a hipótese do

voluntarismo cívico, relacionada ao engajamento psicológico como fator de participação política. Resumindo, nessa pesquisa, o índice de interesse por política pode ser considerado o segundo preditor mais importante de participação em protestos.

Em relação ao índice de participação associativa, os resultados mostraram que essa variável não se caracterizou, de um modo geral, como um preditor relevante para as medidas dependentes. A mesma apresentou significância somente para a modalidade manifestações, ao aplicar os modelos II, III, IV, nos dois períodos estudados. Nesses casos, o índice de participação associativa (escala de 0 a 15, em 1990, e de 0 a 17 em 2006) anunciou que cada aumento na escala elevou as chances dos indivíduos se envolverem em manifestações. Dessa forma, o pressuposto do voluntarismo cívico que relaciona redes sociais como fatores de participação política foi corroborado. Ressalta-se que, embora o índice de participação associativa tenha se revelado significativo em poucos testes, chamou a atenção a sua relevância na hora de esclarecer, especificamente, a participação em manifestações.

Tratando-se da variável satisfação financeira, os resultados foram reveladores. Observou-se que cada aumento na escala de satisfação financeira (0 a 9) reduziu as probabilidades de participação em ações políticas não convencionais. No período de 1990, esse preditor foi significativo para abaixo-assinados (modelos I e IV) e para a medida integrada de participação não convencional (modelos I, III e IV). Em 2006, a relevância se deu em abaixo-assinados (modelos I, III, IV), manifestações (modelos I e IV) e índice de participação não convencional (modelos I, III, IV). Esses resultados atestam a hipótese da teoria das queixas, que associa descontentamento e privações à ocorrência de protesto. Somente para a participação em boicotes essa variável não se mostrou significativa. De todos os testes a que foi submetida, satisfação financeira revelou-se significante em mais de 50% dos casos. Com base nisso, pode-se dizer que a variável satisfação financeira foi o quarto preditor que mais vezes impactou as variáveis dependentes. No entanto, a intensidade desses impactos, na maioria dos casos, foi pequena, se comparada aos efeitos que os demais preditores significativos causaram nos modelos.

Por sua vez, a variável satisfação com a vida apresentou relevância somente em 1990, ao causar efeitos em abaixo-assinados e no índice de participação política não convencional. Nesses casos, a variável reforçou a sua importância nos três modelos testados, mostrando que cada elevação na escala de satisfação com a vida (0 a 9) diminuiu as chances de participação em ações contestatórias. Com isso,

as hipóteses da teoria das queixas foram novamente confirmadas. Porém, deve-se ressaltar que os valores dos coeficientes foram baixos, isto é, causaram efeitos pequenos no modelo. Por fim, salienta-se que satisfação com a vida não foi significativa para explicar nenhuma modalidade de protesto ocorrida no período de 2006.

Partindo para a análise das variáveis relacionadas a questões culturais, inicialmente, avaliou-se o desempenho do índice de confiança institucional. O mesmo se mostrou relevante para explicar abaixo-assinados (modelos II e IV), boicotes (modelos II e IV), manifestações (modelo II) e a medida integrada de participação não convencional (II, III, IV), ocorridos no período de 1990. A relação estabelecida com essas variáveis dependentes foi negativa, à medida que cada elevação na escala de confiança institucional (de 0 a 21) reduziu as probabilidades de envolvimento em protestos. Esse resultado pode representar tão somente o grande descrédito dos brasileiros com as suas instituições, o que não necessariamente confirma os argumentos das tese da cidadania crítica que entende a desconfiança nas instituições como propulsora de participação política não convencional. Pesquisadores brasileiros tem enfatizado a pouca pertinência dessa teoria para o Brasil. Por fim, ressalta-se que o índice de confiança institucional não apresentou resultados significativos para as variáveis dependentes do período de 2006.

Continuando com as interpretações, analisou-se o comportamento da medida de pós-materialismo. De imediato, percebeu-se a grande contribuição que essa variável deu para explicar a participação em protestos, pois, a mesma mostrou-se significativa para todas as variáveis dependentes testadas, nos dois períodos estudados. Apenas em alguns modelos, o pós-materialismo não se confirmou como preditor relevante. Nos casos em que se mostrou significativo, o pós-materialismo exerceu efeitos positivos sobre a medida dependente, indicando que valores pós-materialistas influenciaram a participação em atividades contestatórias. Dessa forma, essa variável se comportou no sentido anunciado pela teoria do desenvolvimento humano. Diante dessas evidências empíricas, considerou-se o pós-materialismo como o terceiro preditor mais importante da participação em protestos, ficando atrás somente de nível educacional e índice de interesse por política.

Quanto à variável autoposicionamento político, os resultados mostraram a relevância que ela obteve em 1990, ao causar impactos negativos em manifestações e no índice de participação política não convencional nos três modelos testados. O autoposicionamento político também produziu efeitos negativos em 2005, ao aplicar os modelos II e

IV, para o índice de participação não convencional. Como essa variável era escalar, na direção esquerda para a direita (1 a 10), esses resultados indicaram que quanto mais identificado com a direita, menor a tendência ao envolvimento político. Isso é compatível com a expectativa inicial de que os indivíduos mais situados à esquerda são mais propensos a participarem de protestos. Deve-se destacar que o autopoicionamento político não se mostrou um preditor relevante, em 2005, para abaixo-assinados, boicotes e manifestações. No entanto, ao agregar essas modalidades de participação em um mesmo índice, tal variável tornou-se significativa.

Para encerrar as avaliações, verificou-se o desempenho da variável confiança interpessoal. Cabe informar que a pergunta que originou essa variável questionava os entrevistados se a maioria das pessoas poderia ser considerada confiável ou se era necessário cuidado ao confiar nas pessoas. Tal preditor apresentou significância para a modalidade manifestações, em 1990, com o modelo III e, em 2005, com os modelos II, III e IV. Chamou a atenção que, em 1990, essa variável impactou negativamente a medida dependente, entretanto, em 2005, o efeito provocado foi positivo. Em outras palavras, os resultados mostraram que, em 1990, os indivíduos que afirmaram confiar nas outras pessoas tiveram menos chances de se engajarem em manifestações. Em contrapartida, em 2005, a confiança interpessoal provocou mais engajamento em protestos. Em síntese, partindo do comportamento de 1990, refuta-se o pressuposto de que confiança interpessoal provoca engajamento cívico, assim como defendem os teóricos do capital social. Porém, se for levado em conta o comportamento de 2005 tal hipótese fica confirmada. De qualquer forma, ressalta-se que o poder explicativo desse preditor esteve atrelado à modalidade manifestações.

3.7 CONTINUIDADES E DESCONTINUIDADES DOS DETERMINANTES INDIVIDUAIS DO PROTESTO

Após a análise do desempenho das variáveis em separado, buscou-se verificar quais preditores foram compartilhados pelos períodos, ou seja, que variáveis se mostraram significativas em 1991 e confirmaram seu poder explicativo em 2006 para as modalidades de participação. O objetivo é visualizar os preditores que continuaram sendo determinantes para o protesto nesse espaço de tempo. Para fins de comparação, foram utilizados os modelos melhor ajustados, isto é, aqueles que apresentaram a maior porcentagem de explicação da variação das medidas dependentes.

a) Abaixo-assinados

A seguir constam as variáveis que se destacaram para explicar a participação em abaixo-assinados, nos dois períodos.

- 1990 (modelo IV): nível educacional, sexo, pós-materialismo, índice de interesse por política, renda, satisfação financeira, satisfação com a vida e índice de confiança institucional. Preditor mais relevante no modelo: nível educacional.
- 2005 (modelo I e III)⁵⁷: nível educacional, índice de interesse por política e satisfação financeira. Preditor mais relevante do modelo: nível educacional.

Com base nesses resultados, pode-se afirmar que nível educacional continuou sendo o preditor mais importante para explicar a participação em abaixo-assinados. O índice de interesse por política e a satisfação financeira também confirmaram sua relevância nos modelos. Tais resultados acusaram que os indivíduos mais escolarizados e/ou mais interessados em questões políticas e/ou mais descontentes com a própria situação financeira tiveram maiores probabilidades de participar de abaixo-assinados. Sabe-se que esses três preditores dialogam com a abordagem relacionada a recursos. Porém, o nível educacional e o índice de interesse por política, relacionados ao voluntarismo cívico, mostraram os recursos como facilitadores da ação política, enquanto que satisfação financeira, variável da teoria das queixas, apresentou a falta de recursos como estimulante para a ação de protesto⁵⁸. Então, eis que

⁵⁷ Os dois modelos apresentaram a maior porcentagem de explicação da medida dependente, ressaltando os mesmos preditores.

⁵⁸ A correlação entre renda e satisfação financeira foi testada. Em 1990, o coeficiente *Gamma* apresentou o valor de 0,123, indicando baixa correlação positiva, e, em 2005, o valor foi de 0,315, indicando moderada correlação positiva.

surge uma questão: os mais escolarizados no Brasil seriam também os mais descontentes financeiramente?

Na tentativa de responder essa pergunta, testamos a associação entre nível educacional e satisfação financeira, utilizando o coeficiente *Gamma* (γ). Os resultados acusaram a inexistência de associação estatisticamente significativa entre essas variáveis em 1990, no entanto, em 2005, o teste revelou correlação positiva (0, 111), de intensidade baixa. Desse modo, não se confirmou a suposição de que indivíduos com maiores níveis de escolaridade seriam os mais descontentes financeiramente, inclusive, o teste de 2005 exibiu o contrário. Porém, a não associação encontrada em 1990 fez repensar certas conexões entre escolaridade, renda e satisfação. De modo geral, imaginava-se que os indivíduos com maior escolaridade, logo, maior renda, mostrar-se-iam os mais satisfeitos financeiramente⁵⁹. Todavia, no teste de 1990, isso não aconteceu.

Retornando aos resultados, as variáveis relacionadas ao modelo do voluntarismo cívico se mostraram fortes predictoras para abaixo-assinados. Foram os casos de nível educacional e índice de interesse por política. O dado que chamou a atenção e que contraria de alguma maneira as hipóteses dessa teoria é o desempenho da variável satisfação financeira. Quanto a isso, outros aspectos de ordem estrutural podem estar envolvidos.

b) Boicotes

A seguir constam as variáveis que se destacaram para explicar a participação em boicotes, nos dois períodos.

- 1990 (modelo IV): pós-materialismo, nível educacional, religião, índice de interesse por política e índice de confiança institucional. Preditor mais relevante do modelo: pós-materialismo.
- 2005 (modelo IV): nível educacional, pós-materialismo e religião. Preditor mais relevante do modelo: nível educacional.

Os dois modelos compartilharam de três preditores: pós-materialismo, nível educacional e religião. Os resultados apontaram que o fato do indivíduo ser um pós-materialista afetou favoravelmente sua participação em boicotes, o que vai ao encontro dos achados de Inglehart e de outros estudiosos de mudanças culturais. Os argumentos do voluntarismo cívico também se mostraram relevantes, uma vez que

⁵⁹ Nível educacional e renda apresentaram alta correlação estatística no sentido positivo, isso foi verificado por meio do coeficiente *Gamma* (0,540).

cada aumento na escala de nível educacional provocou maior participação em boicotes. Entretanto, a variável religião mostrou que ser um indivíduo religioso pesou negativamente no envolvimento em boicotes. Resultado que contraria o previsto pelo voluntarismo cívico.

Em termos gerais, pode-se afirmar que, conforme evidenciou a variável pós-materialismo, o engajamento em protestos esteve muito relacionado com questões culturais, pois, à medida que o pós-materialismo foi o preditor mais importante do modelo em 1990 e em 2006, o valor do seu coeficiente ficou muito próximo do obtido pela variável nível educacional. Além disso, o comportamento negativo da variável religião respalda essa conclusão, no sentido em que indivíduos com valores de autoexpressão tendem a se distanciar de dogmas religiosos. Enfim, no que diz respeito à participação em boicotes, algumas hipóteses das teorias do desenvolvimento humano e do voluntarismo cívico foram confirmadas.

c) Manifestações

A seguir constam os preditores que se destacaram para explicar a participação em manifestações, nos dois períodos.

- 1990 (modelo IV): pós-materialismo, nível educacional, religião, índice de interesse por política, índice de participação associativa e autoposicionamento político. Preditor mais relevante do modelo: pós-materialismo.
- 2005 (modelo IV)⁶⁰: confiança interpessoal, pós-materialismo, nível educacional, índice de interesse por política, índice de participação associativa e satisfação financeira. Preditor mais relevante do modelo: confiança interpessoal.

No caso de manifestações, quatro variáveis se destacaram nos dois períodos estudados. Foram os preditores: pós-materialismo, nível educacional, índice de interesse por política e índice de participação associativa. Todos impactaram positivamente a participação em manifestações. Desse modo, indivíduos com valores pós-materialistas e/ou com maior nível de escolaridade e/ou com maior interesse em assuntos políticos e/ou pertencentes a associações e organizações tiveram maiores estímulos para se envolverem em manifestações.

A partir desses resultados, é possível afirmar que as variáveis relacionadas ao modelo do voluntarismo cívico – nível educacional, índice de interesse por política e índice de participação associativa –

⁶⁰ A capacidade explicativa dos modelos III e IV foi muito próxima, pois apresentaram os seguintes R^2 *adjusted*: 173 e ,176, respectivamente.

mostraram-se importantes preditoras da participação nessa modalidade de protesto. Porém, aspectos culturais também provocaram efeitos consideráveis. Isso porque a variável pós-materialismo foi o preditor mais relevante do modelo em 1990 e, em 2006, foi o segundo preditor que mais impactou a medida dependente. É digno de nota o fato de que, em 2006, foi a variável confiança interpessoal que apresentou a maior capacidade explicativa do modelo. Entretanto, em 1990, essa variável sequer se mostrou significativa. Outro dado que chamou a atenção foi a confirmação do índice de participação associativa como preditor relevante, o qual, de todos os modelos testados, mostrou-se significativo somente para manifestações. Concluindo, baseando-se nos preditores em comum dos modelos, ressalta-se que o voluntarismo cívico e a teoria do desenvolvimento humano conseguiram comprovar alguns de seus argumentos teóricos a partir da análise da participação em manifestações.

Antes de prosseguir com as apreciações, três observações devem ficar registradas. Primeira: a relação negativa entre satisfação financeira e abaixo-assinados. Segunda: a relação negativa entre religião e boicote. Terceira: a relação positiva entre o índice de participação associativa e manifestações. Esses relacionamentos merecem destaque pelo fato de estabelecerem diferenciações entre os preditores das modalidades de participação. Em outras palavras, satisfação financeira, religião e índice de participação associativa se mostraram preditores importantes para essas específicas modalidades, o que não quer dizer que foram os mais relevantes. Isso pode ser observado por intermédio da significância que esses preditores apresentaram para as respectivas modalidades nos dois períodos analisados.

d) Índice de participação não convencional

A seguir constam os preditores que se destacaram para explicar a participação em protestos, nos dois períodos. Ressalta-se que utilizamos o índice de participação não convencional como uma medida geral de protesto.

- 1990 (modelo IV): índice de interesse por política, nível educacional, pós-materialismo, índice de confiança institucional, religião, renda, satisfação financeira, autoposicionamento político e satisfação com a vida. Preditor mais relevante do modelo: índice de interesse por política.
- 2005 (modelo IV): nível educacional, índice de interesse por política, satisfação financeira, pós-materialismo,

autoposicionamento político e sexo. Preditor mais relevante do modelo: nível educacional.

Nos dois períodos, as variáveis índice de interesse por política, nível educacional, pós-materialismo, satisfação financeira e autoposicionamento político se mostraram relevantes para explicar as causas do protesto. Os preditores índice de interesse por política e nível educacional, relacionados ao modelo do voluntarismo cívico, impactaram de forma significativa a medida dependente. A variável pós-materialismo mostrou que aspectos relacionados à cultura política interferem na forma como os indivíduos se relacionam com a política. A variável satisfação financeira demonstrou que níveis de descontentamento afetam negativamente a participação em protestos, assim como previa a teoria das queixas. E o preditor autoposicionamento político revelou que os indivíduos que mais se identificaram com a esquerda tiveram maiores estímulos para participarem de protestos.

Ao conferir esses resultados, observou-se que as variáveis religião e índice de participação associativa não causaram efeitos para o índice de participação não convencional. Lembrando que essas mesmas variáveis foram importantes preditores para a participação em boicotes e manifestações, respectivamente, conforme foi apresentado nos itens anteriores. Por outro lado, surpreendeu a relevância adquirida pela variável autoposicionamento político, já que ela não esteve presente entre as variáveis que mais se destacaram nas modalidades de participação e, mesmo assim, conseguiu obter resultado junto ao índice de participação não convencional.

De modo geral, observamos que múltiplos fatores afetaram a participação em protestos no Brasil, pois hipóteses do voluntarismo cívico, da teoria do desenvolvimento humano e da teoria das queixas foram confirmadas. Além disso, aspectos ideológicos também se mostraram importantes na explicação. Enfim, o comportamento contestatório mostrou-se emaranhado a uma rede de fatores, porém ressaltamos as diferenças na capacidade explicativa dessas variáveis.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse trabalho, buscamos testar no plano empírico o impacto de fatores individuais e conjunturais, para a explicação do comportamento de protesto da população brasileira, em 1991 e em 2006. Além de examinarmos a ocorrência da participação não convencional nesses dois momentos, verificamos a tendência e os determinantes dessa forma de engajamento político, por meio de uma análise comparativa entre os períodos.

Com a utilização de técnicas descritivas, chegamos aos primeiros resultados. Das três modalidades de protesto estudadas, a participação em abaixo-assinados apresentou o maior número de adeptos, mais de 50% dos entrevistados afirmaram ter praticado tal ação nas duas amostras. Ademais, essa forma de protesto foi a única que apresentou aumento na taxa de participação, embora não muito significativo. Em relação às manifestações legais e aos boicotes, os dados revelaram uma menor participação dos brasileiros, se comparado ao envolvimento em abaixo-assinados. Além disso, essas modalidades sofreram decréscimo no percentual de participação no decorrer do tempo.

Primeiramente, chamou a atenção o número expressivo de entrevistados que assinou abaixo-assinados nos dois períodos. Nesse sentido, entendemos que esse volume de participantes esteve relacionado ao menor custo envolvido nessa prática, já que manifestações públicas e boicotes exigem maiores custos dos participantes.

Entretanto, de modo geral, esses resultados contrariaram as expectativas iniciais da pesquisa, pois se imaginava que os dados revelassem um aumento significativo do número de protestantes no Brasil, o que não aconteceu. Passados 15 anos e apenas a modalidade abaixo-assinados obteve um aumento de aproximadamente 5% no número de adeptos. A expectativa de aumento da taxa de protestantes baseava-se no desenvolvimento político e econômico alcançado pelo país, o que proporcionou abertura política e estabilidade econômica, fatores que acreditávamos que incidiriam sobre a atividade de protesto. No entanto, o nível de protesto no Brasil não acompanhou o desenvolvimento do país.

Em função das modalidades de participação apresentarem tendências diferentes, resolvemos interpretar os resultados de forma segmentada. Ao comparar os períodos, o número de indivíduos que

aderiu a manifestações sofreu uma alteração muito tênue. Por isso, focamos a análise nas taxas de abaixo-assinados, que obtiveram aumento, e de boicotes, que obtiveram redução.

A partir de uma abordagem contextual, apoiada em fatos políticos e aspectos econômicos, conjecturamos que a situação econômica do país pode estar por trás dessas oscilações nas taxas de participação. Os dados contextuais nos mostraram que o cenário político brasileiro passou por fortes crises políticas nas duas épocas, pois escândalos e corrupções tornaram-se acontecimentos recorrentes nas gestões de Collor e de Lula. Situação diferenciada foi constatada ao analisar os dados econômicos, que demonstraram dois momentos distintos.

Em 1991, o Brasil vivia um momento de crise econômica, no entanto, em 2006, o setor já apresentava maior estabilidade. Por isso, supomos que a questão econômica do país possa ter sido um fator que provocou alteração nas taxas de protesto. Porém, o impacto desse fator atingiu de diferentes formas a participação não convencional. Observamos que a instabilidade econômica favoreceu ações mais radicais de protesto, uma vez que os boicotes foram mais frequentes no período de 1991. Por sua vez, o aquecimento da economia adquirido em 2006 incentivou ações mais brandas, visto que constatamos o aumento do número de abaixo-assinados.

Em suma, a partir da análise contextual, destacamos três pontos: a) as diferentes tendências das modalidades de participação não convencional; b) a explicação das oscilações das taxas de participação por meio de causas econômicas nacionais; c) a baixa capacidade explicativa dos fatores contextuais nacionais para explicarem a participação dos indivíduos em protestos. Cabe ressaltar que trabalhamos com duas amostras coletadas em momentos diferentes de um mesmo país, isso nos exigiu um esforço interpretativo na hora de analisarmos os dados, pois foi necessário recorrer, além de dados econômicos, a fatos políticos.

Dando sequência à pesquisa, com a utilização de análises multivariadas, verificamos os determinantes individuais do engajamento em protestos no Brasil. Um dos objetivos da pesquisa era conhecer os preditores que impactaram e continuaram a impactar as medidas dependentes no decorrer dos anos. Partimos, primeiramente, da análise de cada modalidade de engajamento, em cada período. Posteriormente, o exame foi realizado com o índice de participação não convencional, o qual agregou as modalidades em uma mesma variável. Após a realização de uma bateria de testes, os modelos melhor ajustados foram

comparados com o propósito de apurarmos as variáveis relacionadas às teorias, que se mostraram estatisticamente significativas para explicar a participação em abaixo-assinados, boicotes, manifestações e participação não convencional, levando em conta as duas bases de dados. Através desse exercício, chegamos aos seguintes resultados:

a) Abaixo-assinados: essa modalidade contou com nível educacional, índice de interesse por política e satisfação financeira como preditores relevantes, em 1991 e 2006. Ou seja, essas três variáveis continuaram a causar efeitos sobre a medida dependente no passar dos anos. Considerando esses resultados, podemos afirmar que somente as teorias ligadas aos recursos individuais comprovaram suas premissas, nos dois períodos, no que diz respeito à participação em abaixo-assinados. Porém, destacamos que o modelo do voluntarismo cívico (nível educacional e interesse por política) e a teoria das queixas (satisfação financeira) não compartilham do mesmo ponto de vista, pelo contrário, defendem argumentos antagônicos. Além disso, lembramos que as variáveis relacionadas ao voluntarismo cívico provocaram efeitos bem maiores sobre a medida dependente.

b) Boicotes: os preditores pós-materialismo, nível educacional e religião provocaram efeitos sobre a participação em boicotes, em 1991 e 2006. Esses dados, em parte, corroboraram a interpretação da teoria do desenvolvimento humano, já que a variável pós-materialismo assumiu grande relevância nos modelos. Aspectos relacionados a recursos também foram confirmados (nível educacional), no sentido defendido pelo modelo do voluntarismo cívico. No caso de boicotes, merecem destaque três questões: 1) a pouca relevância das variáveis ligadas à tese das queixas; 2) a força da questão cultural (pós-materialismo) como preditora dessa atividade contestatória; 3) o comportamento da variável religião, que mostrou os não religiosos como mais propensos a boicotar.

c) Manifestações: tanto variáveis ligadas ao modelo do voluntarismo cívico (nível educacional, interesse por política, participação associativa) quanto à teoria do desenvolvimento humano (pós-materialismo) mostraram-se relevantes para explicar o envolvimento em manifestações em 1991 e 2006. Chamou a atenção que, novamente, a variável pós-materialismo produziu fortes impactos na medida dependente, nas duas épocas. Já as variáveis relacionadas à tese das queixas não confirmaram sua significância estatística nos dois períodos.

Com base nesses resultados, foi possível notar peculiaridades das modalidades de participação não convencional. Por exemplo, observamos que o nível de satisfação financeira foi um preditor

importante do envolvimento em abaixo-assinados nas duas épocas. Tratando-se da modalidade boicotes, surpreendeu o impacto negativo da variável religião sobre essa modalidade nos dois períodos. Por sua vez, os resultados com a variável dependente manifestações revelaram que indivíduos que participaram de associações/grupos se mostraram mais propensos a se envolverem em manifestações, e essa relação somente foi confirmada ao testar essa modalidade específica.

d) Índice de participação não convencional: observou-se que o protesto, de forma geral, esteve relacionado a cinco variáveis, a saber: índice de interesse por política, nível educacional, pós-materialismo, satisfação financeira e autoposicionamento político. Esses resultados demonstraram as diferentes causas que se entrelaçaram para explicar a participação em ações contestatórias, já que premissas do voluntarismo cívico, da teoria do desenvolvimento humano, da teoria das queixas e questões de identidade confirmaram seus argumentos teóricos em 1991 e em 2006.

Mesmo com a comprovação de algumas hipóteses dessas vertentes teóricas, não é demais lembrar que as magnitudes desses efeitos foram diferentes, ou seja, determinadas variáveis impactaram mais fortemente do que outras a atividade de protesto. Na maioria dos casos, não há um equilíbrio de capacidade explicativa entre as variáveis, mas sim uma preponderância de umas sobre as outras, isto é, existe uma hierarquia de efeitos. Por meio da análise do comportamento das variáveis, ordenamos as cinco variáveis que mais vezes apresentaram significância estatística nos testes. Sem sombra de dúvidas, **nível educacional** ocupou o primeiro lugar, pois apresentou relevância em todos os testes realizados, configurando-se como o preditor mais importante da pesquisa. Na sequência, ressaltamos o **índice de interesse por política** que também ocupou papel central na explicação da participação em protestos. A terceira variável que mais se destacou foi o **pós-materialismo**, ao impactar constantemente as medidas dependentes. Constatamos que a variável **satisfação financeira** apresentou relevância em mais de 50% dos casos. Por fim, enfatizamos a variável **autoposicionamento político** como a quinta variável que mais vezes impactou as medidas dependentes.

Esse panorama evidenciou a preponderância do modelo do voluntarismo cívico na explicação da participação não convencional no contexto brasileiro, pois tanto recursos objetivos (nível educacional) como subjetivos (interesse por política) se mostraram fortes preditores do protesto. Essas associações comprovaram pressupostos da presente pesquisa, que apostava nessa relação, embora soubéssemos que, ao

longo do tempo, diversos estudos têm ressaltado a importância da centralidade social do indivíduo para efetivar o engajamento político. Quanto a questões culturais, o desempenho da variável pós-materialismo corroborou argumentos da teoria do desenvolvimento humano, já que valores de autoexpressão exerceram efeitos sobre a propensão de participar em protestos. Embora acreditássemos na força dessa variável como preditora, os resultados superaram as expectativas. Um fato que chamou a atenção é que essa variável apresentou maiores efeitos no primeiro período estudado (1991). De acordo com os estudiosos de mudanças culturais, o desenvolvimento econômico promove a difusão de valores pós-materialistas. Por isso, julgávamos que, em 2006, época de aquecimento econômico no Brasil, houvesse maiores impactos desse preditor. Fato que não ocorreu.

Talvez o resultado que mais surpreendeu foi o atingido pela variável satisfação financeira. A princípio, pensávamos que a tese das queixas não ofereceria grandes contribuições ao estudo, todavia, os dados mostraram que o fator descontentamento produziu incentivos para que indivíduos protestassem, porém, a magnitude desses efeitos foi pequena, se compararmos aos demais preditores relevantes nos modelos. De qualquer forma, essa relação merece um olhar mais atento. Em relação à variável autopoicionamento político, já esperávamos que os indivíduos mais a esquerda do espectro político fossem mais propensos a se envolver em ações contestatórias, como foi atestado empiricamente.

Esse estudo gerou muitos questionamentos, que vão além dos objetivos dessa pesquisa. Do material produzido, interpretamos apenas uma parcela. Como buscávamos observar as variáveis que continuaram a impactar as modalidades de protesto, deixamos de lado aquelas que somente apresentaram significância em um dos períodos. Porém, sabemos que a investigação dos motivos da não continuidade de determinado preditor também categoriza um trabalho estimulante. Além disso, uma análise mais aprofundada das especificidades das modalidades de participação pode trazer descobertas interessantes. Enfim, diversas questões ficaram por ser desvendadas.

Como foi possível constatar, os resultados atingidos tanto corroboraram quanto refutaram algumas interpretações existentes na literatura sobre o protesto político. Embora tenhamos utilizado diferentes estratégias metodológicas para avaliar o impacto de fatores de ordem conjuntural e de ordem individual, consideramos que os fatores contextuais explicaram pouco do engajamento em protesto no Brasil, visto que o aprimoramento político e o desenvolvimento econômico não alteraram significativamente as taxas de protesto do país.

Em contrapartida, fatores de ordem individual, como recursos e aspectos culturais, revelaram-se fontes importantes de atividades contestatórias. No entanto, os resultados não apontaram para uma mesma direção, pois, ao mesmo tempo em que as pessoas protestaram porque têm recursos e valores pós-materialistas, níveis de insatisfação ou descontentamento econômico também geraram motivos para se envolver. Nas democracias industriais avançadas, de modo geral, a insatisfação e os recursos não são combinados em uma mesma explicação como fatores do engajamento em protesto. Mas, tratando-se de América Latina, onde as demandas materiais ainda não estão resolvidas e o nível de desigualdade socioeconômica é alto, como é o caso do Brasil, torna-se compreensível que indivíduos, embora portadores de recursos e de valores de autoexpressão, sintam-se descontentes ou incomodados com as suas próprias situações financeiras. No entanto, ficou claro que, sem os recursos necessários para se tornar politicamente ativo, as queixas não conseguem ser traduzidas em ação política. Isso nos remete à recorrente questão da desigual influência política, pois indivíduos com maiores recursos protestam mais, enquanto que aqueles com menores recursos sentem maior dificuldade de expor seus desejos e anseios, relação essa que fere a igualdade de voz, que é essencial para a democracia.

Na tentativa de aliar a abordagem contextual aos resultados individuais obtidos nos testes de regressão, levando em conta os modelos que apresentaram maior capacidade explicativa da variação da medida geral de protesto nos dois períodos, observamos que dois preditores confirmaram a nossa interpretação de que, em 1991, o contexto econômico instável do país motivou os brasileiros a protestarem. Constatamos que, somente em 1991, as variáveis índice de confiança institucional e satisfação com a vida se mostraram significativas, assumindo um relacionamento negativo com o índice de participação não convencional. Isso demonstrou que a desconfiança nas instituições brasileiras e a insatisfação com a vida foram fatores importantes para ativar o comportamento de protesto nesse período, o que vai ao encontro da teoria das queixas. Em 2006, esses mesmos preditores não impactaram a medida de protesto, e a variável sexo foi a única que se mostrou significativa somente para esse ano; já as demais variáveis relevantes de 2006 foram também em 1991.

Em suma, por intermédio desse trabalho, observamos a multicausalidade do fenômeno da participação não convencional no Brasil. Consideramos que estudar as bases individuais, bem como os contextos em que se deram os atos participativos, abriu-nos um leque

interpretativo para analisar o protesto. Porém, dificuldades metodológicas e empíricas surgiram nessa empreitada. Além disso, reconhecemos que uma maior articulação entre os resultados atingidos nas dimensões macro e micro aperfeiçoaria a análise. De qualquer forma, considerados os limites desse trabalho, nossas conclusões estão longe de serem definitivas, mas ainda assim acreditamos que agregam à agenda de pesquisa. Sem dúvida, antes de trazer qualquer resposta sobre o comportamento de protesto, a presente pesquisa despertou mais questionamentos e curiosidades sobre esse fenômeno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMOND, A.; VERBA, S. La cultura política. In: **Diez textos básicos de ciencia política**. Barcelona:Ariel,1992.

AVELAR, L. Participação política. In: AVELAR, L.; CINTRA, A.O. (Org.) **Sistema político brasileiro: uma introdução**. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

AZEVEDO, S.; RIBEIRO, L. C. Q.; SANTOS JUNIOR, O. A. Mudanças e permanências na cultura política das metrópoles brasileiras. In: **Dados**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 3, p. 691-733, 2009.

BAQUERO, M. Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 14, n. 2, p. 380-413, nov. 2008.

BAQUERO, M.; BORBA, J. A re (valorização) dos partidos políticos no Brasil via capital social. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 2, n. 1, jan./jun. 2008.

BAQUERO, M.; PRÁ, J. **Democracia brasileira e cultura política no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística aplicada às Ciências Sociais**. 7. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2010.

BORBA, J.; LÜCHMANN, L.H.H. Estruturas de oportunidades políticas e participação: uma análise a partir das instituições emergentes. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 31., 2007,Caxambu. **Anais ANPOCS, 2007**.

_____. Exclusão social e participação política no Brasil. In: Congresso de 2009 da LASA (Associação de Estudos Latino-Americanos), 2009, Rio de Janeiro. **Anais LASA, 2009**.

BORBA, J.; RIBEIRO, E.A. Determinantes individuais da participação política na América Latina. In: ENCONTRO DA ABCP, 7., 2010, Recife. **Anais ABCP, 2010a**.

_____. Participação convencional e não convencional na América Latina. **Revista Latino-Americana de Opinião Pública**. v. 1, n. 0, p. 53-76, 2010b.

_____. **As dimensões da participação política no Brasil**. Florianópolis (mimeo), 2011a.

_____. Movimentos de protesto político na América Latina: bases individuais e estruturais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 15., 2011, Curitiba. **Anais SBS, 2011b**.

_____. Protesto político na América Latina: tendências recentes e determinantes individuais. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 35., 2011, Caxambu. **Anais ANPOCS**, 2011c.

DALTON, R.; SICKLE, A.V. The resource, structural and cultural bases of protest. **Center for the Study of Democracy**. Ago. 2005. Disponível em: <<http://repositories.cdlib.org/csd/05-11>>. Acesso em: 07jul. 2011.

DALTON, R.; SICKLE, A. V.; WELDON, S. The individual-institutional nexus of protest. **British Journal of Political Science**, n. 40, p. 51-73, 2009.

DELLA PORTA, D. Paths to February 15 protest: social or political determinants? Stefaan Walgrave and Dieter Rucht(eds), *The World Says No to War: Demonstrations against the War in Iraq*. **Social Movements, Protest and Contention**, v.33, University of Minnesota Press, 2010. Disponível em:<<http://www.m2p.be/publications/1267102077.pdf>>. Acesso em:11abr. 2010.

FEDOZZI, L. J. Práticas inovadoras de gestão urbana: o paradigma participativo. In: **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, v. 100, n.100, p. 91-105, jan./jun.2001.

FREY, Klaus. Desenvolvimento sustentável local na sociedade em rede: o potencial das novas tecnologias de informação e comunicação. In: **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, n. 21, nov. 2003.

FUKS, Mário. Efeitos diretos, indiretos e tardios: trajetórias da transmissão intergeracional da participação política. In: **Lua Nova**, São Paulo, 83: 145-178, 2011.

GURR, T. R. A Causal model of civil strife: a comparative analysis using new indices. In: **American Political Science Review**, 62, p. 1104–24, 1968a.

_____. Psychological Factors in Civil Violence. In: **World Politics**, v. 20, n.2, p. 245-278, Jan. 1968b. Disponível em: <http://www.uky.edu/~clthyn2/PS439G/readings/gurr_1968.pdf>.

Acesso em:12out. 2011.

INGLEHART, R.; WELZEL, C. **Modernização, mudança cultural e democracia**: a sequência do desenvolvimento humano. São Paulo: Francis, 2009.

LAUREANO, Raul M. S.; BOTELHO, M. do Carmo. **SPSS: o meu manual de consulta rápida**. 1. ed. Lisboa: Ed. Sílabo, 2010.

LÜCHMANN, L. H. **Democracia participativa e aprendizado político**: lições da experiência brasileira. Florianópolis (mimeo), 2008. Disponível em: <www.npms.ufsc.br/public/Artigo%205.doc>. Acesso em: 19jul. 2011.

- MAROCCO, João. **Análise estatística**: com utilização do SPSS. 3. ed. Lisboa: Ed. Sílabo, 2007.
- MARTUSCELLI, D.E. O PT e o *impeachment* de Collor. **Opinião Pública**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 542-568, nov. 2010.
- MIGUEL, L. F.; COUTINHO, A. A. A crise e suas fronteiras: oito meses de mensalão nos editoriais dos jornais. **Opinião Pública**, Campinas, v.13, p. 97-123, 2007.
- MILBRATH, L. **Political participation**: how and why do people get involved in politics? Chicago: Rand McNally, 1965.
- MOISES, J. A.; CARNEIRO, G. O.P. Democracia, desconfiança e insatisfação com o regime: o caso do Brasil. In: **Opinião Pública**. Campinas, v.14, n. 1, p. 1-42, Jun. 2008.
- NORRIS, P. Political activism: new challenges, new opportunities. In: BOIX; STOKES, D. **The Oxford handbook of comparative politics**. Oxford: Oxford University Press, p. 628-652, 2007.
- OLIVEIRA, Wilson José F. de. Elites dirigentes, engajamento político e retribuições no militância ambientalista. **Tomo**, Aracaju, v. 13, p. 201-238, 2008.
- PIZZORNO, A. Introducción al estudio de la Participación Política. In: PIZZORNO, A.; KAPLAN, M.; CASTELLS, M. **Participación y cambio social em la problemática contemporánea**. Buenos Aires, Ed. SIAP-Planteos, 1975, p. 13-82.
- PUTNAM, R. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- _____. (Org.). **El declive del capital social**. Barcelona: Galaxia Gutenberg, 2003.
- RENNÓ, L. R. Confiança Interpessoal e Comportamento Político: microfundamentos da teoria do capital social na América Latina. In: **Opinião Pública**, Campinas, Vol. VII, nº 1, p. 33-59, 2001.
- _____. Estruturas de oportunidade política e engajamento em organizações da sociedade civil: um estudo comparado sobre a América Latina. In: **Revista de Sociologia & Política**. Curitiba, n. 21, p. 71-82, nov. 2003.
- _____. Escândalos e voto: as eleições presidenciais brasileiras de 2006. **Opinião Pública**, Campinas, v. 13, n. 2, p. 260-282, nov. 2007.
- RIBEIRO, E. A. A consistência das medidas de pós-materialismo: testando a validade dos índices propostos por R. Inglehart no contexto brasileiro. In: **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, n. 2, p. 371-400, maio/ago. 2007.

_____. **Cultura política e valores pós-materialistas no Brasil**. 2008. 300 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

_____. **Análise de dados quantitativos: técnicas multivariadas**. Florianópolis, jun. 2011. (Curso métodos quantitativos).

ROSANVALLON, P. Intellectual History and democracy: an interview with Pierre Rosanvallon, **Journal of the History of Ideas**, v. 68, n.4, 2007.

SAMUELS, D. A evolução do petismo (2002-2008). In: **Opinião Pública**, Campinas, v. 14, n. 2, p. 302-318, nov. 2008.

SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos em cena: as teorias por onde andam? In: SCHERER-WARREN, Ilse et al. **Cidadania e multiculturalismo: a teoria social no Brasil contemporâneo**. Lisboa: Socius, Florianópolis: Editora da UFSC, p. 23-51, 2000.

SEIDL, Ernesto. Disposições a militar e lógica de investimentos militantes. **Pro-Prosições**, Campinas, v.20, n.2, p. 21-39, maio/ago. 2009.

SILVA, M. K.; RUSKOWSKI, B. O. Levante juventude, juventude é pra lutar: redes interpessoais, esferas de vida e identidade na constituição do engajamento militante. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, v. 3, p. 23-48, jan./jul. 2010.

SILVA, M. K.; ZANATA JUNIOR, R. Associativismo e desigualdade: uma análise sobre oportunidades políticas e recursos associativos em duas Associações de Moradores de Porto Alegre. In: CONGRESSO DE 2009 DA LASA (ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS), 2009, Rio de Janeiro. **Anais LASA**, 2009.

SILVA, R. Pierre Rosanvallon e as metamorfoses da legitimidade democrática. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 14., 2009, Rio de Janeiro. **Anais SBS**, 2009.

SOARES, G. A. D.; TERRON, S. L. Dois Lulas: a geografia eleitoral da reeleição (explorando conceitos, métodos e técnicas de análise geoespacial). **Opinião Pública**, Campinas, v. 14, n. 2, p. 269-301, nov. 2008.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

VALDIVIESO, Patrício. Capital social e desenvolvimento democrático: Porto Alegre (Brasil) e Santiago do Chile. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.24, n. 69, fev. 2009.

VERBA, S.; SCHLOZMAN, K. L.; BRADY, H. E. **Voice and equality: civic voluntarism in American politics**. Harvard University Press, 1995.

BASES DE DADOS

BIRKHOLZ, Tiago. **Cronologia Política do Brasil Contemporâneo**, 1980 – 2006 (Banco de dados). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008. In: Consórcio de Informações Sociais, 2008. Disponível em: <www.cis.org.br>. Acesso em: 13 abr. 2011.

DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. **Cultura política**, 1990 (Banco de dados). São Paulo, 1990. In: Consórcio de Informações Sociais, 2009. Disponível em: <www.cis.org.br>. Acesso em: 13 abr. 2011.

_____. **Avaliação de 1991 e planos para 1992**, dezembro de 1991 (Banco de dados). São Paulo, 1991. In: Consórcio de Informações Sociais, 2008. Disponível em: <www.cis.org.br>. Acesso em: 11 abr. 2011.

_____. **Avaliação do Governo Collor**, junho de 1992 (Banco de dados). São Paulo, 1992. In: Consórcio de Informações Sociais, 2008. Disponível em: <www.cis.org.br>. Acesso em: 11 abr. 2011.

_____. **Impeachment do Presidente Fernando Collor de Mello**, agosto de 1992. (Banco de dados). In: Consórcio de Informações Sociais, 2008. Disponível em: <www.cis.org.br>. Acesso em 13 abr. 2011.

_____. **Avaliação do Presidente Collor (2 anos e meio de mandato)**, novembro de 1992 (Banco de dados). São Paulo, 1992. In: Consórcio de Informações Sociais, 2008. Disponível em: <www.cis.org.br>. Acesso em: 11 abr. 2011.

_____. **Avaliação do Presidente Lula, Congresso e outros assuntos**, julho de 2005. (Banco de dados). São Paulo: Instituto Datafolha, 2005. In: Consórcio de Informações Sociais, 2007. Disponível em: <www.cis.org.br>. Acesso em: 13 abr. 2011.

WORLD VALUES SURVEY 1990 OFFICIAL DATA FILE v.20090906. World Values Survey Association. **Agregate File Producer:** ASEP/ JDS, Madrid. Disponível em: <www.worldvaluessurvey.org>. Acesso em: 06 jun.2010.

WORLD VALUES SURVEY 2005 OFFICIAL DATA FILE v.20090901, 2009. World Values Survey Association. **Agregate File Producer:** ASEP/ JDS, Madrid. Disponível em: <www.worldvaluessurvey.org>. Acesso em: 06 jun. 2010.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – LISTA DE VARIÁVEIS UTILIZADAS

1. Números de identificação nas bases do *World Values Survey*;
2. Redação das questões;
3. Codificações originais;
4. Recodificações.

1. Participação em abaixo-assinados

Identificação: v242 (1990) / v96 (2005)

Redação: Agora, gostaria que você olhasse este cartão. Vou ler algumas formas de atuação política que as pessoas podem ter e gostaria que me dissesse se realmente já fez alguma dessas coisas, se poderia vir a fazer ou se não faria nunca, de jeito nenhum.

Assinar abaixo-assinados.

Codificação: escala de 3 pontos, sendo 1=já fiz, 2=poderia fazer e 3=não faria nunca.

Recodificação: binária, sendo 0=não participou (poderia fazer e não faria nunca) e 1= participou (já fiz).

2. Participação em boicotes

Identificação: v243 (1990) / v97 (2005)

Redação: Agora, gostaria que você olhasse este cartão. Vou ler algumas formas de atuação política que as pessoas podem ter e gostaria que me dissesse se realmente já fez alguma dessas coisas, se poderia vir a fazer ou se não faria nunca, de jeito nenhum.

Participar de um boicote.

Codificação: escala de 3 pontos, sendo 1=já fiz, 2=poderia fazer e 3=não faria nunca.

Recodificação: binária, sendo 0=não participou (poderia fazer e não faria nunca) e 1= participou (já fiz).

3. Participação em manifestações

Identificação: v244 (1990) / v98 (2005)

Redação: Agora, gostaria que você olhasse este cartão. Vou ler algumas formas de atuação política que as pessoas podem ter e gostaria que me dissesse se realmente já fez alguma dessas coisas, se poderia vir a fazer ou se não faria nunca, de jeito nenhum.

Passatas ou manifestações legais.

Codificação: escala de 3 pontos, sendo 1=já fiz, 2=poderia fazer e 3=não faria nunca.

Recodificação: binária, sendo 0=não participou (poderia fazer e não faria nunca) e 1= participou (já fiz).

4. Nível educacional

Identificação: v375 (1990)

Redação: Qual é o maior nível de escolaridade que você alcançou?

Codificação: escala de 4 pontos, sendo 1= nenhum, 2=primário, 3= secundário/técnico e 4=graduado.

Recodificação: escala de 4 pontos, sendo 0=nenhum, 1=primário, 2=secundário e 3= universitário.

Identificação: v238 (2005)

Redação: Qual é o maior nível de escolaridade que você alcançou?

Codificação: escala de 7 pontos, sendo 1= nenhum, 2=primário incompleto, 3= primário completo, 4=secundário/técnico incompleto, 5=secundário/técnico completo, 6=universitário incompleto e 7=graduado.

Recodificação: escala de 4 pontos, sendo 0=nenhum, 1=primário (incompleto e completo), 2=secundário (incompleto e completo) e 3= universitário (incompleto e completo).

5. Renda

Identificação: v363 (1990) / v253 (2005)

Redação: Escala de renda

Codificação: escala de 10 pontos, sendo 1=1 salário, 2=2 salários, 3=3 salários, 4=4 salários, 5=5 salários, 6=6 salários, 7=7 salários, 8=8 salários, 9=9 salários, 10=10 salários.

Sem Recodificação.

6. Sexo

Identificação: v353 (1990) / v235 (2005)

Redação: Sexo

Codificação: binária, sendo 1= masculino e 2=feminino.

Recodificação: binária, sendo 0=feminino e 1= masculino.

7. Negro

Identificação: v369 (1990)

Redação: Grupo étnico

Codificação: variável categórica, sendo 1=branco, 2=negro, 3=sul-asiático, 4=leste-asiático, 5=árabe e 6=moreno.

Recodificação: binária, sendo 0= outras etnias e 1= negro.

Identificação: v256 (2005)

Redação: Grupo étnico

Codificação: variável categórica, sendo 1400=branco, 220=negro, 80=leste-asiático, 522=mestiço e 640=indígena.

Recodificação: binária, sendo 0= outras etnias e 1= negro.

8. Religioso

Identificação: v151 (1990) / v187 (2005)

Redação: Independente de você ir ou não à igreja, você diria que é:

Codificação: variável categórica, sendo 1=religioso, 2=não religioso, 3=ateu convicto.

Recodificação: binária, sendo 0= não religioso (não religioso e ateu convicto) e 1= religioso.

9. Católico

Identificação: v144 (1990)

Redação: Você pertence a alguma denominação religiosa? Se sim, qual?

Codificação: variável categórica, sendo 1=católico, 2=protestante, 3=ortodoxo, 4=muçulmano e 5=budista.

Recodificação: binária, sendo 0= outras religiões e 1= católico.

Identificação: v185 (2005)

Redação: Você pertence a alguma denominação religiosa? Se sim, qual?

Codificação: variável categórica, sendo 12=budista, 25=evangélico, 42=judeu, 52=ortodoxo, 53=outras, 54= candomblé/umbanda, 62=protestante, 64=católico, 73=espírita.

Recodificação: binária, sendo 0= outras religiões e 1= católico.

10. Satisfação financeira

Identificação: v132 (1990) / v68 (2005)

Redação: Quão satisfeito(a) você está com a situação financeira da sua casa? Sendo que 1 significa que você está completamente insatisfeito e 10 significa que você está completamente satisfeito, em que nível de satisfação você se encontra?

Codificação: escala de 10 pontos, sendo 1 = completamente insatisfeito, 2 = 2, 3 = 3, 4 = 4, 5 = 5, 6 = 6, 7 = 7, 8 = 8, 9 = 9, 10 = completamente satisfeito.

Recodificação: escala de 10 pontos, sendo 0= completamente insatisfeito, 1 = 1, 2 = 2, 3 = 3, 4 = 4, 5 = 5, 6 = 6, 7 = 7, 8 = 8, 9 = completamente satisfeito.

11. Satisfação com a vida

Identificação: v96 (1990) / v22 (2005)

Redação: De modo geral, quão satisfeito(a) você está com a sua vida nesses dias? Por favor, utilize esse cartão para ajudar a responder.

Codificação: escala de 10 pontos, sendo 1=insatisfeito, 2=2, 3=3, 4=4, 5=5, 6=6, 7=7, 8=8, 9=9, 10= satisfeito.

Recodificação: escala de 10 pontos, sendo 0= insatisfeito, 1=1, 2=2, 3=3, 4=4, 5=5, 6=6, 7=7, 8=8, 9=completamente satisfeito.

12. Pós-materialismo

Identificação: v259 (1990) / v71 (2005)

Redação: Se você tivesse que escolher, qual dessas coisas você diria que é a mais importante?

Codificação: escala de 4 pontos, sendo 1=manutenção da ordem no país, 2=aumentar a participação do povo, 3=combater a inflação (preços) e 4=garantir a liberdade de expressão.

Recodificação: binária, sendo 0=materialista (manutenção da ordem no país e combater a inflação) e 1=pós-materialista (aumentar a participação do povo e garantir a liberdade de expressão).

13. Autoposicionamento político

Identificação: v248 (1990) / v114 (2005)

Redação: Em questões políticas, as pessoas falam da “esquerda” e da “direita”. Como você colocaria sua opinião nessa escala, de modo geral?

Codificação: escala de 10 pontos, sendo 1= esquerda, 2=2, 3=3, 4=4, 5=5, 6=6, 7=7, 8=8, 9=9, 10= direita.

Sem Recodificação.

14. Confiança interpessoal

Identificação: v94 (1990) / v23 (2005)

Redação: De modo geral, você diria que a maioria das pessoas pode ser confiável ou que se deve ter muito cuidado ao lidar com pessoas?

Codificação: binária, sendo 1= De modo geral, as pessoas são confiáveis e 2= deve-se ter muito cuidado ao lidar com pessoas.

Recodificação: binária, sendo 0= deve-se ter cuidado ao lidar com as pessoas e 1= De modo geral, as pessoas são confiáveis.

APÊNDICE 2 – LISTA DE MEDIDAS E ÍNDICES CONSTRUÍDOS A PARTIR DOS DADOS ORIGINAIS DO WVS.

1. Índice de participação política não convencional

Variáveis originais:

1) Participação em abaixo-assinados

Identificação: v242 (1990) / v96 (2005)

Redação: Agora, gostaria que você olhasse este cartão. Vou ler algumas formas de atuação política que as pessoas podem ter e gostaria que me dissesse se realmente já fez alguma dessas coisas, se poderia vir a fazer ou se não faria nunca, de jeito nenhum.

Assinar abaixo-assinados.

Codificação: escala de 3 pontos, sendo 1=já fiz, 2=poderia fazer e 3=não faria nunca.

Recodificação: escala de 3 pontos, sendo 0 = não faria nunca, 1 = poderia fazer e 2 = já fiz.

2) Participação em boicotes

Identificação: v243 (1990) / v97 (2005)

Redação: Agora, gostaria que você olhasse este cartão. Vou ler algumas formas de atuação política que as pessoas podem ter e gostaria que me dissesse se realmente já fez alguma dessas coisas, se poderia vir a fazer ou se não faria nunca, de jeito nenhum.

Participar de um boicote.

Codificação: escala de 3 pontos, sendo 1=já fiz, 2=poderia fazer e 3=não faria nunca.

Recodificação: escala de 3 pontos, sendo 0 = não faria nunca, 1 = poderia fazer e 2 = já fiz.

3) Participação em manifestações

Identificação: v244 (1990) / v98 (2005)

Redação: Agora, gostaria que você olhasse este cartão. Vou ler algumas formas de atuação política que as pessoas podem ter e gostaria que me dissesse se realmente já fez alguma dessas coisas, se poderia vir a fazer ou se não faria nunca, de jeito nenhum.

Passeatas e manifestações legais.

Codificação: escala de 3 pontos, sendo 1=já fiz, 2=poderia fazer e 3=não faria nunca.

Recodificação: escala de 3 pontos, sendo 0 = não faria nunca, 1 = poderia fazer e 2 = já fiz.

Computação: a medida foi construída através do somatório dos valores das respostas dos entrevistados a cada uma das variáveis originais.

Índice de participação política nãoconvencional = $v242+v243+v244$ (1990)

$v96$

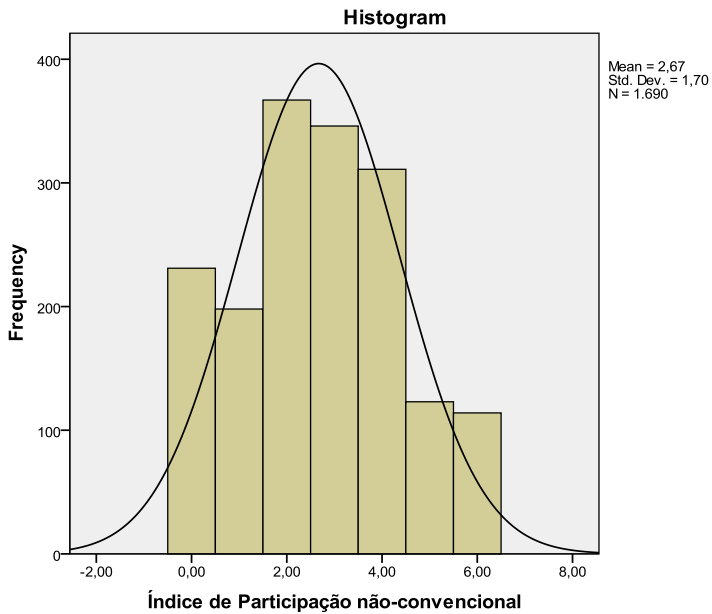
$+v97+v98$ (2005)

Codificação: como cada variável original comporta valores de 0 a 2, o índice é composto por uma escala de 7 pontos, indo de 0 a 6.

Testes 1990:

Reliability Statistics

Cronbach's Alpha	Cronbach's Alpha Based on Standardized Items	N of Items
,672	,676	3



Índice de participação não convencional

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	,00	231	13,0	13,7	13,7
	1,00	198	11,1	11,7	25,4
	2,00	367	20,6	21,7	47,1
	3,00	346	19,4	20,5	67,6
	4,00	311	17,5	18,4	86,0
	5,00	123	6,9	7,3	93,3
	6,00	114	6,4	6,7	100,0
	Total	1690	94,8	100,0	
Missing	System	92	5,2		
	Total	1782	100,0		

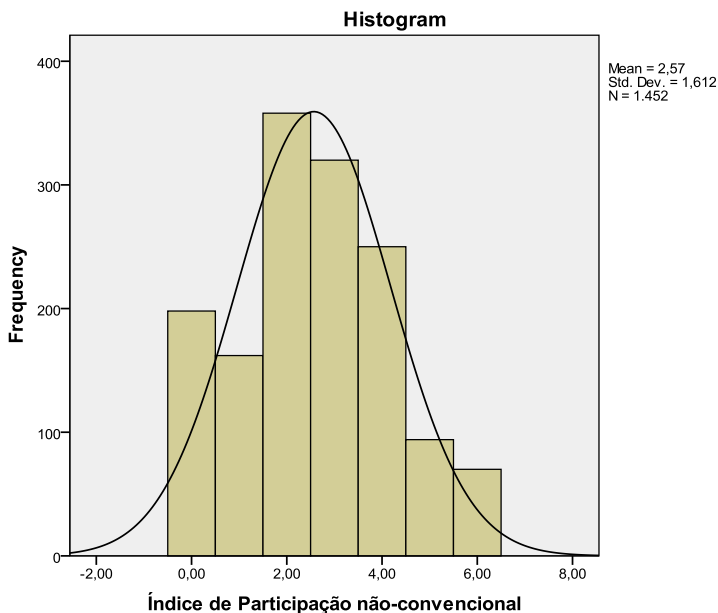
Testes 2005:

Reliability Statistics

Cronbach's Alpha	Cronbach's Alpha Based on Standardized Items	N of Items
,626	,628	3

Índice de Participação não convencional

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
,00	198	13,2	13,6	13,6
1,00	162	10,8	11,2	24,8
2,00	358	23,9	24,7	49,4
3,00	320	21,3	22,0	71,5
4,00	250	16,7	17,2	88,7
5,00	94	6,3	6,5	95,2
6,00	70	4,7	4,8	100,0
Total	1452	96,8	100,0	
Missing System	48	3,2		
Total	1500	100,0		



2. Índice de participação associativa

Variáveis originais (1990):

Redação: Por favor, olhe cuidadosamente a seguinte lista de organizações e atividades voluntárias e diga se você pertence:

- 1) Organização de assistência social (v19)
- 2) Organização religiosa (v20)
- 3) Grupo educativo (v21)
- 4) Sindicato (v22)
- 5) Partido político (v23)
- 6) Grupo local (v24)
- 7) Grupo de direitos humanos (v25)
- 8) Grupo ambiental (v26)
- 9) Associação profissional (v27)
- 10) Grupo de jovens (v28)
- 11) Grupo esportivo (v29)
- 12) Grupo de mulheres (v30)
- 13) Movimento pela paz (v31)
- 14) Grupo de proteção aos animais (v32)

15) Organização pela saúde (v33)

Codificação das variáveis: binária, sendo 1 = pertence e 2 = não pertence.

Recodificação das variáveis: binária, sendo 0 = não pertence e 1 = pertence.

Computação: a medida foi construída através do somatório dos valores das respostas dos entrevistados a cada uma das variáveis originais.

$\text{Índice de participação associativa} = v19 + v20 + v21 + v22 + v23 + v24 + v25 + v26 + v27 + v28 + v29 + v30 + v31 + v32 + v33$

Codificação: como cada variável original comporta valores de 0 a 1, o índice é composto por uma escala de 16 pontos, indo de 0 a 15.

Variáveis originais (2005):

Redação: Por favor, olhe cuidadosamente a seguinte lista de organizações e atividades voluntárias e diga se você pertence:

- 1) Organização religiosa (v24)
- 2) Grupo educativo (v25)
- 3) Grupo esportivo (v26)
- 4) Sindicato (v27)
- 5) Partido político (v28)
- 6) Grupo ambiental (v29)
- 7) Associação profissional (v30)
- 8) Organização de caridade (v31)
- 9) Organização de consumo (v32)

Codificação das variáveis: escala de 3 pontos, sendo 0 = não pertence, 1 = membro inativo e 2 = membro ativo.

Sem Recodificação.

Computação: a medida foi construída através do somatório dos valores das respostas dos entrevistados a cada uma das variáveis originais.

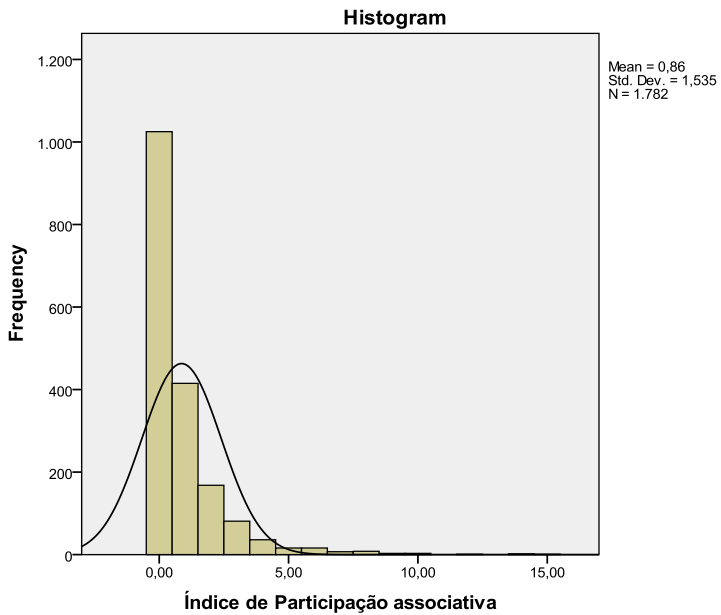
$\text{Índice de participação associativa} = v24 + v25 + v26 + v27 + v28 + v29 + v30 + v31 + v32$

Codificação: como cada variável original comporta valores de 0 a 2, o índice é composto por uma escala de 18 pontos, indo de 0 a 17.

Testes 1990:

Reliability Statistics

Cronbach's Alpha	Cronbach's Alpha Based on Standardized Items	N of Items
,719	,764	15

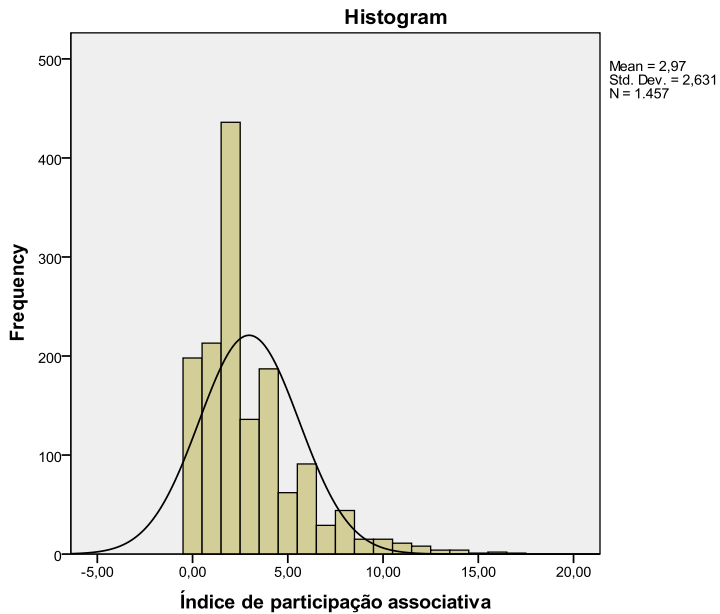


Índice de Participação associativa

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
,00	1025	57,5	57,5	57,5
1,00	415	23,3	23,3	80,8
2,00	168	9,4	9,4	90,2
3,00	81	4,5	4,5	94,8
4,00	36	2,0	2,0	96,8
5,00	16	,9	,9	97,7
6,00	16	,9	,9	98,6
Valid 7,00	7	,4	,4	99,0
8,00	8	,4	,4	99,4
9,00	3	,2	,2	99,6
10,00	3	,2	,2	99,8
12,00	1	,1	,1	99,8
14,00	2	,1	,1	99,9
15,00	1	,1	,1	100,0
Total	1782	100,0	100,0	

Testes 2005:**Reliability Statistics**

Cronbach's Alpha	Cronbach's Alpha Based on Standardized Items	N of Items
,603	,648	9



Índice de participação associativa

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
,00	198	13,2	13,6	13,6
1,00	213	14,2	14,6	28,2
2,00	436	29,1	29,9	58,1
3,00	136	9,1	9,3	67,5
4,00	187	12,5	12,8	80,3
5,00	62	4,1	4,3	84,6
6,00	91	6,1	6,2	90,8
7,00	29	1,9	2,0	92,8
8,00	44	2,9	3,0	95,8
Valid 9,00	15	1,0	1,0	96,8
10,00	15	1,0	1,0	97,9
11,00	11	,7	,8	98,6
12,00	8	,5	,5	99,2
13,00	4	,3	,3	99,5
14,00	4	,3	,3	99,7
15,00	1	,1	,1	99,8
16,00	2	,1	,1	99,9
17,00	1	,1	,1	100,0
Total	1457	97,1	100,0	
Missing System	43	2,9		
Total	1500	100,0		

3. Índice de interesse por política

Variáveis originais:

1) **Importância atribuída à política**

Identificação: v8 (1990) / v7 (2005)

Redação: Para cada um dos seguintes aspectos, indique o quanto importante é em sua vida. Você diria que é:

Política.

Codificação: escala de 4 pontos, sendo 1 = muito importante, 2 = importante, 3 = pouco importante e 4 = nada importante.

Recodificação: escala de 4 pontos, sendo 0 = nada importante, 1 = pouco importante, 2 = importante e 3 = muito importante.

2) **Interesse por política**

Identificação: v241 (1990) / v95 (2005)

Redação: Em que medida você se interessa por política?

Codificação: escala de 4 pontos, sendo 1 = muito, 2 = algum, 3 = pouco e 4 = nenhum.

Recodificação: escala de 4 pontos, sendo 0 = nenhum, 1 = pouco, 2 = algum e 3 = muito.

Computação: a medida foi construída através do somatório dos valores das respostas dos entrevistados a cada uma das variáveis originais.

Índice de interesse por política = $v8 + v241$ (1990)
 $v7 + v95$ (2005)

Codificação: como cada variável original comporta valores de 0 a 3, o índice é composto por uma escala de 7 pontos, indo de 0 a 6.

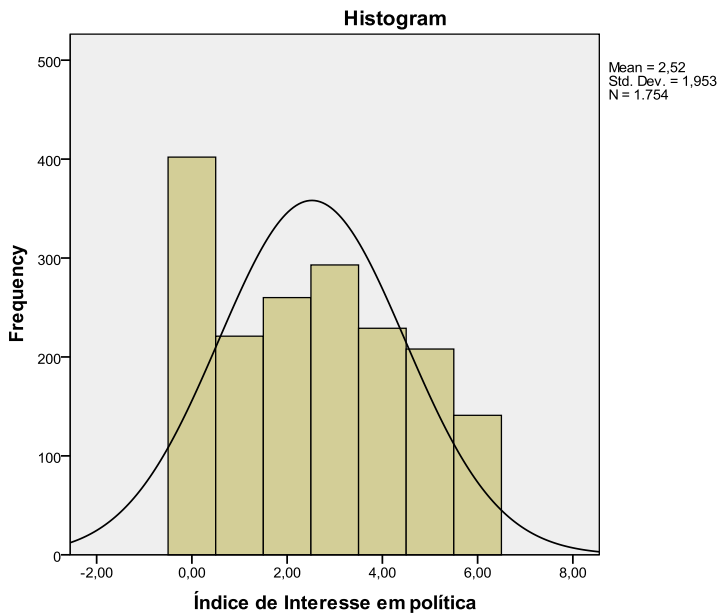
Testes 1990:

Reliability Statistics

Cronbach's Alpha	Cronbach's Alpha Based on Standardized Items	N of Items
,700	,701	2

Índice de interesse em política

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
	,00	402	22,6	22,9
	1,00	221	12,4	35,5
	2,00	260	14,6	50,3
Valid	3,00	293	16,4	67,0
	4,00	229	12,9	80,1
	5,00	208	11,7	92,0
	6,00	141	7,9	100,0
	Total	1754	98,4	100,0
Missing System	28	1,6		
Total	1782	100,0		



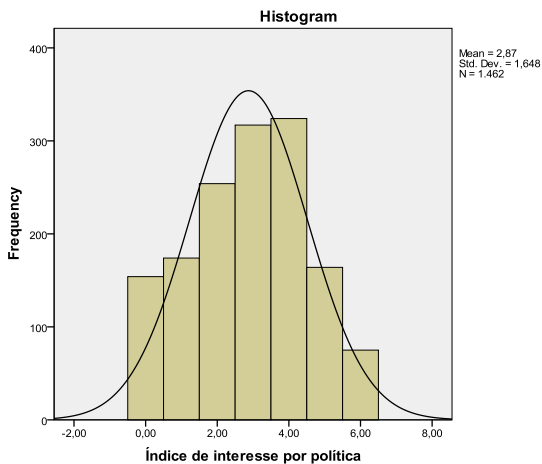
Testes 2005:

Reliability Statistics

Cronbach's Alpha	Cronbach's Alpha Based on Standardized Items	N of Items
,615	,615	2

Índice de interesse por política

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid				
,00	154	10,3	10,5	10,5
1,00	174	11,6	11,9	22,4
2,00	254	16,9	17,4	39,8
3,00	317	21,1	21,7	61,5
4,00	324	21,6	22,2	83,7
5,00	164	10,9	11,2	94,9
6,00	75	5,0	5,1	100,0
Total	1462	97,5	100,0	
Missing				
System	38	2,5		
Total	1500	100,0		



4. Índice de confiança institucional

Variáveis originais (1990):

Redação: Eu vou citar um número de organizações. Para cada uma, você poderia me falar o quanto você confia: é uma grande confiança, alguma confiança, pouca confiança ou nenhuma confiança?

- 1) Igrejas (v272)
- 2) Forças armadas (v273)
- 3) Sistema educacional (v274)
- 4) Sistema judiciário (v275)
- 5) Imprensa (v276)
- 6) Sindicatos (v277)
- 7) Congresso (v279)

Codificação das variáveis: escala de 4 pontos, sendo 1 = muita, 2 = alguma, 3 = pouca e 4 = nenhuma.

Recodificação das variáveis: escala de 4 pontos, sendo 0 = nenhuma, 1 = pouca, 2 = alguma e 3 = muita.

Computação: a medida foi construída através do somatório dos valores das respostas dos entrevistados a cada uma das variáveis originais.

Índice de confiança institucional = v272 + v273 + v274 + v275 + v276 + v277 + v279

Codificação: como cada variável original comporta valores de 0 a 3, o índice é composto por uma escala de 22 pontos, indo de 0 a 21.

Variáveis originais (2005):

Redação: Eu vou citar um número de organizações. Para cada uma, você poderia me falar o quanto você confia: é uma grande confiança, alguma confiança, pouca confiança ou nenhuma confiança?

- 1) Igrejas (v131)
- 2) Forças armadas (v132)
- 3) Sistema judiciário (v133)
- 4) Imprensa (v135)
- 5) Sindicatos (v137)
- 6) Governo (v138)
- 7) Congresso (v139)
- 8) Partidos políticos (v140)

Codificação das variáveis: escala de 4 pontos, sendo 1 = muita, 2 = alguma, 3 = pouca e 4 = nenhuma.

Recodificação das variáveis: escala de 4 pontos, sendo 0 = nenhuma, 1 = pouca, 2 = alguma e 3 = muita.

Computação: a medida foi construída através do somatório dos valores das respostas dos entrevistados a cada uma das variáveis originais.

Índice de confiança institucional = $v131 + V132 + V133 + v135 + v137 + v138 + v139 + v140$.

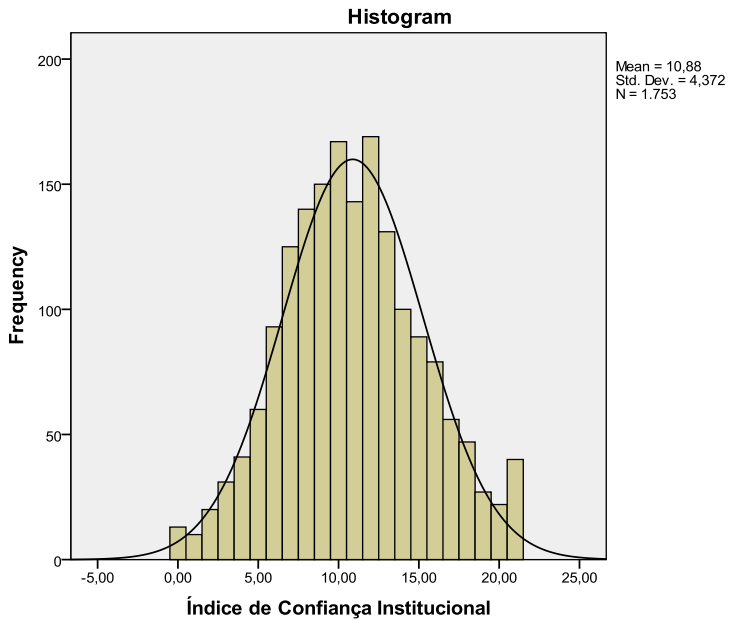
Codificação: como cada variável original comporta valores de 0 a 3, o índice é composto por uma escala de 25 pontos, indo de 0 a 24.

Testes 1990:

Cronbach's Alpha	Cronbach's Alpha Based on Standardized Items	N of Items
,750	,749	7

Índice de Confiança Institucional

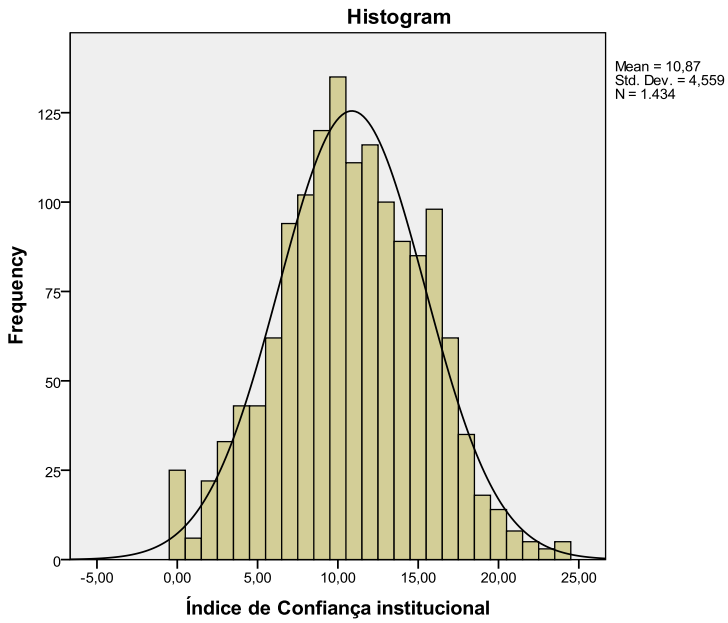
	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
.00	13	,7	,7	,7
1,00	10	,6	,6	1,3
2,00	20	1,1	1,1	2,5
3,00	31	1,7	1,8	4,2
4,00	41	2,3	2,3	6,6
5,00	60	3,4	3,4	10,0
6,00	93	5,2	5,3	15,3
7,00	125	7,0	7,1	22,4
8,00	140	7,9	8,0	30,4
9,00	150	8,4	8,6	39,0
10,00	167	9,4	9,5	48,5
Valid 11,00	143	8,0	8,2	56,6
12,00	169	9,5	9,6	66,3
13,00	131	7,4	7,5	73,8
14,00	100	5,6	5,7	79,5
15,00	89	5,0	5,1	84,5
16,00	79	4,4	4,5	89,0
17,00	56	3,1	3,2	92,2
18,00	47	2,6	2,7	94,9
19,00	27	1,5	1,5	96,5
20,00	22	1,2	1,3	97,7
21,00	40	2,2	2,3	100,0
Total	1753	98,4	100,0	
Missing System	29	1,6		
Total	1782	100,0		



Testes 2005:

Reliability Statistics

Cronbach's Alpha	Cronbach's Alpha Based on Standardized Items	N of Items
,802	,803	8



Índice de Confiança institucional

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
,00	25	1,7	1,7	1,7
1,00	6	,4	,4	2,2
2,00	22	1,5	1,5	3,7
3,00	33	2,2	2,3	6,0
4,00	43	2,9	3,0	9,0
5,00	43	2,9	3,0	12,0
6,00	62	4,1	4,3	16,3
7,00	94	6,3	6,6	22,9
8,00	102	6,8	7,1	30,0
9,00	120	8,0	8,4	38,4
10,00	135	9,0	9,4	47,8
11,00	111	7,4	7,7	55,5
12,00	116	7,7	8,1	63,6
Valid 13,00	100	6,7	7,0	70,6
14,00	89	5,9	6,2	76,8
15,00	85	5,7	5,9	82,7
16,00	98	6,5	6,8	89,5
17,00	62	4,1	4,3	93,9
18,00	35	2,3	2,4	96,3
19,00	18	1,2	1,3	97,6
20,00	14	,9	1,0	98,5
21,00	8	,5	,6	99,1
22,00	5	,3	,3	99,4
23,00	3	,2	,2	99,7
24,00	5	,3	,3	100,0
Total	1434	95,6	100,0	
Missing System	66	4,4		
Total	1500	100,0		

**APÊNDICE 3 – TABELA COM OS RESULTADOS DOS TESTES
DE ASSOCIAÇÃO - COEFICIENTE GAMMA (γ)**

	VARIÁVEIS DEPENDENTES							
	Abaixo- assinados		Boicotes		Manifestações		IPNC**	
	1990	2005	1990	2005	1990	2005	1990	2005
Sexo	0,196 *	0,080	0,145	0,223 *	0,034	0,060	0,065*	0,089 *
Negro(a)	- 0,061	0,077	- 0,329 *	0,190	-0,199	0,034	-0,085	0,005
Religioso(a)	- 0,138	- 0,241 *	- 0,402 *	- 0,429*	- 0,373 *	-0,138	- 0,253*	- 0,203 *
Católico(a)	0,060	- 0,144 *	-0,083	-0,041	0,031	0,038	0,043	- 0,020
Nível educacional	0,423 *	0,426 *	0,497 *	0,400*	0,496 *	0,445*	0,451*	0,394 *
Renda	0,348 *	0,094 *	0,357 *	0,157*	0,263 *	0,115*	0,272*	0,079 *
Autoposicionamento político	- 0,083 *	- 0,063	- 0,222 *	-0,111	- 0,213 *	-0,063	- 0,148*	- 0,075 *
Confiança interpessoal	- 0,025	0,055	-0,140	0,336*	0,004	0,315*	-0,016	0,100
Satisfação com a vida	- 0,147 *	- 0,078 *	- 0,141 *	-0,096	- 0,104 *	-0,100*	- 0,145*	- 0,107 *
Satisfação financeira	- 0,101 *	- 0,039	-0,087	-0,045	- 0,072	-0,033	- 0,086*	- 0,042
Índice de participação associativa	0,193 *	0,105 *	0,328 *	0,134	0,395 *	0,266*	0,181*	0,089 *

Índice de interesse por política	0,299 *	0,231 *	0,431 *	0,242*	0,413 *	0,351*	0,352*	0,265 *
Índice de confiança institucional	- 0,215 *	- 0,012	- 0,318 *	-0,028	- 0,179 *	0,054	- 0,182*	0,018
Pós-materialismo	0,312 *	0,201 *	0,462 *	0,397*	0,486 *	0,436*	0,381*	0,209 *

Fonte: *World Values Survey* (1990 e 2005).

Nota: * Sig $\leq 0,05$.

** Índice de participação não convencional.

APÊNDICE 4 – RESULTADOS DAS ANÁLISES DE REGRESSÃO
(OUTPUTS SPSS)

REGRESSÕES LOGÍSTICAS

MODELO I – ABAIXO-ASSINADOS 1990

Case Processing Summary

Unweighted Cases ^a		N	Percent
Selected Cases	Included in Analysis	1272	71,4
	Missing Cases	510	28,6
	Total	1782	100,0
Unselected Cases		0	,0
Total		1782	100,0

a. If weight is in effect, see classification table for the total number of cases.

Model Summary

Step	-2 Log likelihood	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
1	1621,231 ^a	,105	,140

a. Estimation terminated at iteration number 4 because parameter estimates changed by less than ,001.

Variables in the Equation

	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
v375recod	,413	,098	17,777	1	,000	1,511
v363recod	,158	,037	18,304	1	,000	1,171
v353recod	,407	,120	11,555	1	,001	1,502
v369recod	,068	,173	,153	1	,696	1,070
v151recod	-,183	,212	,741	1	,389	,833
Step 1 ^a v144recod	-,037	,187	,039	1	,844	,964
i3	,146	,032	20,691	1	,000	1,158
i2	,042	,041	1,061	1	,303	1,043
v132recod2	-,045	,023	3,861	1	,049	,956
V96recod2	-,064	,026	6,126	1	,013	,938
Constant	-,972	,365	7,108	1	,008	,378

a. Variable(s) entered on step 1: v375recod, v363recod, v353recod, v369recod, v151recod, v144recod, i3, i2, v132recod2, V96recod2.

MODELO II – ABAIXO – ASSINADOS 1990

Case Processing Summary

Unweighted Cases ^a		N	Percent
Selected Cases	Included in Analysis	1462	82,0
	Missing Cases	320	18,0
	Total	1782	100,0
Unselected Cases		0	,0
Total		1782	100,0

a. If weight is in effect, see classification table for the total number of cases.

Model Summary

Step	-2 Log likelihood	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
1	1951,681 ^a	,046	,061

a. Estimation terminated at iteration number 3 because parameter estimates changed by less than ,001.

Variables in the Equation

	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)	
i4	-,076	,013	32,925	1	,000	,927	
v259recod	,582	,122	22,851	1	,000	1,790	
Step 1 ^a	v248recod	-,007	,020	,122	1	,727	,993
	v94recod	-,104	,211	,245	1	,621	,901
	Constant	,836	,175	22,865	1	,000	2,307

a. Variable(s) entered on step 1: i4, v259recod, v248recod, v94recod.

MODELO III – ABAIXO-ASSINADOS 1990

Case Processing Summary

Unweighted Cases ^a		N	Percent
Selected Cases	Included in Analysis	1055	59,2
	Missing Cases	727	40,8
	Total	1782	100,0
Unselected Cases		0	,0
Total		1782	100,0

a. If weight is in effect, see classification table for the total number of cases.

Model Summary

Step	-2 Log likelihood	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
1	1345,314 ^a	,105	,140

a. Estimation terminated at iteration number 4 because parameter estimates changed by less than ,001.

Variables in the Equation

	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
v375recod	,283	,112	6,397	1	,011	1,327
v363recod	,159	,040	15,640	1	,000	1,172
v353recod	,449	,132	11,531	1	,001	1,567
v369recod	,276	,199	1,926	1	,165	1,317
v151recod	-,203	,230	,783	1	,376	,816
v144recod	-,133	,217	,376	1	,540	,875
i3	,135	,036	14,008	1	,000	1,144
i2	,008	,049	,029	1	,864	1,008
v132recod2	-,041	,026	2,523	1	,112	,960
V96recod2	-,055	,029	3,507	1	,061	,947
i4	-,024	,017	2,016	1	,156	,976
v259recod	,387	,153	6,414	1	,011	1,473
v248recod	,005	,025	,040	1	,842	1,005
v94recod	-,361	,265	1,854	1	,173	,697
Constant	-,518	,454	1,305	1	,253	,596

a. Variable(s) entered on step 1: v375recod, v363recod, v353recod, v369recod, v151recod, v144recod, i3, i2, v132recod2, V96recod2, i4, v259recod, v248recod, v94recod.

MODELO IV – ABAIXO-ASSINADOS 1990

Case Processing Summary

Unweighted Cases ^a		N	Percent
Selected Cases	Included in Analysis	1597	89,6
	Missing Cases	185	10,4
	Total	1782	100,0
Unselected Cases		0	,0
Total		1782	100,0

a. If weight is in effect, see classification table for the total number of cases.

Model Summary

Step	-2 Log likelihood	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
1	1986,268 ^a	,133	,177

a. Estimation terminated at iteration number 4 because parameter estimates changed by less than ,001.

Variables in the Equation

	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
v375recod	,421	,089	22,493	1	,000	1,524
v363recod	,149	,034	19,506	1	,000	1,160
v353recod	,374	,108	11,888	1	,001	1,453
i3	,165	,029	31,995	1	,000	1,180
Step 1 ^a v132recod2	-,055	,021	6,734	1	,009	,946
V96recod2	-,048	,024	4,145	1	,042	,953
v259recod	,303	,125	5,902	1	,015	1,354
i4	-,042	,013	9,778	1	,002	,959
Constant	-,781	,279	7,836	1	,005	,458

a. Variable(s) entered on step 1: v375recod, v363recod, v353recod, i3, v132recod2, V96recod2, v259recod, i4.

MODELO I - BOICOTES 1990

Case Processing Summary

Unweighted Cases ^a		N	Percent
Selected Cases	Included in Analysis	1226	68,8
	Missing Cases	556	31,2
	Total	1782	100,0
Unselected Cases		0	,0
Total		1782	100,0

a. If weight is in effect, see classification table for the total number of cases.

Model Summary

Step	-2 Log likelihood	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
1	646,221 ^a	,045	,103

a. Estimation terminated at iteration number 6 because parameter estimates changed by less than ,001.

Variables in the Equation

	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
v375recod	,444	,181	6,048	1	,014	1,559
v363recod	,078	,054	2,074	1	,150	1,081
v353recod	-,013	,216	,004	1	,952	,987
v369recod	-,573	,386	2,200	1	,138	,564
v151recod	-,737	,300	6,054	1	,014	,478
Step 1 ^a v144recod	-,412	,308	1,785	1	,182	,663
i3	,226	,059	14,916	1	,000	1,254
i2	,056	,064	,760	1	,383	1,057
v132recod2	-,063	,044	2,084	1	,149	,939
V96recod2	,000	,049	,000	1	,992	1,000
Constant	-2,841	,594	22,857	1	,000	,058

a. Variable(s) entered on step 1: v375recod, v363recod, v353recod, v369recod, v151recod, v144recod, i3, i2, v132recod2, V96recod2.

MODELO II – BOICOTES 1990

Case Processing Summary

Unweighted Cases ^a		N	Percent
Selected Cases	Included in Analysis	1432	80,4
	Missing Cases	350	19,6
	Total	1782	100,0
Unselected Cases		0	,0
Total		1782	100,0

a. If weight is in effect, see classification table for the total number of cases.

Model Summary

Step	-2 Log likelihood	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
1	936,288 ^a	,051	,100

a. Estimation terminated at iteration number 5 because parameter estimates changed by less than ,001.

Variables in the Equation

	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
v259recod	,927	,173	28,592	1	,000	2,528
i4	-,118	,022	27,741	1	,000	,888
Step 1 ^a v248recod	-,052	,034	2,403	1	,121	,949
v94recod	-,272	,370	,542	1	,462	,762
Constant	-,972	,270	12,933	1	,000	,379

a. Variable(s) entered on step 1: v259recod, i4, v248recod, v94recod.

MODELO III – BOICOTES 1990

Case Processing Summary

Unweighted Cases ^a		N	Percent
Selected Cases	Included in Analysis	1027	57,6
	Missing Cases	755	42,4
	Total	1782	100,0
Unselected Cases		0	,0
Total		1782	100,0

a. If weight is in effect, see classification table for the total number of cases.

Model Summary

Step	-2 Log likelihood	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
1	543,364 ^a	,076	,166

a. Estimation terminated at iteration number 7 because parameter estimates changed by less than ,001.

Variables in the Equation

	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
v375recod	,440	,201	4,771	1	,029	1,552
v363recod	,028	,058	,230	1	,631	1,028
v353recod	-,113	,235	,233	1	,630	,893
v369recod	-,341	,402	,721	1	,396	,711
v151recod	-,566	,325	3,037	1	,081	,568
v144recod	-,536	,336	2,553	1	,110	,585
i3	,219	,065	11,283	1	,001	1,245
i2	,065	,070	,863	1	,353	1,067
v132recod2	-,058	,048	1,487	1	,223	,943
V96recod2	,009	,055	,025	1	,874	1,009
i4	-,061	,032	3,799	1	,051	,940
v259recod	,800	,240	11,117	1	,001	2,225
v248recod	-,021	,046	,205	1	,650	,979
v94recod	-1,984	1,031	3,706	1	,054	,138
Constant	-2,243	,724	9,601	1	,002	,106

a. Variable(s) entered on step 1: v375recod, v363recod, v353recod, v369recod, v151recod, v144recod, i3, i2, v132recod2, V96recod2, i4, v259recod, v248recod, v94recod.

MODELO IV – BOICOTES 1990

Case Processing Summary

Unweighted Cases ^a		N	Percent
Selected Cases	Included in Analysis	1644	92,3
	Missing Cases	138	7,7
	Total	1782	100,0
Unselected Cases		0	,0
Total		1782	100,0

a. If weight is in effect, see classification table for the total number of cases.

Model Summary

Step	-2 Log likelihood	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
1	968,265 ^a	,085	,173

a. Estimation terminated at iteration number 6 because parameter estimates changed by less than ,001.

Variables in the Equation

	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
v259recod	,585	,175	11,218	1	,001	1,795
i4	-,102	,022	21,053	1	,000	,903
v375recod	,496	,138	12,894	1	,000	1,642
v151recod	-,568	,211	7,266	1	,007	,567
i3	,272	,047	33,624	1	,000	1,313
Constant	-2,689	,418	41,444	1	,000	,068

a. Variable(s) entered on step 1: v259recod, i4, v375recod, v151recod, i3.

MODELO I - MANIFESTAÇÕES 1990

Case Processing Summary

Unweighted Cases ^a		N	Percent
Selected Cases	Included in Analysis	1266	71,0
	Missing Cases	516	29,0
	Total	1782	100,0
Unselected Cases		0	,0
Total		1782	100,0

a. If weight is in effect, see classification table for the total number of cases.

Model Summary

Step	-2 Log likelihood	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
1	1037,548 ^a	,097	,161

a. Estimation terminated at iteration number 5 because parameter estimates changed by less than ,001.

Variables in the Equation

	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
v375recod	,610	,135	20,499	1	,000	1,840
v363recod	,033	,043	,607	1	,436	1,034
v353recod	-,051	,160	,101	1	,751	,951
v369recod	-,331	,253	1,703	1	,192	,718
v151recod	-,779	,239	10,581	1	,001	,459
Step 1 ^a v144recod	-,008	,251	,001	1	,976	,992
i3	,249	,043	33,467	1	,000	1,283
i2	,158	,045	12,122	1	,000	1,171
v132recod2	-,030	,032	,888	1	,346	,970
V96recod2	,000	,036	,000	1	,997	1,000
Constant	-2,779	,467	35,388	1	,000	,062

a. Variable(s) entered on step 1: v375recod, v363recod, v353recod, v369recod, v151recod, v144recod, i3, i2, v132recod2, V96recod2.

MODELO II – MANIFESTAÇÕES 1990

Case Processing Summary

Unweighted Cases ^a		N	Percent
Selected Cases	Included in Analysis	1461	82,0
	Missing Cases	321	18,0
	Total	1782	100,0
Unselected Cases		0	,0
Total		1782	100,0

a. If weight is in effect, see classification table for the total number of cases.

Model Summary

Step	-2 Log likelihood	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
1	1417,140 ^a	,055	,086

a. Estimation terminated at iteration number 4 because parameter estimates changed by less than ,001.

Variables in the Equation

	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)	
i4	-,047	,016	8,225	1	,004	,954	
v259recod	,932	,136	47,170	1	,000	2,540	
Step 1 ^a	v248recod	-,083	,026	10,567	1	,001	,920
	v94recod	-,007	,263	,001	1	,978	,993
	Constant	-,736	,211	12,183	1	,000	,479

a. Variable(s) entered on step 1: i4, v259recod, v248recod, v94recod.

MODELO III – MANIFESTAÇÕES 1990

Case Processing Summary

Unweighted Cases ^a		N	Percent
Selected Cases	Included in Analysis	1053	59,1
	Missing Cases	729	40,9
	Total	1782	100,0
Unselected Cases		0	,0
Total		1782	100,0

a. If weight is in effect, see classification table for the total number of cases.

Model Summary

Step	-2 Log likelihood	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
1	896,752 ^a	,123	,197

a. Estimation terminated at iteration number 5 because parameter estimates changed by less than ,001.

Variables in the Equation

	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
v375recod	,390	,147	7,044	1	,008	1,478
v363recod	,013	,046	,075	1	,784	1,013
v353recod	-,161	,172	,876	1	,349	,851
v369recod	-,160	,270	,354	1	,552	,852
v151recod	-,677	,255	7,026	1	,008	,508
v144recod	,022	,279	,006	1	,938	1,022
i3	,258	,048	29,227	1	,000	1,294
Step 1 ^a i2	,164	,054	9,106	1	,003	1,178
v132recod2	-,036	,035	1,092	1	,296	,964
V96recod2	,034	,040	,725	1	,394	1,034
i4	-,036	,023	2,522	1	,112	,965
v259recod	,622	,180	11,990	1	,001	1,863
v248recod	-,082	,034	5,938	1	,015	,921
v94recod	-,861	,434	3,944	1	,047	,423
Constant	-1,861	,556	11,219	1	,001	,155

a. Variable(s) entered on step 1: v375recod, v363recod, v353recod, v369recod, v151recod, v144recod, i3, i2, v132recod2, V96recod2, i4, v259recod, v248recod, v94recod.

MODELO IV – MANIFESTAÇÕES 1990

Case Processing Summary

Unweighted Cases ^a		N	Percent
Selected Cases	Included in Analysis	1434	80,5
	Missing Cases	348	19,5
	Total	1782	100,0
Unselected Cases		0	,0
Total		1782	100,0

a. If weight is in effect, see classification table for the total number of cases.

Model Summary

Step	-2 Log likelihood	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
1	1260,927 ^a	,139	,217

a. Estimation terminated at iteration number 5 because parameter estimates changed by less than ,001.

Variables in the Equation

	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
i4	-,030	,018	2,605	1	,107	,971
v259recod	,621	,148	17,697	1	,000	1,862
v248recod	-,095	,028	11,160	1	,001	,909
v94recod	-,158	,282	,316	1	,574	,853
Step 1 ^a v375recod	,396	,114	11,984	1	,001	1,485
v151recod	-,649	,188	11,888	1	,001	,523
i3	,264	,040	44,142	1	,000	1,302
i2	,214	,043	24,588	1	,000	1,238
Constant	-2,005	,373	28,963	1	,000	,135

a. Variable(s) entered on step 1: i4, v259recod, v248recod, v94recod, v375recod, v151recod, i3, i2.

MODELO I - ABAIXO-ASSINADOS 2005

Case Processing Summary

Unweighted Cases ^a		N	Percent
Selected Cases	Included in Analysis	1194	79,6
	Missing Cases	306	20,4
	Total	1500	100,0
Unselected Cases		0	,0
Total		1500	100,0

a. If weight is in effect, see classification table for the total number of cases.

Model Summary

Step	-2 Log likelihood	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
1	1529,807 ^a	,094	,125

a. Estimation terminated at iteration number 4 because parameter estimates changed by less than ,001.

Variables in the Equation

	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
v238recod	,726	,091	63,069	1	,000	2,068
v253recod	,012	,031	,153	1	,695	1,012
v235recod2	,191	,127	2,273	1	,132	1,210
v256recod	,165	,218	,575	1	,448	1,180
v187recod	-,196	,237	,682	1	,409	,822
Step 1 ^a v185recod	-,233	,133	3,078	1	,079	,792
i3	,141	,039	13,310	1	,000	1,152
i2	,026	,025	1,127	1	,288	1,027
v68recod2	-,052	,026	3,927	1	,048	,950
v22recod2	-,036	,030	1,420	1	,233	,965
Constant	-,806	,351	5,272	1	,022	,447

a. Variable(s) entered on step 1: v238recod, v253recod, v235recod2, v256recod, v187recod, v185recod, i3, i2, v68recod2, v22recod2.

MODELO II – ABAIXO ASSINADOS 2005

Case Processing Summary

Unweighted Cases ^a		N	Percent
Selected Cases	Included in Analysis	1269	84,6
	Missing Cases	231	15,4
	Total	1500	100,0
Unselected Cases		0	,0
Total		1500	100,0

a. If weight is in effect, see classification table for the total number of cases.

Model Summary

Step	-2 Log likelihood	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
1	1721,787 ^a	,009	,012

a. Estimation terminated at iteration number 3 because parameter estimates changed by less than ,001.

Variables in the Equation

	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
i4	-,008	,013	,406	1	,524	,992
v71recod	,308	,121	6,515	1	,011	1,361
Step 1 ^a v114recod	-,037	,024	2,336	1	,126	,963
v23recod	,102	,196	,274	1	,601	1,108
Constant	,465	,193	5,839	1	,016	1,592

a. Variable(s) entered on step 1: i4, v71recod, v114recod, v23recod.

MODELO III – ABAIXO-ASSINADOS 2005

Case Processing Summary

Unweighted Cases ^a		N	Percent
Selected Cases	Included in Analysis	1022	68,1
	Missing Cases	478	31,9
	Total	1500	100,0
Unselected Cases		0	,0
Total		1500	100,0

a. If weight is in effect, see classification table for the total number of cases.

Model Summary

Step	-2 Log likelihood	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
1	1305,800 ^a	,091	,122

a. Estimation terminated at iteration number 4 because parameter estimates changed by less than ,001.

Variables in the Equation

	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
v238recod	,682	,099	47,093	1	,000	1,978
v253recod	,011	,035	,101	1	,751	1,011
v235recod2	,228	,137	2,755	1	,097	1,256
v256recod	,127	,245	,269	1	,604	1,136
v187recod	-,153	,249	,378	1	,539	,858
v185recod	-,212	,144	2,170	1	,141	,809
i3	,148	,044	11,405	1	,001	1,160
Step 1 ^a i2	,028	,027	1,092	1	,296	1,029
v68recod2	-,059	,029	4,287	1	,038	,943
v22recod2	-,028	,033	,707	1	,400	,972
i4	-,001	,016	,003	1	,954	,999
v71recod	,095	,146	,420	1	,517	1,099
v114recod	-,016	,029	,313	1	,576	,984
v23recod	-,010	,240	,002	1	,968	,991
Constant	-,730	,413	3,124	1	,077	,482

a. Variable(s) entered on step 1: v238recod, v253recod, v235recod2, v256recod, v187recod, v185recod, i3, i2, v68recod2, v22recod2, i4, v71recod, v114recod, v23recod.

MODELO IV – ABAIXO-ASSINADOS 2005

Case Processing Summary

Unweighted Cases ^a		N	Percent
Selected Cases	Included in Analysis	1415	94,3
	Missing Cases	85	5,7
	Total	1500	100,0
Unselected Cases		0	,0
Total		1500	100,0

a. If weight is in effect, see classification table for the total number of cases.

Model Summary

Step	-2 Log likelihood	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
1	1814,204 ^a	,087	,117

a. Estimation terminated at iteration number 4 because parameter estimates changed by less than ,001.

Variables in the Equation

	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
v238recod	,691	,082	71,588	1	,000	1,995
i3	,144	,035	16,594	1	,000	1,154
Step 1 ^a v68recod2	-,057	,021	7,180	1	,007	,944
v71recod	,190	,121	2,456	1	,117	1,210
Constant	-1,090	,182	35,978	1	,000	,336

a. Variable(s) entered on step 1: v238recod, i3, v68recod2, v71recod.

MODELO I – BOICOTES 2005

Case Processing Summary

Unweighted Cases ^a		N	Percent
Selected Cases	Included in Analysis	1164	77,6
	Missing Cases	336	22,4
	Total	1500	100,0
Unselected Cases		0	,0
Total		1500	100,0

a. If weight is in effect, see classification table for the total number of cases.

Model Summary

Step	-2 Log likelihood	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
1	581,492 ^a	,031	,076

a. Estimation terminated at iteration number 6 because parameter estimates changed by less than ,001.

Variables in the Equation

	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
v238recod	,460	,156	8,655	1	,003	1,585
v253recod	,005	,061	,006	1	,936	1,005
v235recod2	,508	,231	4,834	1	,028	1,662
v256recod	,583	,352	2,744	1	,098	1,791
v187recod	-,873	,341	6,551	1	,010	,418
Step 1 ^a v185recod	-,166	,241	,475	1	,491	,847
i3	,165	,075	4,884	1	,027	1,180
i2	,061	,041	2,235	1	,135	1,063
v68recod2	-,072	,051	1,999	1	,157	,931
v22recod2	-,061	,056	1,178	1	,278	,941
Constant	-2,729	,592	21,269	1	,000	,065

a. Variable(s) entered on step 1: v238recod, v253recod, v235recod2, v256recod, v187recod, v185recod, i3, i2, v68recod2, v22recod2.

MODELO II – BOICOTES 2005

Case Processing Summary

Unweighted Cases ^a		N	Percent
Selected Cases	Included in Analysis	1243	82,9
	Missing Cases	257	17,1
	Total	1500	100,0
Unselected Cases		0	,0
Total		1500	100,0

a. If weight is in effect, see classification table for the total number of cases.

Model Summary

Step	-2 Log likelihood	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
1	704,856 ^a	,016	,036

a. Estimation terminated at iteration number 5 because parameter estimates changed by less than ,001.

Variables in the Equation

	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
i4	-,010	,023	,182	1	,670	,990
v71recod	,706	,206	11,714	1	,001	2,026
Step 1 ^a v114recod	-,072	,044	2,728	1	,099	,930
v23recod	,521	,295	3,116	1	,078	1,684
Constant	-2,252	,344	42,965	1	,000	,105

a. Variable(s) entered on step 1: i4, v71recod, v114recod, v23recod.

MODELO III – BOICOTES 2005

Case Processing Summary

Unweighted Cases ^a		N	Percent
Selected Cases	Included in Analysis	999	66,6
	Missing Cases	501	33,4
	Total	1500	100,0
Unselected Cases		0	,0
Total		1500	100,0

a. If weight is in effect, see classification table for the total number of cases.

Model Summary

Step	-2 Log likelihood	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
1	523,626 ^a	,038	,088

a. Estimation terminated at iteration number 6 because parameter estimates changed by less than ,001.

Variables in the Equation

		B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Step 1 ^a	v238recod	,428	,166	6,632	1	,010	1,534
	v253recod	,012	,065	,037	1	,848	1,013
	v235recod2	,517	,244	4,482	1	,034	1,676
	v256recod	,364	,406	,806	1	,369	1,439
	v187recod	-,918	,350	6,878	1	,009	,399
	v185recod	-,240	,250	,918	1	,338	,787
	i3	,119	,081	2,189	1	,139	1,127
	i2	,059	,044	1,858	1	,173	1,061
	v68recod2	-,086	,054	2,543	1	,111	,918
	v22recod2	-,074	,060	1,493	1	,222	,929
	i4	-,010	,028	,135	1	,714	,990
	v71recod	,392	,249	2,476	1	,116	1,479
	v114recod	-,030	,053	,321	1	,571	,971
	v23recod	,330	,377	,766	1	,381	1,391
	Constant	-2,150	,677	10,071	1	,002	,116

a. Variable(s) entered on step 1: v238recod, v253recod, v235recod2, v256recod, v187recod, v185recod, i3, i2, v68recod2, v22recod2, i4, v71recod, v114recod, v23recod.

MODELO IV – BOICOTES 2005

Case Processing Summary

Unweighted Cases ^a		N	Percent
Selected Cases	Included in Analysis	1375	91,7
	Missing Cases	125	8,3
	Total	1500	100,0
Unselected Cases		0	,0
Total		1500	100,0

a. If weight is in effect, see classification table for the total number of cases.

Model Summary

Step	-2 Log likelihood	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
1	697,138 ^a	,042	,100

a. Estimation terminated at iteration number 6 because parameter estimates changed by less than ,001.

Variables in the Equation

		B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Step 1 ^a	v238recod	,592	,137	18,653	1	,000	1,807
	v235recod2	,385	,207	3,454	1	,063	1,469
	v187recod	-,845	,256	10,938	1	,001	,429
	i3	,121	,067	3,261	1	,071	1,128
	v71recod	,564	,212	7,086	1	,008	1,758
	Constant	-3,641	,414	77,481	1	,000	,026

a. Variable(s) entered on step 1: v238recod, v235recod2, v187recod, i3, v71recod.

MODELO I – MANIFESTAÇÕES 2005

Case Processing Summary

Unweighted Cases ^a		N	Percent
Selected Cases	Included in Analysis	1189	79,3
	Missing Cases	311	20,7
	Total	1500	100,0
Unselected Cases		0	,0
Total		1500	100,0

a. If weight is in effect, see classification table for the total number of cases.

Model Summary

Step	-2 Log likelihood	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
1	1008,928 ^a	,088	,144

a. Estimation terminated at iteration number 5 because parameter estimates changed by less than ,001.

Variables in the Equation

	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
v238recod	,629	,110	32,524	1	,000	1,875
v253recod	,021	,043	,240	1	,624	1,021
v235recod2	,219	,164	1,779	1	,182	1,245
v256recod	,383	,274	1,962	1	,161	1,467
v187recod	,041	,319	,016	1	,898	1,042
Step 1 ^a v185recod	,062	,174	,125	1	,724	1,064
i3	,233	,052	20,028	1	,000	1,262
i2	,113	,028	16,118	1	,000	1,119
v68recod2	-,073	,036	4,227	1	,040	,929
v22recod2	-,045	,040	1,244	1	,265	,956
Constant	-3,401	,481	49,935	1	,000	,033

a. Variable(s) entered on step 1: v238recod, v253recod, v235recod2, v256recod, v187recod, v185recod, i3, i2, v68recod2, v22recod2.

MODELO II – MANIFESTAÇÕES 2005

Case Processing Summary

Unweighted Cases ^a		N	Percent
Selected Cases	Included in Analysis	1267	84,5
	Missing Cases	233	15,5
	Total	1500	100,0
Unselected Cases		0	,0
Total		1500	100,0

a. If weight is in effect, see classification table for the total number of cases.

Model Summary

Step	-2 Log likelihood	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
1	1200,701 ^a	,036	,058

a. Estimation terminated at iteration number 4 because parameter estimates changed by less than ,001.

Variables in the Equation

	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
i4	,010	,016	,353	1	,552	1,010
v71recod	,862	,146	35,004	1	,000	2,369
Step 1 ^a v114recod	-,029	,031	,896	1	,344	,971
v23recod	,598	,216	7,621	1	,006	1,818
Constant	-1,798	,248	52,661	1	,000	,166

a. Variable(s) entered on step 1: i4, v71recod, v114recod, v23recod.

MODELO III – MANIFESTAÇÕES 2005

Case Processing Summary

Unweighted Cases ^a		N	Percent
Selected Cases	Included in Analysis	1020	68,0
	Missing Cases	480	32,0
	Total	1500	100,0
Unselected Cases		0	,0
Total		1500	100,0

a. If weight is in effect, see classification table for the total number of cases.

Model Summary

Step	-2 Log likelihood	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
1	879,289 ^a	,108	,173

a. Estimation terminated at iteration number 5 because parameter estimates changed by less than ,001.

Variables in the Equation

	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
v238recod	,552	,119	21,635	1	,000	1,736
v253recod	,012	,046	,067	1	,796	1,012
v235recod2	,061	,177	,118	1	,731	1,063
v256recod	,430	,298	2,084	1	,149	1,538
v187recod	-,025	,328	,006	1	,939	,975
v185recod	,001	,185	,000	1	,998	1,001
i3	,258	,058	19,581	1	,000	1,294
Step 1 ^a i2	,122	,030	16,250	1	,000	1,130
v68recod2	-,058	,038	2,322	1	,128	,943
v22recod2	-,074	,044	2,779	1	,096	,929
i4	-,009	,020	,186	1	,666	,991
v71recod	,427	,177	5,798	1	,016	1,533
v114recod	-,019	,037	,266	1	,606	,981
v23recod	,628	,271	5,362	1	,021	1,873
Constant	-3,031	,549	30,523	1	,000	,048

a. Variable(s) entered on step 1: v238recod, v253recod, v235recod2, v256recod, v187recod, v185recod, i3, i2, v68recod2, v22recod2, i4, v71recod, v114recod, v23recod.

MODELO IV – MANIFESTAÇÕES 2005

Case Processing Summary

Unweighted Cases ^a		N	Percent
Selected Cases	Included in Analysis	1355	90,3
	Missing Cases	145	9,7
	Total	1500	100,0
Unselected Cases		0	,0
Total		1500	100,0

a. If weight is in effect, see classification table for the total number of cases.

Model Summary

Step	-2 Log likelihood	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
1	1126,440 ^a	,108	,176

a. Estimation terminated at iteration number 5 because parameter estimates changed by less than ,001.

Variables in the Equation

	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
v238recod	,563	,102	30,164	1	,000	1,756
i3	,240	,049	23,545	1	,000	1,271
i2	,111	,026	17,469	1	,000	1,117
Step 1 ^a						
v68recod2	-,070	,030	5,362	1	,021	,932
v71recod	,625	,155	16,336	1	,000	1,869
v23recod	,676	,235	8,300	1	,004	1,966
Constant	-3,631	,275	173,792	1	,000	,026

a. Variable(s) entered on step 1: v238recod, i3, i2, v68recod2, v71recod, v23recod.

REGRESSÕES MÚLTIPLAS

MODELO I – 1990

Model Summary^b

Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate
1	,466 ^a	,218	,211	1,47639

a. Predictors: (Constant), Satisfação com a vida, Status minoria étnica: negro, Índice de Interesse em política, Religião: católica, Religioso (a), Sexo, Índice de Participação associativa, Renda: escala de salários, Satisfação financeira, Nível educacional

b. Dependent Variable: Índice de Participação não convencional

ANOVA^b

Model	Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1					
Regression	730,546	10	73,055	33,515	,000 ^a
Residual	2626,578	1205	2,180		
Total	3357,124	1215			

a. Predictors: (Constant), Satisfação com a vida, Status minoria étnica: negro, Índice de Interesse em política, Religião: católica, Religioso (a), Sexo, Índice de Participação associativa, Renda: escala de salários, Satisfação financeira, Nível educacional

b. Dependent Variable: Índice de Participação não convencional

Coefficients^a

Model	Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.
	B	Std. Error	Beta		
(Constant)	1,762	,258		6,818	,000
Nível educacional	,547	,069	,226	7,924	,000
Renda: escala de salários	,081	,025	,092	3,259	,001
Sexo	,063	,085	,019	,743	,458
Status minoria étnica: negro	-,055	,125	-,011	-,438	,661
Religioso (a)	-,479	,151	-,081	-3,170	,002
1 Religião: católica	,014	,133	,003	,103	,918
Índice de Interesse em política	,218	,023	,255	9,475	,000
Índice de Participação associativa	,037	,029	,034	1,298	,194
Satisfação financeira	-,041	,016	-,067	-2,470	,014
Satisfação com a vida	-,054	,019	-,078	-2,868	,004

a. Dependent Variable: Índice de Participação não convencional

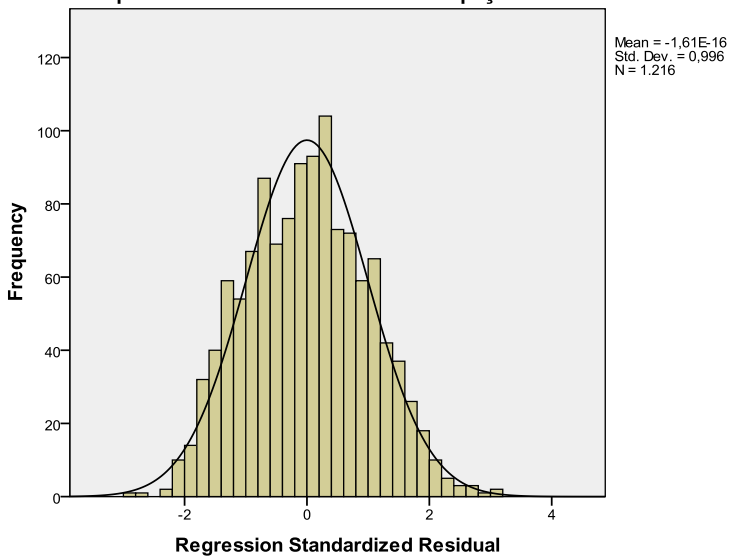
Residuals Statistics^a

	Minimum	Maximum	Mean	Std. Deviation	N
Predicted Value	,4746	4,8390	2,5946	,77542	1216
Residual	-4,25565	4,68389	,00000	1,47030	1216
Std. Predicted Value	-2,734	2,894	,000	1,000	1216
Std. Residual	-2,882	3,173	,000	,996	1216

a. Dependent Variable: Índice de Participação não convencional

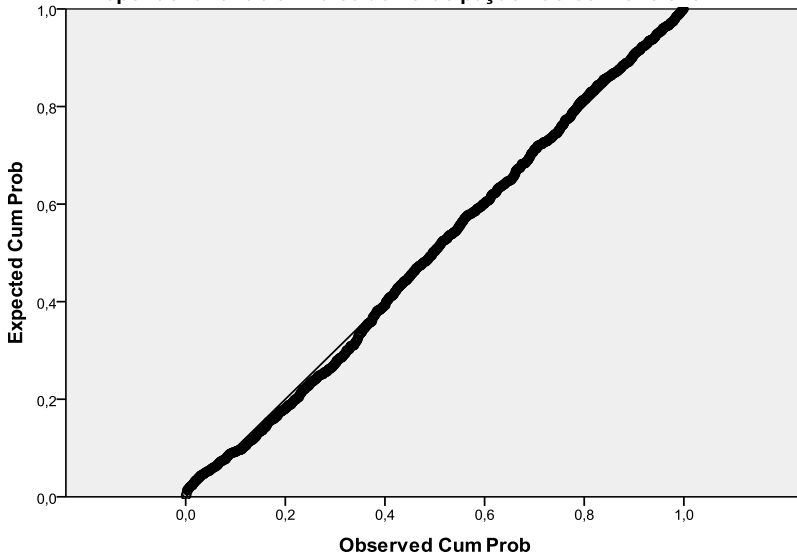
Histogram

Dependent Variable: Índice de Participação não-convencional



Normal P-P Plot of Regression Standardized Residual

Dependent Variable: Índice de Participação não-convencional



Coefficients^a

Model	Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.	Collinearity Statistics	
	B	Std. Error	Beta			Tolerance	VIF
(Constant)	1,762	,258		6,818	,000		
Nível educacional	,547	,069	,226	7,924	,000	,800	1,251
Renda: escala de salários	,081	,025	,092	3,259	,001	,813	1,230
Sexo	,063	,085	,019	,743	,458	,983	1,018
Status minoria étnica: negro	-,055	,125	-,011	-,438	,661	,987	1,013
Religioso (a)	-,479	,151	-,081	-3,170	,002	,987	1,013
Religião: católica	,014	,133	,003	,103	,918	,982	1,018
Índice de Interesse em política	,218	,023	,255	9,475	,000	,895	1,117
Índice de Participação associativa	,037	,029	,034	1,298	,194	,953	1,050
Satisfação financeira	-,041	,016	-,067	-2,470	,014	,885	1,129
Satisfação com a vida	-,054	,019	-,078	-2,868	,004	,881	1,136

a. Dependent Variable: Índice de Participação não convencional

MODELO II - 1990**Model Summary^b**

Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate
1	,340 ^a	,115	,113	1,57270

a. Predictors: (Constant), Confiança interpessoal, Escala Pós-materialismo, Índice de Confiança Institucional, Autoposicionamento político

b. Dependent Variable: Índice de Participação não convencional

ANOVA^b

Model	Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1 Regression	456,847	4	114,212	46,176	,000 ^a
Residual	3499,841	1415	2,473		
Total	3956,687	1419			

a. Predictors: (Constant), Confiança interpessoal, Escala Pós-materialismo, Índice de Confiança Institucional, Autoposicionamento político

b. Dependent Variable: Índice de Participação não convencional

Coefficients^a

Model	Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.
	B	Std. Error	Beta		
(Constant)	3,652	,135		26,999	,000
Índice de Confiança Institucional	-,075	,010	-,189	-7,305	,000
1 Escala Pós-materialismo	,823	,093	,225	8,861	,000
Autoposicionamentopo lítico	-,050	,016	-,083	-3,177	,002
Confiança interpessoal	-,056	,163	-,009	-,346	,729

a. Dependent Variable: Índice de Participação nãoconvencional

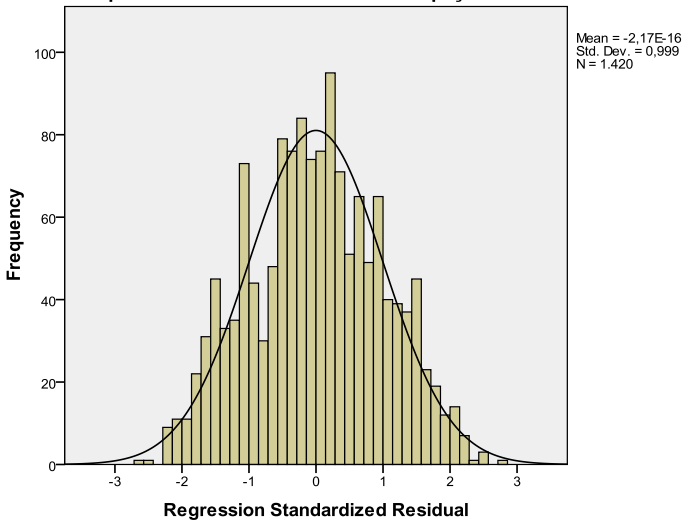
Residuals Statistics^a

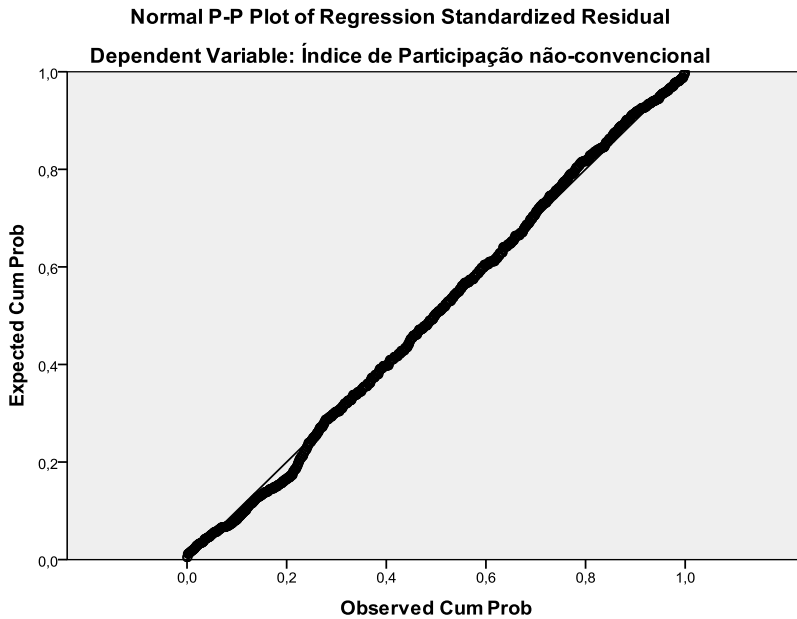
	Minimum	Maximum	Mean	Std. Deviation	N
Predicted Value	1,5925	4,3514	2,8254	,56741	1420
Residual	-4,12792	4,40750	,00000	1,57048	1420
Std. Predicted Value	-2,173	2,690	,000	1,000	1420
Std. Residual	-2,625	2,803	,000	,999	1420

a. Dependent Variable: Índice de Participação nãoconvencional

Histogram

Dependent Variable: Índice de Participação não-convencional



**Coefficients^a**

Model	Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.	Collinearity Statistics	
	B	Std. Error	Beta			Tolerance	VIF
1 (Constant)	3,652	,135		26,999	,000		
Índice de Confiança Institucional	-,075	,010	-,189	-7,305	,000	,934	1,070
Escala Pós-materialismo	,823	,093	,225	8,861	,000	,973	1,027
Autoposicionamentopolítico	-,050	,016	-,083	-3,177	,002	,927	1,079
Confiança interpessoal	-,056	,163	-,009	-,346	,729	,996	1,004

a. Dependent Variable: Índice de Participação nãoconvencional

MODELO III – 1990

Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate
1	.496a	.246	.235	1,43037

ANOVA^b

Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	670,369	14	47,883	23,404	,000 ^a
	Residual	2058,230	1006	2,046		
	Total	2728,599	1020			

- a. Predictors: (Constant), Confiança interpessoal, Escala Pós-materialismo, Religião: católica, Satisfação com a vida, Status minoria étnica: negro, Religioso (a), Sexo, Renda: escala de salários, Índice de Participação associativa, Autoposicionamento político, Índice de Interesse em política, Satisfação financeira, Índice de Confiança Institucional, Nível educacional
- b. Dependent Variable: Índice de Participação não convencional

Coefficients^a

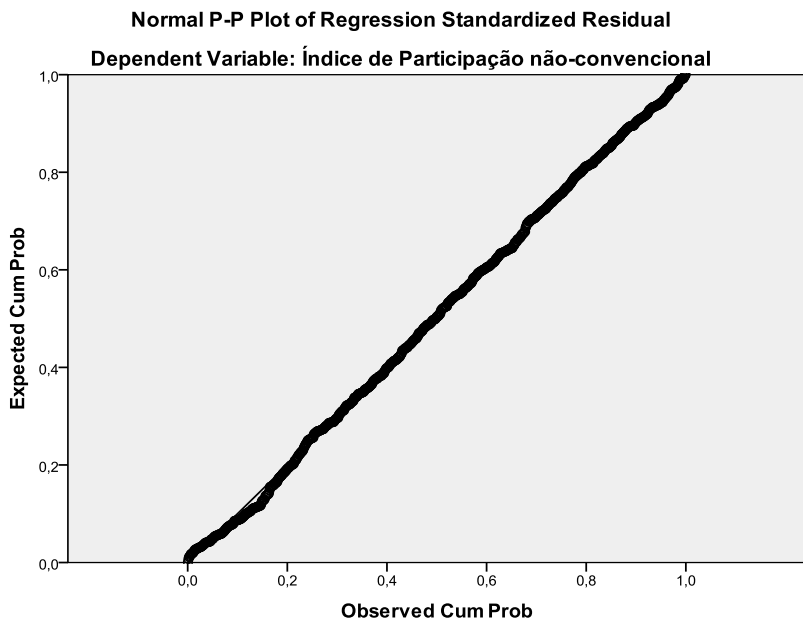
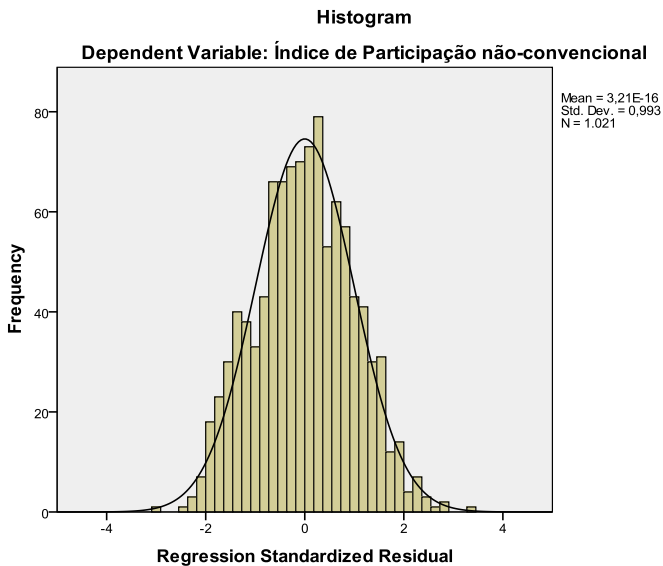
Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.
		B	Std. Error	Beta		
1	(Constant)	2,337	,308		7,595	,000
	Nível educacional	,458	,076	,189	6,012	,000
	Renda: escala de salários	,062	,026	,073	2,394	,017
	Sexo	,065	,091	,020	,717	,473
	Status minoria étnica: negro	,078	,138	,016	,570	,569
	Religioso (a)	-,460	,157	-,081	-2,933	,003
	Religião: católica	-,056	,147	-,011	-,384	,701
	Índice de Interesse em política	,213	,025	,253	8,646	,000
	Índice de Participação associativa	,004	,032	,004	,125	,900
	Satisfação financeira	-,042	,018	-,070	-2,381	,017
	Satisfação com a vida	-,029	,020	-,042	-1,410	,159
	Índice de Confiança Institucional	-,027	,012	-,068	-2,282	,023
	Escala Pós-materialismo	,491	,104	,135	4,725	,000
	Autoposicionamentop olítico	-,039	,017	-,066	-2,299	,022
	Confiança interpessoal	-,279	,180	-,043	-1,550	,121

a. Dependent Variable: Índice de Participação não convencional

Residuals Statistics^a

	Minimum	Maximum	Mean	Std. Deviation	N
Predicted Value	,6574	5,3315	2,7356	,81069	1021
Residual	-4,39436	4,77739	,00000	1,42052	1021
Std. Predicted Value	-2,563	3,202	,000	1,000	1021
Std. Residual	-3,072	3,340	,000	,993	1021

a. Dependent Variable: Índice de Participação não convencional



Coefficients^a

Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.	Collinearity Statistics	
		B	Std. Error	Beta			Tolerance	VIF
1	(Constant)	2,337	,308		7,595	,000		
	Nível educacional	,458	,076	,189	6,012	,000	,760	1,316
	Renda: escala de salários	,062	,026	,073	2,394	,017	,796	1,256
	Sexo	,065	,091	,020	,717	,473	,971	1,030
	Status minoria étnica: negro	,078	,138	,016	,570	,569	,979	1,021
	Religioso (a)	-,460	,157	-,081	-2,933	,003	,973	1,027
	Religião: católica	-,056	,147	-,011	-,384	,701	,978	1,023
	Índice de Interesse em política	,213	,025	,253	8,646	,000	,879	1,138
	Índice de Participação associativa	,004	,032	,004	,125	,900	,933	1,072
	Satisfação financeira	-,042	,018	-,070	-2,381	,017	,868	1,153
	Satisfação com a vida	-,029	,020	-,042	-1,410	,159	,849	1,178
	Índice de Confiança Institucional	-,027	,012	-,068	-2,282	,023	,834	1,199
	Escala Pós-materialismo	,491	,104	,135	4,725	,000	,921	1,085
	Autoposicionamento político	-,039	,017	-,066	-2,299	,022	,900	1,111
	Confiança interpessoal	-,279	,180	-,043	-1,550	,121	,992	1,008

a. Dependent Variable: Índice de Participação não convencional

MODELO IV – 1990**Model Summary^b**

Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate
1	,535 ^a	,286	,282	1,41566

a. Predictors: (Constant), Autoposicionamento político, Índice de Interesse em política, Satisfação financeira, Religioso (a), Escala Pós-materialismo, Renda: escala de salários, Satisfação com a vida, Índice de Confiança Institucional, Nível educacional

b. Dependent Variable: Índice de Participação não convencional

ANOVA^b

Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	1058,763	9	117,640	58,700	,000 ^a
	Residual	2637,396	1316	2,004		
	Total	3696,160	1325			

a. Predictors: (Constant), Autoposicionamento político, Índice de Interesse em política, Satisfação financeira, Religioso (a), Escala Pós-materialismo, Renda: escala de salários, Satisfação com a vida, Índice de Confiança Institucional, Nível educacional

b. Dependent Variable: Índice de Participação não convencional

Coefficients^a

Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.
		B	Std. Error	Beta		
1	(Constant)	2,317	,226		10,263	,000
	Nível educacional	,454	,064	,188	7,070	,000
	Renda: escala de salários	,065	,022	,077	2,946	,003
	Religioso (a)	-,403	,118	-,081	-3,418	,001
	Índice de Interesse em política	,252	,021	,294	11,959	,000
	Satisfação financeira	-,043	,016	-,070	-2,794	,005
	Satisfação com a vida	-,037	,017	-,052	-2,103	,036
	Índice de Confiança Institucional	-,033	,010	-,085	-3,321	,001
	Escala Pós-materialismo	,483	,089	,132	5,447	,000
	Autoposicionamento político	-,041	,015	-,068	-2,755	,006

a. Dependent Variable: Índice de Participação não convencional

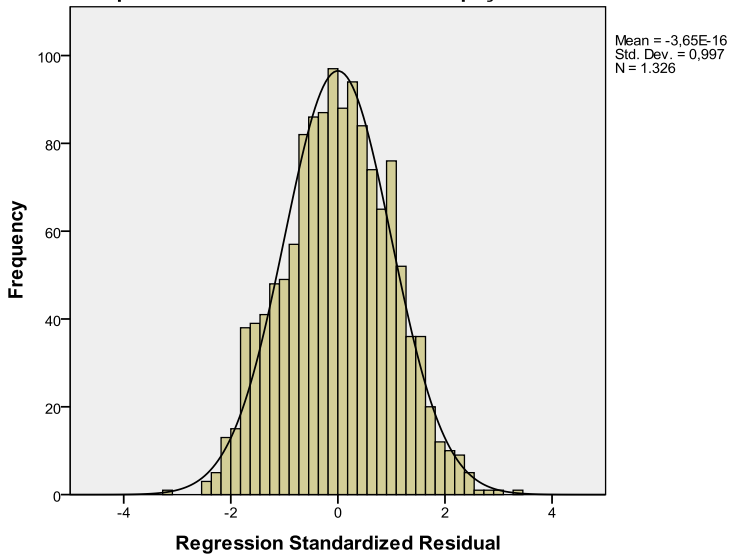
Residuals Statistics^a

	Minimum	Maximum	Mean	Std. Deviation	N
Predicted Value	,6044	5,5241	2,8311	,89391	1326
Residual	-4,41409	4,77602	,00000	1,41085	1326
Std. Predicted Value	-2,491	3,013	,000	1,000	1326
Std. Residual	-3,118	3,374	,000	,997	1326

a. Dependent Variable: Índice de Participação não convencional

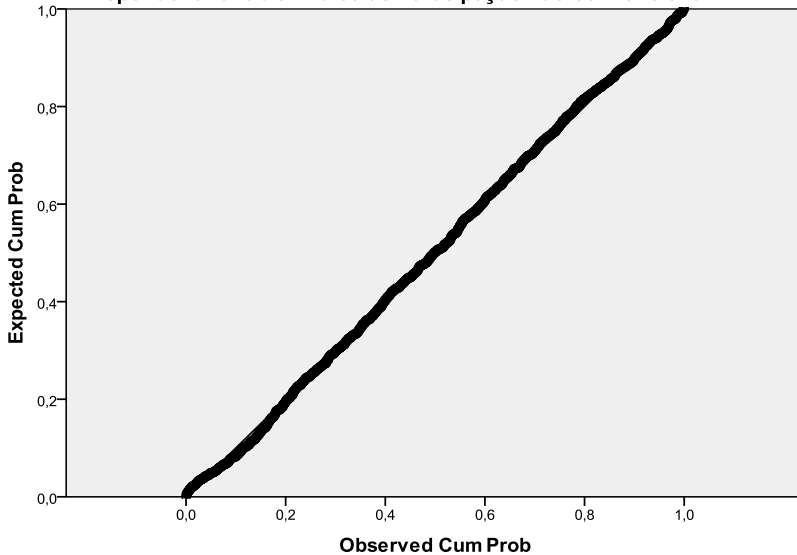
Histogram

Dependent Variable: Índice de Participação não-convençional



Normal P-P Plot of Regression Standardized Residual

Dependent Variable: Índice de Participação não-convençional



Coefficients^a

Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.	Collinearity Statistics	
		B	Std. Error	Beta			Tolerance	VIF
1	(Constant)	2,317	,226		10,263	,000		
	Nível educacional	,454	,064	,188	7,070	,000	,768	1,302
	Renda: escala de salários	,065	,022	,077	2,946	,003	,794	1,259
	Religioso (a)	-,403	,118	-,081	-3,418	,001	,972	1,029
	Índice de Interesse em política	,252	,021	,294	11,959	,000	,897	1,115
	Satisfação financeira	-,043	,016	-,070	-2,794	,005	,857	1,166
	Satisfação com a vida	-,037	,017	-,052	-2,103	,036	,870	1,149
	Índice de Confiança Institucional	-,033	,010	-,085	-3,321	,001	,837	1,195
	Escala Pós-materialismo	,483	,089	,132	5,447	,000	,929	1,076
	Autoposicionamento político	-,041	,015	-,068	-2,755	,006	,897	1,115

a. Dependent Variable: Índice de Participação não convencional

MODELO I – 2005

Model Summary^b

Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate
1	,409 ^a	,167	,160	1,47167

a. Predictors: (Constant), Satisfação com a vida, Nível educacional, Religião: católica, Sexo, Status minoria étnica: negro, Religioso (a), Índice de interesse por política, Índice de participação associativa, Renda: escala de salários, Satisfação financeira

b. Dependent Variable: Índice de Participação não convencional

ANOVA^b

Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	499,676	10	49,968	23,071	,000 ^a
	Residual	2492,841	1151	2,166		
	Total	2992,517	1161			

a. Predictors: (Constant), Satisfação com a vida, Nível educacional, Religião: católica, Sexo, Status minoria étnica: negro, Religioso (a), Índice de interesse por política, Índice de participação associativa, Renda: escala de salários, Satisfação financeira

b. Dependent Variable: Índice de Participação não convencional

Coefficients^a

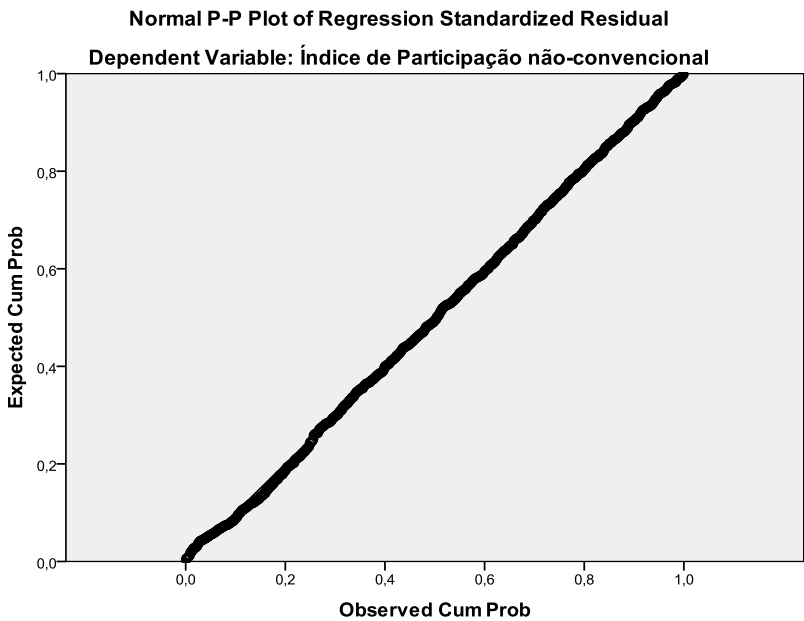
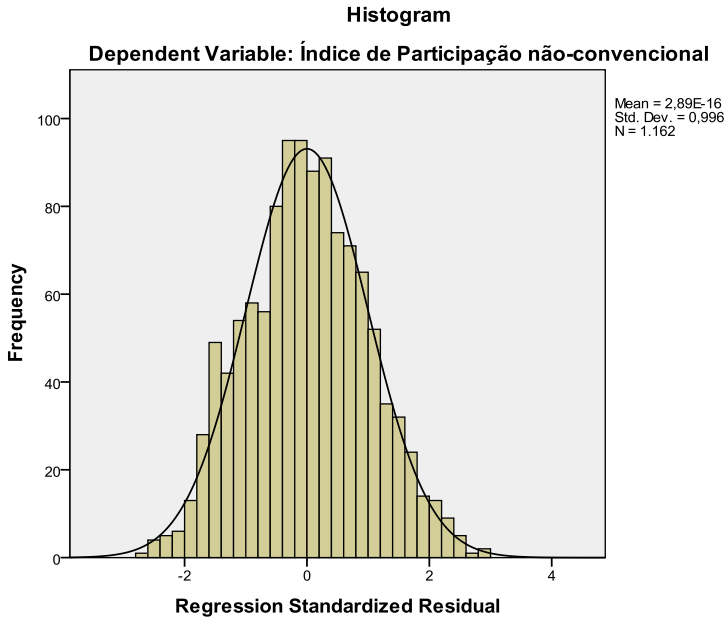
Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.
		B	Std. Error	Beta		
1	(Constant)	1,464	,248		5,906	,000
	Nível educacional	,627	,062	,295	10,155	,000
	Renda: escala de salários	-,001	,022	-,002	-,064	,949
	sexo	,218	,089	,067	2,443	,015
	Status minoria étnica: negro	,140	,155	,024	,901	,368
	Religioso (a)	-,232	,167	-,038	-1,386	,166
	Religião: católica	-,032	,094	-,009	-,341	,733
	Índice de interesse por política	,196	,027	,199	7,195	,000
	Índice de participação associativa	,030	,017	,050	1,750	,080
	Satisfação financeira	-,061	,019	-,097	-3,266	,001
	Satisfação com a vida	-,025	,021	-,034	-1,194	,233

a. Dependent Variable: Índice de Participação nãoconvencional

Residuals Statistics^a

	Minimum	Maximum	Mean	Std. Deviation	N
Predicted Value	,8694	4,3359	2,5413	,65604	1162
Residual	-3,94597	4,30466	,00000	1,46532	1162
Std. Predicted Value	-2,549	2,735	,000	1,000	1162
Std. Residual	-2,681	2,925	,000	,996	1162

a. Dependent Variable: Índice de Participação nãoconvencional



Coefficients^a

Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.	Collinearity Statistics	
		B	Std. Error	Beta			Tolerance	VIF
1	(Constant)	1,464	,248		5,906	,000		
	Nível educacional	,627	,062	,295	10,155	,000	,859	1,164
	Renda: escala de salários	-,001	,022	-,002	-,064	,949	,825	1,212
	sexo	,218	,089	,067	2,443	,015	,973	1,027
	Status minoria étnica: negro	,140	,155	,024	,901	,368	,986	1,014
	Religioso (a)	-,232	,167	-,038	-1,386	,166	,965	1,037
	Religião: católica	-,032	,094	-,009	-,341	,733	,987	1,014
	Índice de interesse por política	,196	,027	,199	7,195	,000	,948	1,054
	Índice de participação associativa	,030	,017	,050	1,750	,080	,905	1,106
	Satisfação financeira	-,061	,019	-,097	-3,266	,001	,813	1,230
	Satisfação com a vida	-,025	,021	-,034	-1,194	,233	,905	1,105

a. Dependent Variable: Índice de Participação nãoconvencional

MODELO II - 2005**Model Summary^b**

Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate
1	,178 ^a	,032	,028	1,59246

a. Predictors: (Constant), Confiança interpessoal, Autoposicionamento político, Escala Pós-materialismo, Índice de Confiança institucional

b. Dependent Variable: Índice de Participação não convencional

ANOVA^b

Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	102,138	4	25,535	10,069	,000 ^a
	Residual	3134,411	1236	2,536		
	Total	3236,550	1240			

a. Predictors: (Constant), Confiança interpessoal, Autoposicionamento político, Escala Pós-materialismo, Índice de Confiança institucional

b. Dependent Variable: Índice de Participação nãoconvencional

Coefficients^a

Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.
		B	Std. Error	Beta		
1	(Constant)	2,656	,152		17,489	,000
	Índice de Confiança institucional	,008	,010	,022	,782	,434
	Escala Pós-materialismo	,483	,095	,143	5,073	,000
	Autoposicionamento político	-,055	,019	-,081	-2,833	,005
	Confiança interpessoal	,247	,154	,045	1,603	,109

a. Dependent Variable: Índice de Participação não convencional

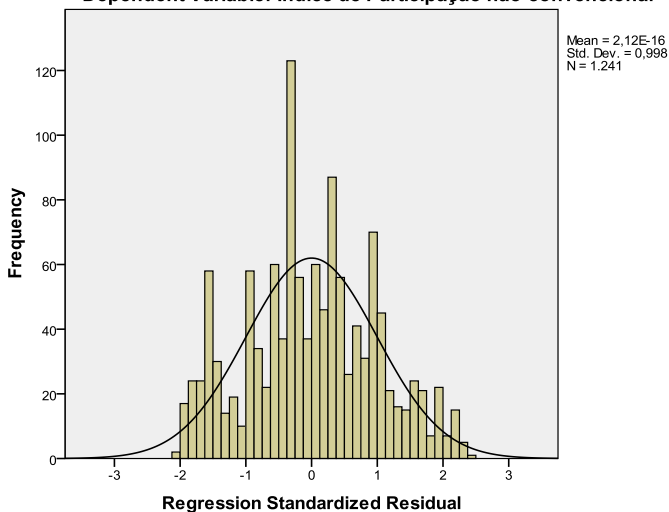
Residuals Statistics^a

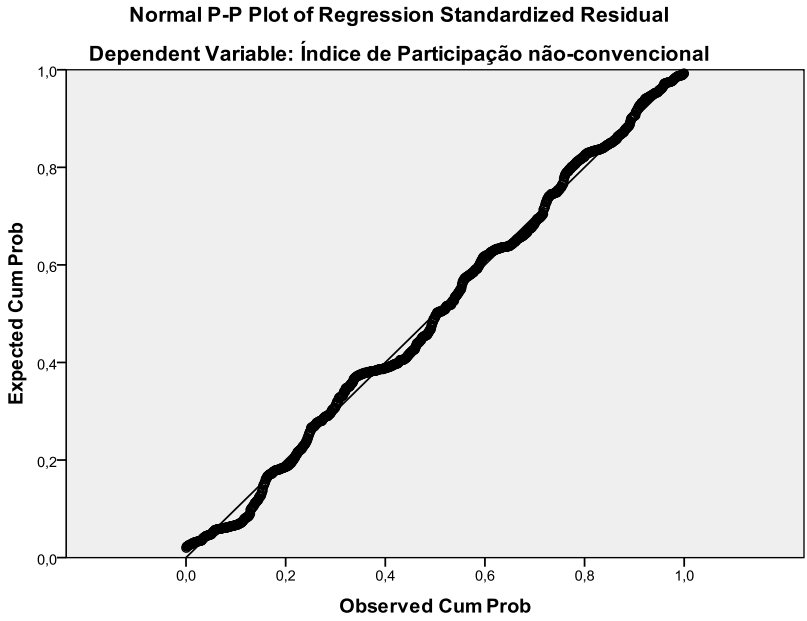
	Minimum	Maximum	Mean	Std. Deviation	N
Predicted Value	2,1096	3,4575	2,6382	,28700	1241
Residual	-3,27328	3,81169	,00000	1,58989	1241
Std. Predicted Value	-1,842	2,855	,000	1,000	1241
Std. Residual	-2,055	2,394	,000	,998	1241

a. Dependent Variable: Índice de Participação não convencional

Histogram

Dependent Variable: Índice de Participação não-convencional





Coefficients^a

Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.	Collinearity Statistics	
		B	Std. Error	Beta			Tolerance	VIF
1	(Constant)	2,656	,152		17,489	,000		
	Índice de Confiança institucional	,008	,010	,022	,782	,434	,971	1,030
	Escala Pós-materialismo	,483	,095	,143	5,073	,000	,989	1,011
	Autoposicionamento político	-,055	,019	-,081	-2,833	,005	,968	1,033
	Confiança interpessoal	,247	,154	,045	1,603	,109	,992	1,008

a. Dependent Variable: Índice de Participação não convencional

MODELO III - 2005

Model Summary^b

Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate
1	,410 ^a	,168	,156	1,48213

a. Predictors: (Constant), Confiança interpessoal, Renda: escala de salários, Autoposicionamento político, Status minoria étnica: negro, Índice de interesse por política, Religião: católica, Religioso (a), Satisfação com a vida, Sexo, Escala Pós-materialismo, Índice de participação associativa, Índice de Confiança institucional, Nível educacional, Satisfação financeira

b. Dependent Variable: Índice de Participação não convencional

ANOVA^b

Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	435,334	14	31,095	14,155	,000 ^a
	Residual	2159,371	983	2,197		
	Total	2594,705	997			

a. Predictors: (Constant), Confiança interpessoal, Renda: escala de salários, Autoposicionamento político, Status minoria étnica: negro, Índice de interesse por política, Religião: católica, Religioso (a), Satisfação com a vida, Sexo, Escala Pós-materialismo, Índice de participação associativa, Índice de Confiança institucional, Nível educacional, Satisfação financeira

b. Dependent Variable: Índice de Participação nãoconvencional

Coefficients^a

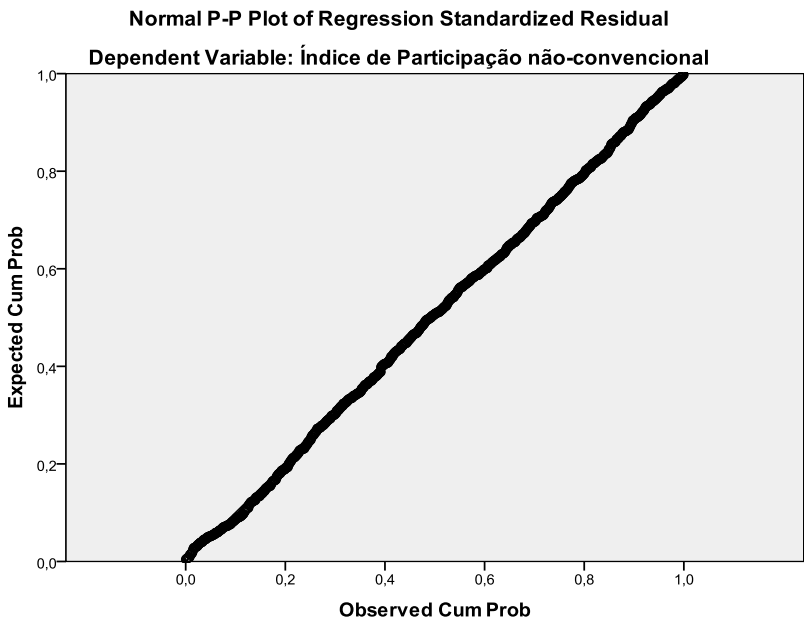
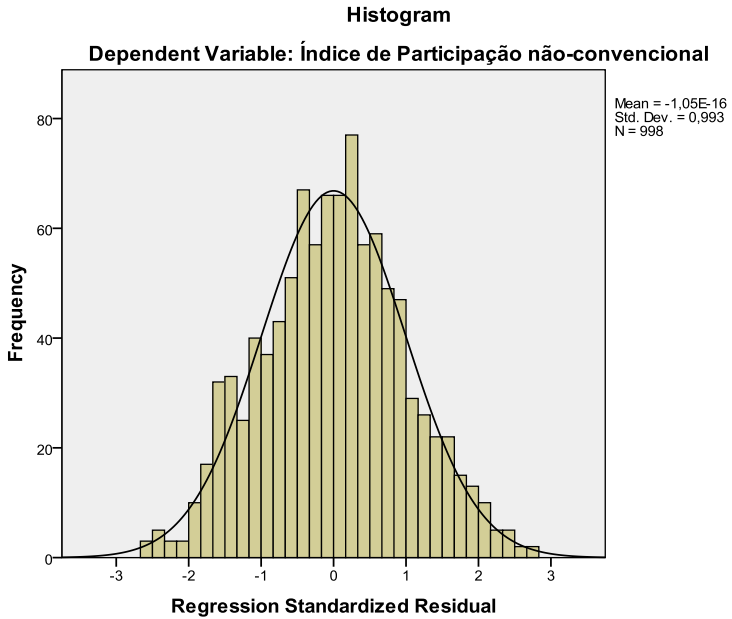
Model	Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.
	B	Std. Error	Beta		
(Constant)	1,749	,293		5,972	,000
Nível educacional	,574	,068	,271	8,472	,000
Renda: escala de salários	-,002	,025	-,002	-,063	,950
sexo	,164	,097	,050	1,688	,092
Status minoria étnica: negro	-,044	,175	-,007	-,252	,801
Religioso (a)	-,264	,176	-,044	-1,495	,135
Religião: católica	-,011	,102	-,003	-,104	,917
Índice de interesse por política	,192	,031	,191	6,189	,000
1 Índice de participação associativa	,036	,019	,058	1,890	,059
Satisfação financeira	-,060	,020	-,095	-2,942	,003
Satisfação com a vida	-,032	,024	-,042	-1,347	,178
Índice de Confiança institucional	,002	,011	,006	,210	,834
Escala Pós-materialismo	,199	,103	,058	1,925	,055
Autoposicionamento político	-,033	,021	-,047	-1,570	,117
Confiança interpessoal	,177	,168	,031	1,055	,292

a. Dependent Variable: Índice de Participação nãoconvencional

Residuals Statistics^a

	Minimum	Maximum	Mean	Std. Deviation	N
Predicted Value	1,0486	4,5728	2,6132	,66079	998
Residual	-3,89549	4,17881	,00000	1,47169	998
Std. Predicted Value	-2,368	2,966	,000	1,000	998
Std. Residual	-2,628	2,819	,000	,993	998

a. Dependent Variable: Índice de Participação não convencional



Coefficients^a

Model	Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.	Collinearity Statistics	
	B	Std. Error	Beta			Tolerance	VIF
(Constant)	1,749	,293		5,972	,000		
Nível educacional	,574	,068	,271	8,472	,000	,825	1,212
Renda: escala de salários	-,002	,025	-,002	-,063	,950	,817	1,225
sexo	,164	,097	,050	1,688	,092	,961	1,041
Status minoria étnica: negro	-,044	,175	-,007	-,252	,801	,977	1,024
Religioso (a)	-,264	,176	-,044	-1,495	,135	,959	1,043
Religião: católica	-,011	,102	-,003	-,104	,917	,985	1,015
Índice de interesse por política	,192	,031	,191	6,189	,000	,886	1,129
Índice de participação associativa	,036	,019	,058	1,890	,059	,900	1,112
Satisfação financeira	-,060	,020	-,095	-2,942	,003	,806	1,240
Satisfação com a vida	-,032	,024	-,042	-1,347	,178	,891	1,123
Índice de Confiança institucional	,002	,011	,006	,210	,834	,890	1,124
Escala Pós-materialismo	,199	,103	,058	1,925	,055	,932	1,073
Autoposicionamento político	-,033	,021	-,047	-1,570	,117	,952	1,050
Confiança interpessoal	,177	,168	,031	1,055	,292	,978	1,023

a. Dependent Variable: Índice de Participação nãoconvencional

MODELO IV - 2005

Model Summary^b

Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate
1	,432 ^a	,187	,183	1,46093

a. Predictors: (Constant), Autoposicionamento político, Sexo, Índice de interesse por política, Satisfação financeira, Escala Pós-materialismo, Nível educacional

b. Dependent Variable: Índice de Participação não convencional

ANOVA^b

Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	618,030	6	103,005	48,261	,000 ^a
	Residual	2689,234	1260	2,134		
	Total	3307,264	1266			

a. Predictors: (Constant), Autoposicionamento político, Sexo, Índice de interesse por política, Satisfação financeira, Escala Pós-materialismo, Nível educacional

b. Dependent Variable: Índice de Participação nãoconvencional

Coefficients^a

Model	Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.
	B	Std. Error	Beta		
(Constant)	1,309	,167		7,846	,000
Nível educacional	,613	,056	,292	10,882	,000
sexo	,186	,083	,057	2,228	,026
Índice de interesse por política	,210	,026	,212	8,100	,000
Satisfação financeira	-,053	,016	-,085	-3,297	,001
Escala Pós-materialismo	,247	,089	,073	2,774	,006
Autoposicionamento político	-,044	,017	-,064	-2,498	,013

a. Dependent Variable: Índice de Participação não convencional

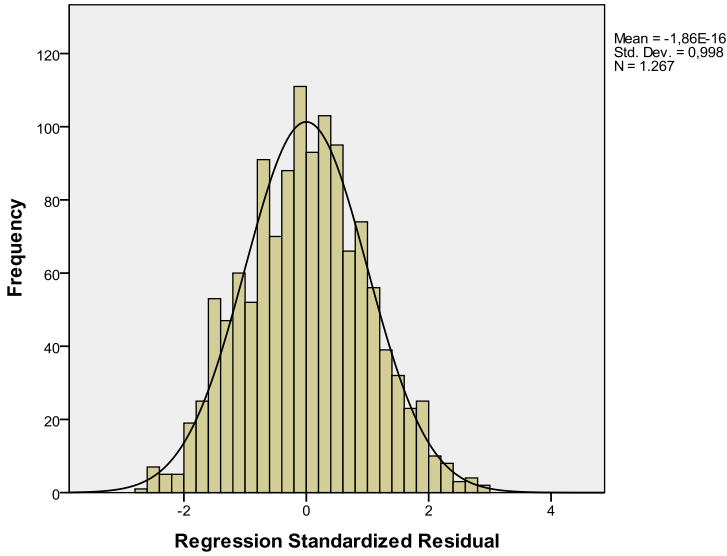
Residuals Statistics^a

	Minimum	Maximum	Mean	Std. Deviation	N
Predicted Value	,9585	4,7988	2,6361	,69870	1267
Residual	-3,89461	4,19198	,00000	1,45746	1267
Std. Predicted Value	-2,401	3,095	,000	1,000	1267
Std. Residual	-2,666	2,869	,000	,998	1267

a. Dependent Variable: Índice de Participação não convencional

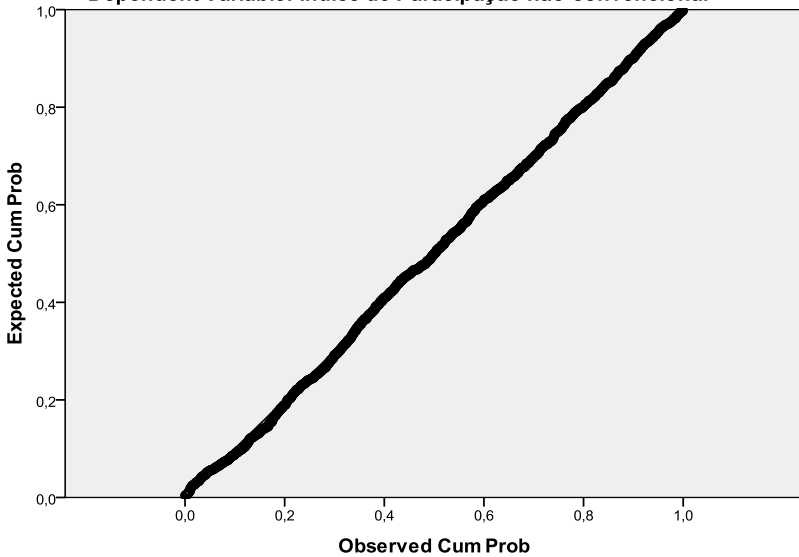
Histogram

Dependent Variable: Índice de Participação não-convençional



Normal P-P Plot of Regression Standardized Residual

Dependent Variable: Índice de Participação não-convençional



Coefficients^a

Model	Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.	Collinearity Statistics	
	B	Std. Error	Beta			Tolerance	VIF
(Constant)	1,309	,167		7,846	,000		
Nível educacional	,613	,056	,292	10,882	,000	,896	1,117
Sexo	,186	,083	,057	2,228	,026	,987	1,013
Índice de interesse por política	,210	,026	,212	8,100	,000	,943	1,061
Satisfação financeira	-,053	,016	-,085	-3,297	,001	,971	1,030
Escala Pós-materialismo	,247	,089	,073	2,774	,006	,938	1,066
Autoposicionamentopolítico	-,044	,017	-,064	-2,498	,013	,972	1,028

a. Dependent Variable: Índice de Participação não convencional